

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

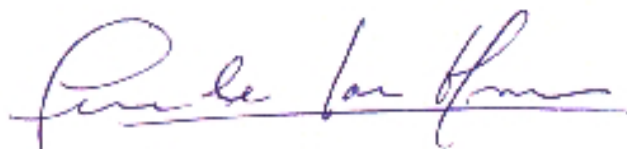
**ANÁLISE DAS MUDANÇAS DE ATITUDES ENTRE OS
REPRESENTANTES DO SEGMENTO POPULAR NO FÓRUM DO
PREZEIS DO RECIFE EM DOIS MOMENTOS POLÍTICOS
DIFERENTES: ÚLTIMO SEMESTRE DA GESTÃO ROBERTO
MAGALHÃES–PFL (2000) E PRIMEIRO SEMESTRE DA GESTÃO
JOÃO PAULO–PT (2001).**

RECIFE

2003

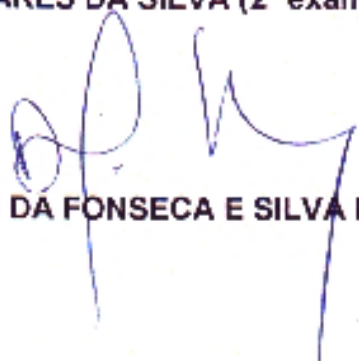
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO MESTRADO
DE GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, PELO
MESTRANDO GLÁUCIO ALVES DOS SANTOS
COMO PRÉ-REQUISITO À OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE, SOB A ORIENTAÇÃO DO
PROF. DR. LUÍS DE LA MORA.**



PROF. DR. LUÍS DE LA MORA (presidente da banca examinadora)

PROF. DR. GUSTAVO TAVARES DA SILVA (2º examinador)



PROF. DR. DÉLIO MENDES DA FONSECA E SILVA FILHO (3º examinador)

RESUMO

Nesta dissertação nos propusemos a analisar a intensidade e qualidade no processo de participação popular, dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS, em dois momentos políticos distintos: durante as gestões do então prefeito do Recife, Roberto Magalhães (último semestre), e do atual prefeito João Paulo (primeiros seis meses).

O Fórum do PREZEIS congrega os representantes das Comissões de Urbanização e Legalização, os membros das ONGs que prestam assessoria, e os representantes de diversas secretarias e empresas públicas do Poder Municipal.

É importante salientar que, ao longo de vários séculos, a questão da participação direta de alguns “cidadãos” no âmbito das políticas públicas adotadas no país, serviu de cenário para inúmeras discussões e debates em torno de se alcançar os objetivos em que a participação popular era inicialmente o único caminho para a consolidação da democracia. Isso só seria possível, através dos diversos canais de gestão democrática, abrangendo todos os níveis e setores das políticas públicas.

Analisamos na nossa pesquisa a intensidade e a qualidade da participação dos representantes do segmento popular através da avaliação da sua frequência às

sessões do Fórum e da quantidade e teor das suas intervenções durante esses os dois períodos analisados.

Em relação à intensidade percebemos que na gestão Roberto Magalhães, os representantes do segmento popular, apresentaram uma menor assiduidade e quantidade de intervenções do que na gestão João Paulo; em relação à qualidade da participação, na gestão Roberto Magalhães as intervenções, dos representantes do segmento popular tinham maior relevância para fortalecimento do PREZEIS do que na gestão João Paulo.

ABSTRACT

In this dissertation, we have aimed at analysing the changes on the attitudes and on the speeches of “PREZEIS FORUM” popular segment representative leaderships, in two distinct political moments: during the former Recife mayor, Roberto Magalhães’ management (his last semester) and João Paulo’s, the actual one.

“PREZEIS FORUM” assembles the urbanization and legalization commissions, the ONG (S) members who afford technical advices and the several secretaries representatives and the municipality Power Public Enterprises.

We have analyzed, in own research, the popular representatives intensity and quality, through their frequency evaluation to the “FORUM” sessions and their interventions quantity and tenor during these two analyzed periods.

Regarding to intensity, we have perceived that, in Roberto Magalhães’ Administration, we have had interventions lesser assiduity and quantity than in João Paulo’s, as well as with regard to participation quality itself, just because, in oversaid Roberto Magalhães’ government, the discussed subjects had weaker impact on “PREZEIS” strengthening, when compared with João Paulo’s.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que nos momentos de desestímulo me reanimou, ajudando-me a vencer o cansaço.

À minha família, em especial a minha mãe, Maria José, que me proporcionou a vida para alcançar todas as etapas da minha formação profissional. Ao meu irmão Walmir Santos, que mesmo sem ter conhecimento, foi uma das fontes inspiradoras para estudar o mestrado.

À minha esposa e companheira, Rejane Marquim, que esteve sempre presente, partilhando das dificuldades e conquistas, colaborando e me incentivando no decorrer da minha formação profissional e na elaboração desta dissertação.

Ao meu filho, Tiago Santos, pela sua pouca paciência por não dispor de tempo nesta etapa da minha vida para brincar com ele. Coisa que ele mais gosta de fazer nesses seus três anos de vida.

Ao meu orientador e professor Luís De la Mora, que com seu profundo conhecimento e paciente dedicação, conduziu-me brilhantemente em todo o processo de elaboração dessa dissertação. Sem sua orientação seria improvável atingir meu objetivo.

Aos meus colegas de trabalho, com destaques para Isaías Bastos que me concedeu dispensa no período vespertino, propiciando-me disponibilidade de tempo para elaboração dessa dissertação; Teresinha Pimentel que coube a árdua tarefa de me substituir nas minhas funções cotidianas laborais; e toda a equipe de trabalho do Programa da Merenda Escolar do Recife que me incentivou permanentemente.

Ao meu amigo Antonio Dutra e as amigas Vanessa Souto Maior e Edvanir Marinho, que prestaram inestimável colaboração na formatação dessa dissertação.

À equipe da gerência do PREZEIS – Marivaldo, Edvaldo e Júnior – que facilitou o acesso às informações contidas nos Livros de Atas e Presenças, e outros documentos que compõem o acervo do Fórum do PREZEIS.

À ONG ETAPAS, que me possibilitou pesquisar em livros e documentos relativos ao objeto de estudo.

À ONG SCJP (Serviço Comunitário de Justiça e Paz), que investiu na minha formação técnico-social, concedendo-me a oportunidade de desenvolver meu potencial como agente social.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Antonio Soares, *in memorian*, pois se vivo estivesse, decerto estaria orgulhosamente realizado. Contudo, tenho consciência que, esteja onde estiver, ele está muito feliz com a concretização dessa meta.

À minha esposa Rejane, pela aplicação e apoio integral na construção dessa dissertação e ao meu filho Tiago, a quem tanto amo.

Ao meu irmão Walmir, pela cobrança e incentivo, com esmero e educação, que constituem traços peculiares de sua grande personalidade. Também mostrando a importância da formação acadêmica na consolidação de nossa cidadania.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARRUAR	Assessoria de Urbanização Popular
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CEAS	Centro de Ação Social
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CENDHEC	Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social
CF	Constituição Federal
CJP	Comissão de Justiça e Paz
COHAB	Companhia de Habitação
COMUL	Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ETAPAS	Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social
FEACCA	Federação das Associações Comunitárias de Casa Amarela
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
ITER	Instituto de Teologia do Recife
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDF	Movimento de Defesa dos Favelados

MDU	Mestrado em Desenvolvimento Urbano
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MSU	Movimento Social Urbano
NE	Nordeste
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OFF	Obras de Frei Francisco
ONG	Organização Não-Governamental
OP	Orçamento Participativo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PREZEIS	Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SCJP	Serviço Comunitário de Justiça e Paz
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
URB-Recife	Empresa de Urbanização do Recife
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	17
Introdução do Capítulo I	17
1.1 – A Gestão das Políticas Públicas durante o Regime Autoritário ...	18
1.2 – O Processo de Democratização Institucional	21
1.3 – A “Urbanização Desurbanizada”	27
1.4 – O Processo Histórico do PREZEIS enquanto Instrumento de Resistência e do Direito à Cidadania	33
1.4.1 – O Processo de Elaboração da Lei do PREZEIS	33
1.4.2 – Implantação do PREZEIS na Estrutura da URB-Recife e seus Primeiros Passos na Gestão Jarbas Vasconcelos	35
1.4.3 – Resistência e Luta – Gestão Joaquim Francisco e Gilberto Marques Paulo	38
1.4.4 – Fortalecimento do PREZEIS na Gestão Jarbas Vasconcelos e Reformulação da sua Estrutura	40
1.4.5 – Novo Recuo na Gestão Roberto Magalhães	49
1.4.6 – Novo Tempo, Novas Perspectivas na Gestão João Paulo	50
Conclusão do Capítulo I	52

CAPÍTULO II – FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	53
Introdução do Capítulo II	53
2.1 – Conceito de Participação	54
2.2 Formas de Participação	57
2.2.1 Coexistir. Estar Juntos	58
2.2.2. Colaborar	58
2.2.3 Co-gerir	59
2.2.4 Compartilhar	60
2.3 Fontes de Participação	61
2.3.1 Espontânea	61
2.3.2 Imposta	62
2.3.3 Voluntária	63
2.3.4 Induzida e/ou Provocada	63
2.3.5 Conquistada	64
2.4 Graus de Participação	65
2.4.1 Omissão	66
2.4.2 Presença Passiva	66
2.4.3 Presença Ativa Contestativa	67
2.4.4 Oferta ou Solicitação de Informações	67
2.4.5 Expressão de Opiniões	68
2.4.6 Apresentação de Proposta	68
2.4.7 Encaminhamento de Exigências	69
2.4.8 Decisão	69
2.5 Níveis de Participação	70
2.6 Tipos de Participação	70
Conclusão do Capítulo II	74

CAPÍTULO III – METODOLOGIA E ANÁLISE DA INTENSIDADE E DA QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO	75
Introdução do Capítulo III	75
3.1 Metodologia	76
3.2 Análise da Intensidade da Participação	81
3.2.1 Análise da Assiduidade	86
3.2.2 Análise da Quantidade de Intervenções Registradas em Atas	88
3.3 Análise da Qualidade da Participação	90
3.3.1 Resultados da Análise da Qualidade da Participação	93
Conclusão do Capítulo III	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
ANEXO 1 – Quadros	107
ANEXO 2 – Tabelas	125
BIBLIOGRAFIA	167
Fontes Primárias	167
Fontes Secundárias	168

INTRODUÇÃO

Após a Constituição Federal de 1988, o interesse pela participação nos espaços institucionais no Brasil aumentou de maneira bastante acentuada. Como uma nova visão e garantindo os espaços democráticos.

A Lei do PREZEIS foi promulgada em março de 1987, um ano antes da promulgação da Carta Magna Nacional, demonstrando o grau de organização existente no movimento popular do Recife. Criada para gerir democraticamente a política de regularização fundiária e urbanização dos assentamentos de população de baixa renda, reconhecidos pela Prefeitura como Zonas Especiais de Interesse Social, isto é: objeto de atenção prioritária no sentido de inseri-los no tecido urbano, assegurando a permanência no local. Fomentava uma política democrática num modelo de co-gestão entre poder público, representantes comunitários e técnicos vinculados às ONGs e estimulava a discussão plural dos problemas sociais que assolam o Recife.

A prática da participação popular, abrindo canais de interlocução, gerou, em alguns momentos, divergências e enfrentamentos entre os membros da administração pública e os representantes do movimento popular. Contra ou a favor da Lei do PREZEIS. Além de constituírem um empecilho ao bom relacionamento

entre as partes intervenientes, essas divergências significavam uma ameaça ao sucesso do PREZEIS. Contudo, o programa se institucionaliza, ao inserir-se na Lei Orgânica Municipal em 1990.

Nesta dissertação, propomos a análise da intensidade e qualidade no processo de participação popular no espaço institucional do Fórum do PREZEIS. A partir da comparação das intervenções dos representantes do segmento popular, no Fórum, durante as gestões do então prefeito do Recife, Roberto Magalhães (último semestre), e do atual prefeito João Paulo (primeiros seis meses).

O PREZEIS representa um avanço do movimento popular no Recife na medida em que, com a urbanização dos assentamentos populares e legalização do solo ocupado informalmente, possibilita, por sua vez, a materialização do direito do cidadão favelado de permanecer em espaços urbanos relativamente bem localizados na Capital. Noutro eixo, permite as organizações populares ocuparem um espaço político nas instituições que administram a cidade.

O avanço se caracteriza não apenas pela garantia, no plano legal, dos interesses em áreas de baixa renda, mas, sobretudo, por uma profunda mudança nas relações de poder, no âmbito do município, no sentido de que a gestão dos programas de urbanização e legalização da posse de terra conta com a participação ativa das camadas populares, assegurando assim que seus resultados se revertam em mudanças reais nas condições de habitabilidade nas áreas ZEIS. Daí a importância da consciência crítica das lideranças comunitárias do Fórum do PREZEIS sobre a realidade política e social na qual estão inseridas, bem como do papel do seu discurso diferenciado para consolidar e ampliar as conquistas democráticas através de sua atuação qualificada nas sessões do Fórum, como expressão clara da sua participação político-social.

A dissertação divide-se em quatro capítulos.

No Capítulo 1, descrevemos o processo histórico do qual emergiu o Fórum do PREZEIS do Recife como espaço institucional de inclusão social.

No Capítulo 2, abordamos a fundamentação teórica sobre a participação, especialmente no tocante ao conceito de participação, nas suas diferentes acepções: coexistência, colaboração, co-gestão e compartilhar. A partir da fundamentação teórica, estabelecemos os indicadores que utilizamos para avaliar a intensidade e a qualidade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS.

No Capítulo 3, apresentamos a metodologia utilizada que nos permitiu aferir e analisar a participação dos representantes do segmento popular, objeto da nossa dissertação. Também foi feita a avaliação da intensidade e da qualidade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS nos dois períodos em questão, através da aferição da intensidade e da qualidade da participação, analisando a sua frequência às sessões e o registro das suas intervenções no Livro de Atas do Fórum.

Finalmente, nas Considerações Finais, reunimos os resultados dos três capítulos, que nos permitiu aferir participação dos representantes do segmento popular, identificando a intensidade e qualidade da participação nos dois momentos políticos analisados.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO I

Neste capítulo abordaremos o processo de democratização das políticas públicas, bem como, os avanços e retrocessos na luta pela moradia, abordando o PREZEIS, como instrumento de resistência e conquista do direito à cidade.

Passando pelo regime autoritário, vivenciando pelo povo brasileiro em algumas décadas. E relatando as políticas públicas durante o regime militar e enfocando o início do processo de redemocratização do País. Enfatizando a primeira eleição direta para prefeito das Capitais brasileiras, onde iniciou-se um processo de participação popular nas gestões públicas.

1.1 – A Gestão das Políticas Públicas durante o Regime Autoritário

O século XX, na História Brasileira, foi marcado por momentos de grandes lutas por uma sociedade mais democrática, no sentido de abertura dos espaços de participação e controle, por parte da sociedade, especialmente, no que diz respeito às políticas públicas.

Desde o tempo do Brasil Colônia, nossa História é caracterizada por forte centralização do poder. Não precisamos de muito esforço para identificar as características de um regime autoritário, na História Brasileira, pois o último durou mais de vinte anos e faz parte do nosso processo político recente.

Na década de 60 do século passado, mais precisamente no ano de 1964, o Brasil inicia uma série de governos militares que permaneceram no poder até 1985 e amargaram o país com uma ditadura extremamente repressiva.

Durante esse período, montou-se uma nova ordem política caracterizada, fundamentalmente, pela anulação das liberdades democráticas conquistadas no período anterior.

Progressivamente, organizou-se uma estrutura política que levou o Presidente da República, além de representante máximo das Forças Armadas, a transformar-se na autoridade absoluta do país. Esse modelo político deu ao Executivo, amplos poderes, reduzindo a atuação do Legislativo e Judiciário, transformados em sistemas complementares e submissos. Sob vários aspectos, a redução dos Poderes Legislativo e Judiciário alimenta e desenvolve a crise político-econômica de 1961–1964 cuja essência caracteriza-se pelo antagonismo entre os

poderes. Por isso, a “resolução” da crise brasileira, nessa época, estava diretamente relacionada com a superação daquele antagonismo; ou melhor, exigia a condenação da “democracia representativa”. (IANNI, 1979: 196).

Sendo assim, os poderes estadual e municipal perderam autonomia, passando a simples executores da decisão central do Presidente da República.

Neste sentido, o regime militar, instalado no Brasil em 1964, caracterizou-se pelo centralismo e pelo autoritarismo, recorrendo, freqüentemente, à repressão e à violência, a fim de se manter no poder.

O regime apóia-se nos Atos Constitucionais 1 e 2, reprimindo, de maneira violenta, os sindicatos, a mobilização estudantil, e os demais movimentos urbanos e rurais. Contudo, em 1968, há uma reanimação do movimento operário e sindical que organiza greves em todo o país, porém recua-se com o AI-5 que caracteriza a época mais repressora da ditadura.

Vale lembrar que os militares entram em cena, durante um período, marcado por confrontos entre diferentes projetos políticos, para o Brasil, como as Reformas de Base (reforma agrária, reforma na educação, bancária), julgadas necessárias ao desenvolvimento de um capitalismo nacional, do então Presidente João Goulart e que gerou oposição ao governo, principalmente pelos setores ligados à burguesia. Os diferentes interesses ocasionaram graves conflitos sociais, greves urbanas e rurais e um grande e importante processo de organização popular.

No que diz respeito à economia, o regime ditatorial implanta uma rápida diversificação e modernização de indústrias e serviços, sustentada por mecanismos de concentração de renda, endividamento externo e abertura ao capital estrangeiro. A inflação é institucionalizada, através de mecanismos de correção monetária, torna-

se uma das formas de financiamento do Estado. Todo este quadro acentua as desigualdades e injustiças sociais.

Para sanear a economia, o governo impõe uma política recessiva: diminui o ritmo das obras de real interesse público, corta subsídios, dificulta o crédito interno, tornando inevitáveis diversas falências. Em contrapartida, para estimular o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), oferece amplos incentivos fiscais aos setores de exportação; negocia com o capital estrangeiro e oferece mão-de-obra barata, sindicatos controlados e extingue a estabilidade no emprego, estabelecendo, então, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Em meados do regime militar o custo de vida está elevado junto a um grande exército de desempregados e elevada concentração de renda.

Na tentativa de minimizar a situação descrita, o governo estimula a construção civil, criando o Banco Nacional de Habitação (BNH), para operar com os recursos captados pelo FGTS. Todavia, não foi a camada de baixa renda beneficiada com o BNH – como julgavam a que se destinava o projeto – as prestações estipuladas eram inacessíveis para grande parte dos trabalhadores, tornando-se, então, o projeto um empreendimento de moradia para a classe média.

A partir de 1973, começa a desabar, de forma mais evidente, a máscara do “milagre”. O Brasil mergulha em uma forte recessão, tendo como principal consequência, o desemprego. O regime militar não consegue mais conter a insatisfação, (já que a crise passa a atingir, também, a classe média), e se depara com uma nova onda de movimentos sociais: operários, urbanos, rurais, estudantis e diversos outros, resultantes da agravante questão econômica e social do país.

Durante a década de 70, a migração do campo para a cidade acelera o inchaço das áreas urbanas. Esse crescimento das cidades não é acompanhado por

ações de implantação de serviços públicos, como transportes, saneamento básico, tampouco pela criação de uma rede pública suficiente e eficiente de educação e saúde. A classe média e os demais setores burgueses suprem suas necessidades, com escolas particulares, que crescem, desmensuradamente, em números, na época e com os planos de saúde, sob os modelos norte-americanos, enquanto a Rede Pública, já limitada e direcionada a poucos, é sucateada por falta de investimentos.

A questão educacional, historicamente desprezada, é tratada como mais uma forma de controle e alienação: o regime cria o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e investe, maciçamente, contra qualquer modelo que fuja dos seus interesses.

A solução desses e outros problemas sociais constitui a principal reivindicação dos Movimentos Sociais Urbanos (MSUs), durante e pós-regime militar.

Os MSUs surgem, geralmente, nos locais das ocupações de terras; reivindicam direitos básicos de cidadania e lutam pela legalização dos locais ocupados – as favelas.

1.2 – O Processo de Democratização Institucional

Se observarmos as Cartas Constitucionais do Brasil República, podemos perceber que o processo de democratização brasileiro está intrinsecamente ligado ao ideal democrático norte-americano, a saber, a descentralização – processo

bastante debatido nas últimas décadas do século XX, como meio eficiente de democratização. Contudo, a descentralização não é sinônimo de democratização e mesmo que se constitua um instrumento que se torna mais evidenciado em regimes democráticos, isso não implica que:

(...) exista sempre uma relação direta e necessária entre democracia e descentralização, já que esta é um processo que pode se dar tanto em regimes democráticos quanto autoritários. (STEIN; 1997: 76).

As Cartas Constitucionais do Brasil descrevem, ora de forma clara, ora de forma nebulosa, o pensamento dos que estavam no poder em cada período da nossa História.

Ao analisarmos as Constituições Brasileiras, veremos que a centralização do poder, político e administrativo é uma forte característica, desde a monarquia, mantendo-se, expressivamente, nas primeiras Constituições do Brasil República.

(...) Desde o Império, passando pela Primeira República até os períodos mais recentes, observa-se que os movimentos de centralização e descentralização se alternam nos distintos períodos históricos, em função da conjuntura vigente (...), mas as fases onde domina a centralização são mais numerosas e duradouras. (ARAÚJO in SOUZA; 2000:153).

Marcada por grande autoritarismo e centralização do poder político, a Constituição de 1937, apesar de ter sido vigorada por um curto período, possui em seu bojo, fortes tendências fascistas. Já a Constituição de 1946, apesar de alguns

resíduos conservadores e corporativistas, devolve a autonomia aos Estados e Municípios; autonomia esta verificada em Cartas anteriores à de 1937, e ensaia o princípio de uma descentralização administrativa.

O golpe militar de 1964 retarda, por mais de vinte anos, o aprendizado da democracia, no país, e impõe um modelo de desenvolvimento, baseado na concentração de recursos, funções e poder, através da Constituição de 1967 e da Constituição de 1969, conhecida como Emenda Constitucional nº 1, recheada de outras tantas emendas e atos inconstitucionais e complementares.

A partir de 1974, a economia nacional mergulhou numa profunda crise que determinaria o chamado processo de transição democrática.

As principais dificuldades econômicas associavam-se ao crescimento obtido, graças ao capital estrangeiro. De um lado, assistiu-se a uma crescente concentração de renda; de outro, a dívida externa atingira proporções inusitadas, obrigando ao pagamento de juros altíssimos e dificultando o crescimento econômico do país. Para completar o quadro, a partir de 1972, os países produtores de petróleo passavam a elevar, rapidamente, o preço do produto, o que trouxe sérios problemas para o setor energético nacional.

No final da década de 1970, o “milagre brasileiro” dá os primeiros indícios de uma profunda crise fiscal e financeira, detonada com a crise do petróleo e com o esgotamento do modelo fordista-keynesiano¹ que afetou as principais potências capitalistas e toda sua área de influência.

Como consequência, vieram as reduções nas disponibilidades globais de recursos financeiros para acionar programas e projetos; a perda do poder de

¹ A crise de acumulação do antigo modelo de produção fordista-keynesiano engendrou uma série de estratégias, desenvolvidas pelo sistema capitalista para implementar “novas” estruturas e propagar ideologias que garantam sua continuidade e propagação. O processo de enfrentamento à “crise cíclica” da economia brasileira beneficiou a construção de uma cultura política da crise que reorganizou também as bases hegemônicas (leia-se aqui superestruturais) do grande capital.

captação de financiamentos externos para estes programas e projetos; incompatibilidade entre receitas e gastos; distanciamento do Estado perante a população gerando movimentos que pressionassem a descentralização do governo.

No decorrer dos anos 80, enquanto o país conquistava a posição de 10ª Economia Mundial, a qualidade de vida de sua população atingia níveis baixíssimos. O modelo econômico militarista mostrava sua ineficácia, dando margem à crescente oposição. Acentua-se, então, a luta por um processo de abertura política, exigido por líderes políticos, pelos movimentos sociais e pela sociedade em geral, o que propiciou o desencadeamento do processo de redemocratização no Brasil, com a chamada Nova República.

Para Weffort (1989: 02), a Nova República não foi o início de um novo regime democrático, no país, como, talvez, tenham pretendido seus fundadores. Foi pouco mais do que um confuso intermédio entre duas épocas: a do regime autoritário militar que termina em 1984, e a do regime democrático que, enfim, começa, com as eleições presidenciais de 1989.

Nos anos 80, a democracia no Brasil estava muito restrita ao voto e, nos dias atuais, mesmo após a avançada Carta de 1988, com a abertura do voto aos analfabetos, da maneira como está sendo realizada, caracteriza-se como um processo alienador e excludente.

A crise econômica e suas conseqüências sociais inflam os movimentos sociais e a anistia política dos exilados, pelo regime militar, torna-se inevitável, sendo também, mais uma tentativa de acalmar os ânimos; o pluripartidarismo – extinto em 1966 – é restabelecido e novas organizações político-partidárias surgem no cenário político brasileiro; aparece a Central Única dos Trabalhadores – CUT; o

Partido dos Trabalhadores – PT; e diversos outros canais para debates e idéias e divulgação das diferentes reivindicações da opinião pública.

A efervescência dos movimentos sociais, na década de 80, torna a mesma década um palco marcante das lutas populares, com uma sociedade civil organizada, em busca de se legitimar, no cenário político e, assim, participar e exercer o controle sobre as ações do governo. Sem dúvida, a campanha “Diretas Já” foi um marco na história da redemocratização brasileira.

A Igreja Católica, através das suas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), cuja expressão local, “Movimento Encontro de Irmãos” que foi comandado pela figura emblemática do ex-arcebispo Emérito de Olinda e Recife – Dom Hélder Câmara – desempenhou importante papel nas lutas das camadas mais desfavorecidas da sociedade. O Instituto de Teologia do Recife (ITER) formava Agentes de Pastoral, comprometidos com as causas sociais. Em 1979, por intermédio da Comissão de Justiça e Paz (CJP), ofereceu apoio organizacional e jurídico ao surgimento e consolidação de numerosos movimentos populares urbanos na região metropolitana do Recife.

Pela primeira vez, na História do Brasil, a Assembléia Nacional Constituinte de 1987 trabalha com emendas populares. Nesse contexto, a área da saúde mostrou-se bastante expressiva politicamente no processo de redemocratização do país, de tal forma que merece destaque o Movimento de Reforma Sanitária, o qual possibilitou uma maior reflexão por parte da sociedade civil acerca do papel da saúde e suas implicações na vida coletiva.

O referido movimento dispunha de uma proposta alternativa de transformação institucional com participação popular, articulada às transformações

em outros setores sociais. Esta proposta foi aprovada na 8ª Conferência de Saúde (1986) e, consolidou-se na Constituição de 1988.

Tal movimento, juntamente com a Constituição de 1988, propiciou a criação da Lei Orgânica da Saúde e a partir de então, cria-se um terreno fértil para a efervescência de diversos outros movimentos sociais representando os múltiplos setores da sociedade civil.

Vale ressaltar que é inegável o avanço proporcionado pela Constituição de 1988, todavia é preciso deixar claro que “não se pode permanecer em uma concepção legalista como se a simples existência de uma legislação bastasse para se traduzir concretamente em programas e serviços. Deve-se buscar um elo entre tendência legalista e tendência operacional/instrumentadora”. (JOVCHELOVITCH, 1998: 47). Logo, é preciso que as leis saiam do papel para a realidade concreta, permeando o cotidiano da população, o que não vem ocorrendo com boa parte da legislação referente aos direitos sociais.

Assim, mesmo com o processo de abertura política e tentativa de redemocratização, pode-se dizer que o Brasil não é ainda um país democrático, visto que “não há uma percepção nem prática de igualdade como direito” (CHAUÍ, 1999: 436). Ao contrário, o que existe de fato, é a continuidade um modelo autoritário de governo², que hierarquiza pessoas em inferiores e superiores e que possui práticas clientelistas e paternalistas.

Dessa forma, percebe-se que “a democracia, no Brasil, ainda está por ser inventada”. (op. cit.). Portanto, embora tenha havido momento de efervescência, de lutas, reivindicações, fortalecimento dos atores sociais coletivos, como os movimentos sociais, os sindicatos, entre outros, “são praticamente inexistentes os

² No entanto, vale ressaltar que o processo de governo autoritário a partir de 64 não foi completamente extinto, levando-se em consideração a inexistência de um julgamento dos responsáveis e sua manutenção no poder.

momentos em que seria possível afirmar que as massas populares, ou algum dos seus setores tenham conseguido participar do processo político com efetiva autonomia”. (RAICHELIS, 1998: 69). Diante desse quadro, evidencia-se a necessidade de transformar o padrão de relacionamento entre Estado e sociedade civil, a fim de que se fortaleçam os sujeitos sociais coletivos no que se refere ao exercício da cidadania e da participação social e política.

A proposta de uma Nova República que se compromete em fazer mudanças em vários aspectos, como por exemplo, na relação entre governo e sociedade civil, com a perspectiva de maior participação desta nas decisões políticas não vinga. Algumas mudanças realmente vieram – como é o caso da descentralização do Estado, que coloca um novo papel para os governos locais – mas não garantiram um sistema político democrático no real sentido da palavra, apenas provaram a insuficiência de uma democracia representativa, que se tomou inviável porque limita o “cidadão” ao voto.

1.3 – A “Urbanização Desurbanizada”

É sabido, portanto, que a problemática das ocupações de terras urbanas não é uma herança deixada pelo governo do último regime militar, vem do século XIX e culmina com a crescente e rápida urbanização do país, fato resultante da transformação de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade urbana a uma velocidade descontrolada.

As causas da crescente urbanização são múltiplas e podem ser divididas em fatores demográficos, sócio-culturais e sócio-econômicos. As origens remontam, por um lado, ao começo da colonização, quando a formação de poucos centros comerciais ao longo do litoral foi unilateralmente estimulada. As obsoletas estruturas de propriedades transmitidas durante esta época, que conservavam a maioria dos trabalhadores do campo em dependência sem oferecer-lhes bases suficientes para sua existência, contribuíram e continuam a contribuir para a migração às cidades.

Também a fracassada política agrária, orientada à exportação, latifúndios e economia preferencialmente de monoculturas leva a uma continua piora da vida no campo, e a demissão das forças de trabalho impulsionada pela modernização dos meios de produção.

Devido ao fato de que a população urbana no Brasil, como em todos os países em desenvolvimento, cresce mais rapidamente do que a oferta em espaço habitacional, implantação de infra-estrutura, empregos, instituições educacionais, assim como serviços de saúde, o processo de urbanização leva a um crescimento das favelas, dando condições indignas do ser humano, e nas palavras de JACOBI (1989) “uma urbanização desurbanizada”.

Como já foi dito, no Brasil a problemática das favelas tem início no fim do século XIX, no entanto, é a partir dos anos 30 que começa a fazer parte visível das imagens das cidades.

Particularmente drástica, é a situação das cidades do Nordeste, onde, aproximadamente 50% da região sofre os efeitos da seca. Por isso, grande parte da população concentra-se ao longo das áreas litorâneas de clima mais favorável, ou seja, superlotam os grandes centros comércio industriais.

Recife, juntamente com Salvador e Fortaleza, são as maiores metrópoles e mais importantes centros econômicos do Nordeste. Só em Recife, estima-se que existam aproximadamente 421 áreas pobres, segundo levantamento feito pela FADE-UFPE em 1998.

As favelas surgem em todos os lugares, qualquer área próxima a potenciais pontos de trabalho, cabendo neste “critério” áreas de mangue, áreas ameaçadas por enchentes, morros etc, notando que sendo lugares dificilmente utilizados para outros fins, diminui, assim, o risco de expulsão. Em Recife como em outras cidades, encontramos as palafitas, construções em estacas sobre águas dos mares, rios ou solo pantanoso. Todavia, as áreas baldias perto do centro da cidade continuam a ser as áreas de ocupação mais almejadas.

O autor Edson Miranda exemplifica de maneira cruelmente realista a precariedade das condições de moradia do Nordeste. Tomando como exemplo o Estado de Pernambuco que apesar de possuir um dos maiores parques industriais do Nordeste, a sua capital, Recife, inchou de tal forma que não oferece, nem mesmo a sua população mais privilegiada, a infra-estrutura básica como água tratada e rede de esgoto, “mais de quarenta por cento da população morando em favelas (...) com o fornecimento de água subtraído disfarçadamente da rede pública. Os esgotos correndo a céu aberto, arrastando as porcarias. As fossas inexistentes. Os cortiços andando de dia e de noite, ocupando os últimos palmos de chão alheio” (1991: 68-69).

As medidas dos governantes, ao longo da História Brasileira referente à questão habitacional, não permitem reconhecer nenhuma clara estratégia no tocante a solução dos problemas das favelas. As várias formas de intervenção vão desde a repressão aberta, até ignorar a situação. As eventuais propostas de solução do

Estado contra a crise habitacional transparece mais uma preocupação de controlar conflitos do que atender às necessidades da população; o interesse seria em afastar a “ameaça” à ordem do bem-estar das cidades, ou seja, afastar os “favelados”.

Durante o século XX, os diversos governos fizeram uso de diversas estratégias de combate às ocupações. Em 1924, foi criada a Fundação da Casa Operária pelo Diretor de Saúde do Município, Dr. Amaury de Medeiros. Em 1939, Agamenon Magalhães funda a Liga Social contra o Mocambo. No início do regime militar (1965), surge a Companhia de Habitação – COHAB. Todas essas iniciativas do poder público visavam minorar o grave problema da moradia com a construção ou arrendamento de casas às classes populares.

Em 1937, por exemplo, foram promulgadas normas de construção, que visavam à eliminação das invasões dentro do âmbito das edificações urbanas, objetivando a formação da imagem de uma cidade limpa e a criação de projetos de construções governamentais.

Com o crescimento da problemática, um recurso muito utilizado até as décadas de 60 e 70, foi a prática de ignorar os locais ocupados, não oferecendo, ou mostrando interesse em oferecer infra-estrutura para as favelas, com o objetivo de intimidar novas migrações, já que sem perspectiva de vida melhor as cidades deveriam tornar-se menos atraentes.

O exacerbado crescimento no número de favelas demandou a necessidade de união entre as comunidades que se formavam para tornar-se um forte elemento de pressão. Com o passar do tempo, a população foi se organizando e exigindo seus direitos, tornando-se difíceis as expulsões sem as devidas indenizações. As diversas instâncias do governo tentaram solucionar o problema através de remoções dirigidas a lugares “planejados”.

Dentro dos programas habitacionais, foram construídos com meios governamentais blocos de apartamentos, com o fim de deslocar os favelados e “sanear” os locais ocupados. No entanto, estes programas não ofereceram nenhuma alternativa as comunidades removidas, que não contavam com formas para conseguir dinheiro para pagar aluguel ou as parcelas da moradia, nem tampouco tinham perspectiva de trabalho devido à dificuldade de locomoção para os centros comércio industriais.

Se olharmos retrospectivamente para as diferentes estratégias de soluções governamentais referentes à criação e melhoria do espaço habitacional para a população de baixa renda, observamos dois aspectos relevantes em comum: são sempre numericamente insuficientes e apenas projetados como ações pontuais e paliativas.

Outros aspectos essenciais não foram levados, suficientemente, em consideração nos projetos governamentais: mesmo nos programas que incluíam a participação popular, observa-se que esta participação não estava inclusa nos processos fundamentais de decisão.

Um outro fator importante é que por muito tempo a problemática habitacional foi vista isoladamente em relação às condições sociais. Sendo assim, foi sendo minorada como decorrente de um processo mundial e natural de desenvolvimento.

Portanto, tais programas que se limitam ordinariamente à construção de casas, deixando de fora as causas e dificuldades fundamentais relacionadas, não podem levar a uma melhoria duradoura das condições de vida.

Devido à falta de propostas e sucessos políticos no sentido de melhorar a situação das favelas, restam aos membros destas comunidades, na maior parte das vezes, duas alternativas: ou se conformam com as condições indignas e o constante

perigo de uma expulsão, ou travam com os órgãos públicos uma longa luta para a legalização e a melhoria da situação habitacional.

Os que optam pela última alternativa impulsionam, junto a outros grupos de excluídos sociais, os Movimentos Sociais Urbanos (MSUs). Estes movimentos, particularmente as associações de bairros, associações comunitárias, conselho de moradores, etc, configuram-se como “formas de resistência e de luta das classes populares no sentido de verem reconhecidos seus direitos como cidadãos e de participarem social e politicamente da sociedade” (BATISTONI et al, 1985:118).

O fator primordial que contribuiu para a criação dos MSUs, é sem dúvida, a histórica inércia do Estado em responder adequadamente às reivindicações da população no tocante às políticas públicas.

Há registros de fusões para a formação de associações de moradores desde o início do século XX, mas um crescimento expressivo só vem ser observado nas décadas de 1940 e 1950, quando também começava, com a industrialização, um rápido crescimento das cidades. Tornou-se necessário que as classes sociais de baixa renda procurassem novas formas de participação social e política, para poderem articular seu interesses com relação aos grupos dominantes.

A figura da Igreja, na sua ala mais progressista, foi sem dúvida, um recurso importante de apoio durante os anos de ditadura militar; possuindo, até certo ponto, um caráter de proteção para a população contra a intervenção militar.

Ao final dos anos de 1970 quando, por um lado, houve um enfraquecimento da dureza e da estabilidade do regime militar e, por outro lado, o fim do “milagre econômico” levou a uma piora das condições de vida, observa-se novamente, um claro aumento dos MSUs – uma pesquisa da ETAPAS revela que 44,4% da comunidades de base foram fundadas entre 1978 e 1982, e outros 35,56% entre

1982 e 1986 – (SILVA et al, 1988:65). A ênfase destes novos movimentos é dada à “regularização da propriedade dos terrenos” (BRANT CALDEIRA, 1989:223). Neste contexto de ampla e crescente mobilização social tem origem o PREZEIS como instrumento de resistência e conquista do direito à cidade.

1.4 – O Processo Histórico do PREZEIS enquanto Instrumento de Resistência e do Direito à Cidadania

Antes de descrever o processo histórico que originou o Fórum do PREZEIS do Recife, que é o objeto da análise desta dissertação, é necessário, primeiro, situar a criação e implementação da lei do PREZEIS, no Recife.

1.4.1 – O Processo de Elaboração da Lei do PREZEIS

Em 1983, durante a administração municipal de Jorge Cavalcanti (vice-prefeito alçado à titularidade devido ao então prefeito Gustavo Krause haver se desincompatibilizado do cargo para assumir a vice-governadoria de Pernambuco), a Prefeitura da Cidade do Recife aprovou a primeira Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano. A lei nº 14.511, de 17 de janeiro daquele ano, que classifica o uso do solo urbano em 06 (seis) tipos de zonas, determinando, para cada uma delas, usos de solo permitidos ou tolerados e índices e taxas de ocupação definidos. Dentre elas,

as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são áreas caracterizadas como de baixa renda ocupadas espontaneamente, existentes e consolidadas que serão objeto de planos de urbanização e legalização; respeitando-se a tipicidade de cada comunidade e integrando cada uma na estrutura urbana formal.

A Comissão de Justiça e Paz (CJP), vinculada à Arquidiocese de Olinda e Recife, convoca setores do Movimento de Bairros do Recife para discutir uma proposta de regulamentação da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano que permitisse sua aplicação no tocante à urbanização e legalização fundiárias das ZEIS.

Dessa forma, durante o período de quase um ano, a CJP, representantes do segmento popular, Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) e Assembléia de Bairros, estiveram juntos, discutindo e elaborando uma proposta de anteprojeto de Lei com essa finalidade. Tal proposta de anteprojeto de lei recebeu o nome de PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social).

A lei do PREZEIS representa um avanço no que diz respeito ao uso do solo urbano pela classe popular, colocando restrições a um dos princípios sagrados do Capitalismo que é a propriedade privada. Ao garantir a permanência do morador na área, tenta evitar a expulsão violenta e/ou a expulsão branca, que se dá “quando os moradores de favelas aceitam uma indenização do poder público, vendem suas benfeitorias e sua posse, deixando seu lugar para outras pessoas que tem mais dinheiro” (ETAPAS:1991:39).

Por ocasião da primeira eleição para Prefeito da Capital, seguiu-se uma ampla discussão com os candidatos: Augusto Lucena (PDS), Sérgio Murilo (PMDB), Jarbas Vasconcelos (PSB), João Coelho (PDT), Roberto Freire (PCB) e Bruno Maranhão (PT). Os prefeituráveis Jarbas Vasconcelos, João Coelho, Roberto Freire

e Bruno Maranhão comprometeram-se com os promotores da proposta de uma vez eleitos, acatá-la e encaminhá-la do executivo para aprovação pela Câmara Municipal. Em um seminário realizado em 15 de dezembro de 1985 e organizado pelas entidades do movimento popular e as entidades de assessoria, o prefeito eleito acata o anteprojeto de Lei e se compromete a encaminhá-lo como mensagem do Executivo à Câmara dos Vereadores para sua aprovação. Em abril de 1986, quatro meses após a sua posse, no Colégio Marista, acontece uma grande assembléia quando o anteprojeto foi entregue, formalmente, ao prefeito Jarbas Vasconcelos.

Seguiu-se um período de discussão e revisão do texto com os técnicos da Prefeitura e tramitação do projeto de lei na Câmara dos Vereadores. Em março de 1987, a Câmara dos Vereadores aprova a lei sob o número 14.947/87, e o prefeito Jarbas Vasconcelos a sanciona. A partir daí se deu o processo da implantação do PREZEIS na organização formal da URB-Recife.

1.4.2 – Implantação do PREZEIS na Estrutura da URB-Recife e seus Primeiros Passos na Gestão Jarbas Vasconcelos

Para viabilizar a institucionalização do PREZEIS foram contratados como dirigentes e assessores da URB-Recife alguns dos membros das entidades de assessoria aos movimentos populares.

Os primeiros passos consistiram na formação das COMULs, que são as instâncias de coordenação dos processos de urbanização e legalização em cada área ZEIS. Durante o ano de 87, foram instaladas quatro COMULs.

As COMULs estavam constituídas por sete representantes: um da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura da Cidade do Recife; um da Empresa de Urbanização do Recife (URB-Recife), que é o responsável pela execução do projeto urbanístico; dois da comunidade, eleitos pelos moradores; um representante de uma entidade de assessoria (ONG) indicada pelo Movimento Popular; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Pernambuco, (OAB-PE); e um representante do órgão público executor.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano definiu inicialmente 27 (vinte e sete) áreas ZEIS e foram instaladas, de imediato, 4 (quatro) COMULs: Coque, Coelhos, Brasília Teimosa e Torrões. Essas COMULs foram as primeiras a ser instaladas pelo fato de já terem sido iniciados os planos urbanísticos nessas localidades. Logo em seguida, foram implantadas outras COMULs.

No final da gestão Jarbas Vasconcelos (1986-1988), que não conseguiu eleger seu sucessor e ante o risco de ser desestruturado o PREZEIS pela volta ao poder municipal de Joaquim Francisco (último prefeito nomeado pelo governador), foi convocado um seminário para discutir o cenário do PREZEIS numa gestão que se supunha radicalmente contrária aos mecanismos de gestão democrática das políticas públicas. Decidiu-se, então, a criação de um Fórum do qual formassem parte, além das COMULs, representantes da OAB-PE e da UFPE como forma de oferecer resistência coletiva às tentativas de esvaziamento e risco de extinção do PREZEIS. No dia 28 de dezembro, foi realizada a assembléia de instalação do

Fórum, sendo eleito seu primeiro presidente. Foi empossado no cargo, Moacir Gomes, representante da COMUL de Brasília Teimosa.

Assim, através do decreto n. 14589/88, foi instituído, o Fórum Permanente do PREZEIS, com a finalidade de oferecer apoio técnico e político as COMULs e as áreas que requerem a sua regularização como ZEIS.

O Fórum do PREZEIS do Recife é o espaço de articulação das políticas públicas de urbanização e regularização fundiária, tendo as seguintes atribuições: subsidiar as COMULs e as áreas que requerem a sua regularização como ZEIS; exercer um papel político de defesa da demanda coletiva, ou seja, agregar e unir as forças e interesses populares; exigir, perante o poder público, responsabilidade, providências e recursos para a operacionalização do PREZEIS e investimentos para melhorias das comunidades consideradas como ZEIS.

Nesse período, o Fórum Permanente do PREZEIS do Recife tinha a seguinte composição: representantes do poder público municipal e estadual; todos os representantes populares das COMULs; representantes de entidades de articulação do Movimento Popular como a FEMEB, o MDF, FEACCA, além de entidades de assessoria aos movimentos populares, como a CJP, o CEAS, CENDHEC, ARRUAR, a SCJP, o CEDDHEP, a OFF, OAB-PE, o MDU-UFPE.

Inicialmente, o Fórum tinha caráter consultivo. As reuniões tinham cunho político muito forte com um discurso inflamado por parte das lideranças comunitárias, enfatizando a descentralização administrativa e preservação das conquistas democráticas.

1.4.3 – Resistência e Luta – Gestão Joaquim Francisco e Gilberto Marques

Paulo

Os técnicos da gestão Joaquim Francisco adotavam um discurso tecnocrático e centralizador, evidenciando intransigência e inabilidade para o debate com representantes dos movimentos populares e de entidades da sociedade civil, numa quadra histórica de garantias e avanços sociais consubstanciados na recém-promulgada Constituição de 1988 e os debates que se seguiram no Estado para a elaboração da Constituição Estadual e posteriormente da Lei Orgânica Municipal, processo do qual participaram ativamente a maior parte dos representantes populares e das entidades de assessoria no Fórum do PREZEIS. A discussão política centrava-se na gestão democrática das políticas públicas, o direito à cidade por parte de todos os seus habitantes, a melhoria das condições de habitabilidade, mas no nível de gestão municipal assistia-se a tentativas de esvaziamento e paralisação das atividades do Fórum.

A gestão Joaquim Francisco tentou, de todas as formas, inviabilizar as reuniões do Fórum do PREZEIS do Recife. Elas ficaram marcadas pelo imobilismo burocrático causado pela ausência de vontade política e pela imposição de limitações à maior participação popular por parte dos representantes do poder público municipal. Fica muito clara a resistência desta administração municipal em adotar um modelo de gestão democrático-participativa, conforme atesta científica e quantitativamente a tese de doutorado intitulada *“Participação Popular e Conquista da Cidadania. Avaliação da qualidade da participação popular no Fórum do*

PREZEIS” do nosso orientador e professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e de Serviço Social da UFPE, Luis De la Mora.

Diante de todas essas dificuldades, impostas por um governo que não priorizava a gestão democrática, o Fórum do *PREZEIS* do Recife funcionaria como forma de articulação e politização, objetivando assegurar o espaço institucional conquistado com muito esforço.

Em 1989, o Prefeito da Capital, Joaquim Francisco, afastou-se do cargo para concorrer ao governo estadual. Assumiu seu vice, Gilberto Marques Paulo, com a mesma origem política e intimamente ligado ao grupo do ex-governador e, na época, deputado federal Roberto Magalhães. Dentro desse quadro, a Prefeitura manteve o tratamento hostil ao Movimento Popular do Recife. Sem respaldo algum, o Fórum do *PREZEIS* do Recife viveu momentos difíceis com a explícita tentativa de esvaziá-lo. Declinaram as reuniões e diminuíram as presenças de alguns líderes comunitários, receosos de represálias contra sua comunidade, o que poderia acarretar não-implantação e, até mesmo, paralisação de obras. “O período de Gilberto Marques (1990/1992) foi, especificamente, o de maior dificuldade de relacionamento entre a Prefeitura e as organizações populares” (Geraldo Marinho:1999: 44).

Diante de todos os entraves postos pela administração municipal da época, o Fórum do *PREZEIS* resistiu para provar que “sua institucionalização garantiu a permanência, nas diversas gestões, mesmo quando não existia um comprometimento da administração local” (Sílvia & Sílvia:1996: 20).

Nessa mesma época de adversidades institucionais, mas de amplíssima mobilização social entorno da elaboração da Lei Orgânica Municipal, o *PREZEIS* foi inserido nesse documento legal, tornando-se parte constitutiva e integral dos mecanismos institucionais de gestão da política urbana municipal.

Vale lembrar que em 1992, foram instituídas pela administração municipal somente 36 áreas como ZEIS. Adicionalmente, um decreto tornou quase impossível a implantação dessas Zonas, pois incluíram critérios como tamanho mínimo de área de 05 hectares; ocupação por período superior a 05 anos; certificando que ninguém com renda superior a 03 salários mínimos estivesse morando no bairro; entre outros. Assim, dificilmente uma ocupação poderia preencher os requisitos para obter o status de ZEIS. (Decreto n, 15.887 de 10.07.1992, publicado no Diário Oficial do Recife de 12.07.1992).

1.4.4 – Fortalecimento do PREZEIS na Gestão Jarbas Vasconcelos e Reformulação da sua Estrutura

Em 1992, Jarbas Vasconcelos é eleito, novamente, prefeito da Cidade do Recife. Faz grandes investimentos no PREZEIS, nas suas estruturas internas, valorizando suas instâncias principalmente na liberação de recursos financeiros.

Frente a este novo contexto político, o PREZEIS reconquistou seu espaço privilegiado de instrumento de democratização da gestão pública municipal.

Iniciou um período de ampliação e consolidação dos espaços democráticos institucionais. Reformulação do PREZEIS e implementação de um vasto programa de capacitação das lideranças populares em várias temáticas: orçamento e finanças, urbanismo e meio-ambiente, política fundiária e organização pública.

O Fórum do PREZEIS do Recife, de modo organizado, pressionava o Executivo municipal pela regulamentação do Fundo do PREZEIS. O Fundo foi

criado, sendo destinado 1,2% da arrecadação tributária do Município e repassado para uma conta corrente específica em nome do Fundo Municipal do PREZEIS, gerenciada pela coordenação do Fórum, e executada financeiramente pela URB-Recife.

Durante o primeiro ano da segunda gestão de Jarbas, em 1993, foi centrada a atenção na necessidade de consolidar institucionalmente o PREZEIS. Para este fim foi realizada uma série de seminários sobre “O PREZEIS na atual Conjuntura”, a principal conclusão foi a de que a lei do PREZEIS precisava ser reformulada. Essa reformulação foi exaustivamente discutida no Fórum do PREZEIS, encaminhada à Prefeitura que, por sua vez, encaminhou para aprovação pela Câmara Municipal e, finalmente, foi sancionada pelo Executivo sob o nº 16.113/95.

A aprovação da nova lei resultou nas seguintes modificações no PREZEIS:

- o Fórum do PREZEIS passa a ter caráter deliberativo, sendo sua coordenação ampliada para 5 (cinco) membros: três representantes do segmento popular; um do poder público municipal (URB-Recife); e um do conjunto das entidades de assessoria/ONGs;
- deixa de existir a figura do presidente do Fórum do PREZEIS, passando a existir o coordenador-geral do Fórum, eleito através do voto secreto e direto pelos integrantes do Fórum;
- a escolha dos representantes comunitários para a COMUL passa a ser feita através de eleições na área;
- ficam asseguradas reuniões da COMUL na área, ampliando a participação da população nesse espaço;
- são institucionalizadas as Câmaras de Urbanização, Legalização e Orçamento e Finanças, de caráter técnico-consultivo com a finalidade de subsidiar o

Fórum do PREZEIS no planejamento, acompanhamento das ações e fiscalização da aplicação de recursos do Fundo do PREZEIS;

- a distinção metodológica entre os programas de urbanização e de regularização fundiária que permitiu a separação das duas Câmaras;
- a introdução na lei da figura do Plano Específico, que permitiu estabelecer um plano próprio adequado às especificidades de cada ZEIS.

Com a nova lei, a estrutura de gestão e forma de funcionamento do PREZEIS, passou a ser como descreveremos a seguir:

- **Fórum do PREZEIS**

É o espaço de articulação política relativa ao conjunto das áreas ZEIS e dessas em relação à cidade como um todo, tendo as seguintes atribuições:

“Promover debates, encontros e seminários de capacitação sobre temas relacionados com o PREZEIS; Gerir o Fundo do PREZEIS; Articular junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a solução das questões pertinentes às ZEIS; Solicitar ao Executivo Municipal a criação e extinção das COMULs; Acompanhar e fiscalizar o funcionamento das instâncias do PREZEIS; Divulgar o PREZEIS; Promover a articulação com a sociedade civil e poderes públicos em defesa do PREZEIS; Acompanhar a tramitação de processos legislativos referentes às ZEIS; Acompanhar as negociações necessárias à viabilização de recursos para o Fundo do PREZEIS; Representar os interesses das ZEIS junto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano; Acompanhar os processos administrativos que versem sobre a transformação de novas áreas ZEIS; Analisar e emitir parecer acerca da

proposta de sub-classificação das ZEIS e revisão da mesma; Captar recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano” (Lei do PREZEIS, art. 35º).

A coordenação dirige as plenárias do Fórum do PREZEIS e representa-o perante qualquer instância; acompanha o funcionamento das Câmaras de Urbanização, Legalização e Orçamento e Finanças; e monitora o processo de eleição dos representantes das comunidades.

- **Câmaras Temáticas**

Constituem-se de instâncias consultivas, de caráter técnico, que têm como finalidade subsidiar o funcionamento do PREZEIS, com a seguinte composição:

- dois representantes do segmento popular;
- dois representantes das entidades de assessoria;
- dois representantes do poder público.

- **Câmara de Urbanização**

Tem a finalidade de acompanhar o processo de urbanização no conjunto das ZEIS, oferecendo subsídios para o Fórum do PREZEIS em suas definições de aplicação dos recursos do Fundo Municipal do PREZEIS.

- **Câmara de Legalização**

Acompanha o conjunto das ZEIS que estejam efetivando a regularização fundiária, definindo estratégias para agilizar os processos, discutindo problemas gerais e elaborando propostas globais relativas à regularização fundiária no PREZEIS.

❑ **Câmara de Orçamentos e Finanças**

Administra e fiscaliza a aplicação dos recursos destinados às ZEIS. Atualmente encontra-se desativada.

• **COMULs**

As Comissões de Urbanização e Legislação da posse de terra constituem o espaço de deliberação política responsável pela formulação, implementação e fiscalização dos projetos de urbanização e regularização fundiária a serem desenvolvidos em cada área ZEIS, sendo compostas por dois representantes da comunidade; dois representantes do poder público (técnica social e arquiteto); um representante da entidade que assessora a comunidade.

É papel da COMUL:

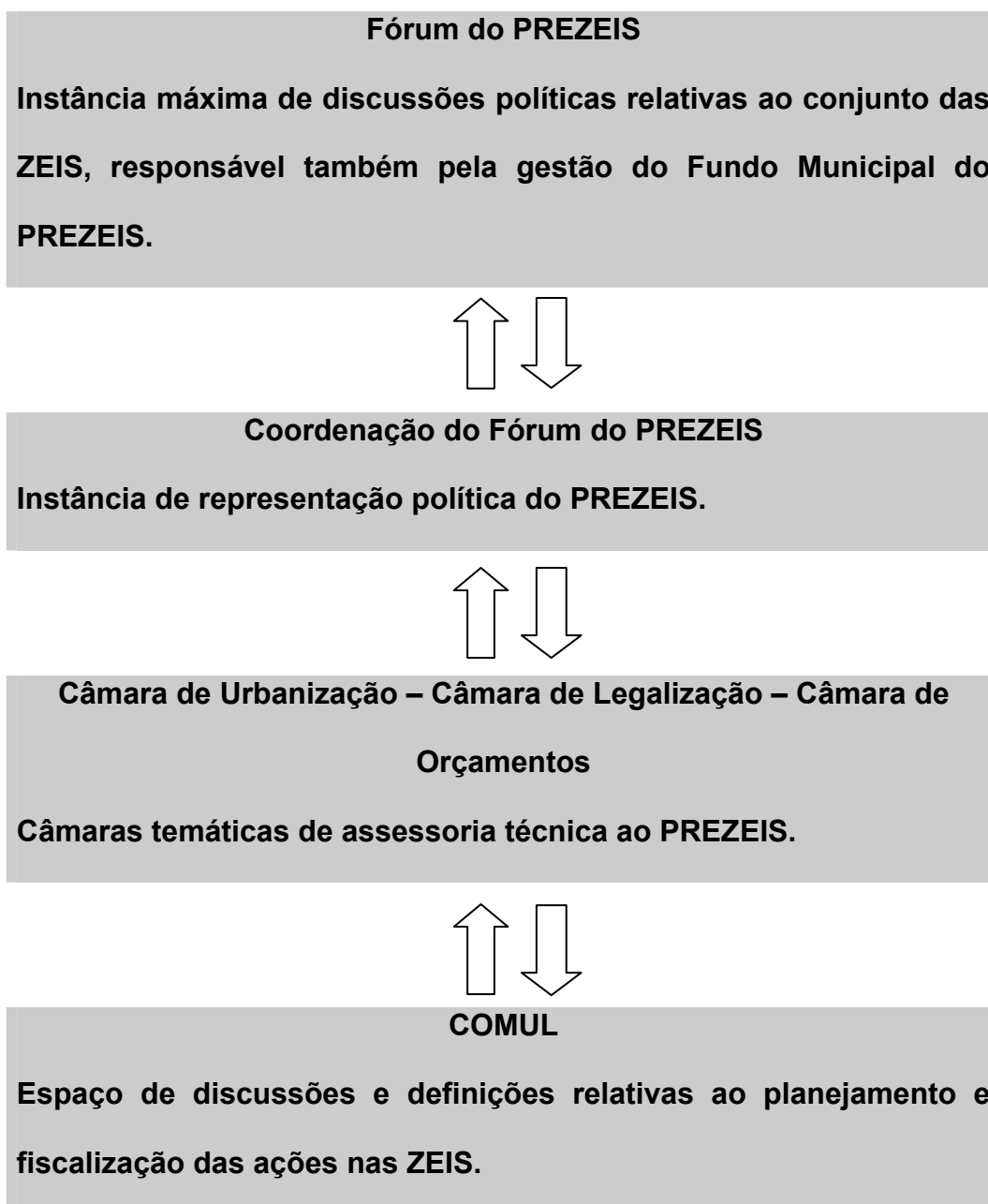
- divulgar o PREZEIS na respectiva área;
- definir as prioridades das áreas a partir das discussões com a população;
- coordenar e fiscalizar a elaboração e execução dos planos de urbanização e regularização fundiária;
- dirimir os conflitos referentes à urbanização e regularização fundiária;
- viabilizar a participação da população nas diversas etapas dos processos de urbanização e regularização fundiária;
- elaborar, quando da conclusão dos trabalhos de urbanização e regularização fundiária, parecer de encerramento a ser apresentado ao Fórum do PREZEIS, o qual extinguirá a COMUL.

Suas reuniões acontecem a cada 15 (quinze) dias, sendo uma delas na sede da URB-Recife e a outra na comunidade, facilitando a participação dos moradores nas discussões e encaminhamentos da COMUL, sendo essas públicas, tendo os participantes o direito à voz.

Os representantes do segmento popular na COMUL são escolhidos pela comunidade através de eleição secreta e direta, da qual participam com direito a voto todos os moradores maiores de 16 anos e residentes no perímetro delimitado da respectiva ZEIS. A COMUL ainda conta com um suplente para cada titular e duas pessoas que integram o grupo de apoio. O grupo de apoio é instalado durante a execução do plano de regularização fundiária e urbanística na área, com a finalidade de mobilizar a população e fiscalizar a realização das obras. Sua escolha se dá através de uma assembléia na localidade

Após a aprovação da nova lei do PREZEIS, foram criados os Grupos de Trabalho nas temáticas de Trabalho e Renda, e de Meio Ambiente, tendo um caráter técnico-consultivo, subsidiando o Fórum do PREZEIS nessas temáticas.

Atualmente, a **Estrutura Organizativa do PREZEIS** tem a seguinte configuração:



A segunda gestão do prefeito Jarbas Vasconcelos (1993-1996) com o slogan “Recife de Alto Astral” promoveu a retomada do Programa Prefeitura nos Bairros que veio a evoluir em 1995 para o Orçamento Participativo. Os conselhos escolares,

conselhos gestores da saúde, conferências municipais das diversas políticas públicas, fórum da Cidade, etc, foram criados e implantados paralelamente.

Nesse período constata-se um relacionamento mais harmônico entre os representantes do poder municipal e a plenária do Fórum do PREZEIS do Recife. As sessões do Fórum deixam de ser uma arena, passando a expressar um discurso de negociação, em virtude da postura aberta e receptiva dos representantes da administração municipal. Abandonando os embates político-ideológicos, usando uma moderna terminologia de co-gestão e co-participação, onde os responsáveis pela gestão da cidade não seriam apenas os representantes do poder público. Seria, também, a sociedade civil organizada e os membros do governo municipal. Tal mudança foi, de imediato, captada por todos os componentes do Fórum do PREZEIS do Recife. Reforçando a conceituação democrática na implementação de políticas públicas.

“A evolução do PREZEIS mostra que o poder local, cada vez mais, precisa optar por formas mais justas e democráticas de gerir a cidade, onde o cidadão passa a ser co-gestor na construção do seu espaço, partilhando direitos e responsabilidades” (Freire et al:1998:68).

A autora da citação foi muito feliz em resumir o novo modelo de administração, onde o cidadão comum pode opinar e deliberar na formulação da política pública que está sendo implementada pelo executivo municipal em sua comunidade. Na verdade, o que a autora expressou é a proposta original da lei do PREZEIS. O que infelizmente não foi captado por nenhum dos administradores que se sucederam entre as duas administrações de Jarbas Vasconcelos, talvez por serem oriundos do regime militar, que governou o País por mais de 30 anos.

Os governantes municipais precisam entender que existe um novo modelo de administração, vigente desde a lei nº 14.947/87, que originou o PREZEIS. Os gestores públicos têm que se guiar pela forma democrática e participativa de gerir a cidade. Criando e possibilitando canais de participação, nos quais a sociedade civil tenha voz e delibere as ações na construção do seu espaço e com um olhar para a cidade como um todo.

A complexidade dos processos políticos reservara uma surpresa e o processo de democratização das instâncias locais de gestão das políticas públicas sofre um impacto inesperado.

O então prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, surpreende Pernambuco, com uma guinada radical, ao mudar para o outro pólo da política pernambucana. Abandona suas antigas alianças vinculadas aos movimentos sociais e estabelece novas alianças com seus antigos adversários. Alia-se ao PFL, partido arqui-rival, passando a compor uma nova frente política. Frente composta pelo seu partido, PMDB (ex-MDB, oposição legal ao regime militar), pelo PFL (ex-ARENA, partido de sustentação da ditadura), pelo PSDB (partido do candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso) e partidos menores do mesmo espectro político-ideológico. Apóia o ex-prefeito biônico, Gustavo Krause, na eleição para o governo de Pernambuco, contra o seu tradicional aliado, Miguel Arraes. Arraes ganha o governo de Pernambuco, em 1994. Com grande vantagem e, ainda, no 1º turno. Jarbas compromete-se a apoiar, como candidato a sua própria sucessão (1996), o pefelista, Roberto Magalhães. Em troca, seria escolhido, unanimemente, candidato a governador em 1998 pela coligação conservadora.

Na última reunião do prefeito Jarbas Vasconcelos com todos os participantes do Programa do Orçamento Participativo, garantiu que o seu sucessor para o qual

tinha pedido votos de todos, se comprometera a continuar dando toda a prioridade ao PREZEIS e que as obras inacabadas ou não executadas no último exercício de Jarbas (1996) teriam sua continuidade garantida pelo prefeito eleito.

1.4.5 – Novo Recuo na Gestão Roberto Magalhães

Em Janeiro de 1987, Roberto Magalhães é empossado como prefeito do Recife, vencedor do pleito na Capital. Era grande a expectativa por parte de expressivo percentual de lideranças comunitárias que compõem o Fórum do PREZEIS e que, por fidelidade a Jarbas, votaram em Magalhães, na continuidade das ações administrativas, implementadas no governo anterior.

O então prefeito Roberto Magalhães manteve a equipe técnica do PREZEIS, mas o próprio perfil da política administrativa começou a dar sinais de mudança. Os novos diretores, sem nenhum compromisso com os avanços democráticos, passaram a adotar na plenária do Fórum do PREZEIS do Recife um discurso incompatível com a realidade do momento.

Tivemos também várias obras aprovadas durante 95, e que não foram executadas por Jarbas em 1996, não saíram do papel. Não houve mais negociação de nenhuma obra nova durante todo o governo Roberto Magalhães, ao passo que obras começaram a ser realizadas de acordo com as práticas clientelistas tradicionais: pedidos diretos de vereadores ou de lideranças comunitárias que apoiavam politicamente esta gestão. O PREZES e o Fórum passaram por um novo período de hiperpolitização e de tensões.

1.4.6 – Novo Tempo, Novas Perspectivas na Gestão João Paulo

Depois de acirrada disputa no 2º turno da eleição municipal, vencida com pequeníssima margem de votos pelo candidato da coligação Frente de Esquerda, o Recife experimenta uma atmosfera de grande expectativa de mudanças devido à essa inesperada vitória do candidato João Paulo.

O prefeito eleito visitou o Fórum do PREZEIS em 29 de novembro de 2000, assegurando que daria continuidade às obras inacabadas tanto na gestão de Jarbas Vasconcelos quanto na de Roberto Magalhães.

Em 1º de janeiro de 2001, é empossado o novo prefeito do Recife, João Paulo (PT). Assume a Prefeitura com o slogan “Ação por uma vida melhor”.

No início dessa nova administração, a maioria dos atuais membros da plenária do Fórum do PREZES, eleita durante a gestão municipal de Roberto Magalhães, identifica-se politicamente com as forças da aliança PMDB, PFL, PSDB.

É provável que este perfil contribua para tornar hostis as relações entre o Fórum do PREZEIS e a atual administração petista.

Esta tensão veio a se agravar em razão da redução de 32% dos recursos destinados ao Fundo Municipal do PREZEIS.

Segundo informações de algumas lideranças comunitárias do Fórum do PREZEIS, a gestão João Paulo (PT) pretenderia esvaziar o Fórum do PREZEIS como instância deliberativa das prioridades da ação municipal no que diz respeito à urbanização e legalização das áreas ZEIS, transferindo as reuniões das COMULs para as plenárias do Orçamento Participativo (OP).

Desde o início da administração de João Paulo, tem sido dada grande ênfase para as plenárias do Orçamento Participativo, na expectativa de transformá-lo em único espaço institucional de apresentação, discussão e decisão sobre as prioridades setoriais e ações específicas a serem implementadas em cada uma das 18 microrregiões homogêneas em que é dividido o território municipal, não permitindo que outros mecanismos setoriais de gestão democrática coexistam de forma paralela ao processo central do Orçamento Participativo.

Neste contexto de mudança radical de estilo de gestão, nossa pesquisa tentou analisar o teor da intensidade da mudança nas relações estabelecidas entre representantes do segmento popular e representantes do poder municipal, no espaço instituído do Fórum do PREZEIS.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO I

Percebemos que durante um grande período da história brasileira, não existia os mecanismos de participação popular na esfera pública, principalmente nas décadas de 50 e 60. Durante o regime militar, participação era uma terminologia usada só pelos movimentos de resistência ao regime autoritário.

No final da década de 70 e meados da década de 80, crescendo principalmente pós-Constituição de 1988, inicia-se um período de efervescência pelos mecanismos de participação.

Alavanca-se no Brasil, impulsionado pela promulgação em 1988 da nova Constituição do Brasil, um grande movimento pró-participação que garanta efetivamente vários canais de participação popular nas diversas esferas institucionais.

Reforçando os espaços institucionais como um mecanismo de participação popular numa democracia que encontrava-se num processo transitório, buscava-se novos posicionamentos na relação formal do poder.

Diante dos avanços na participação institucionalizada, iremos elucidar no capítulo seguinte como se deu a participação social nas gestões públicas, abordando variados conceitos e formas de participação.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO II

Iniciamos este Segundo Capítulo apresentando a participação social na gestão das políticas públicas e a classificação das formas de participação.

A participação popular nas políticas públicas significa um avanço na forma de gerir o poder estatal. A participação institucional, nos termos em que se pratica o PREZEIS, mostra que, apesar dos problemas que lhe são inerentes como, por exemplo, a ambigüidade do papel desempenhado pelos agentes do poder público, em algumas vezes querendo travar a máquina pública, motiva a militância a se organizar cada vez mais para consolidar as conquistas democráticas e assegurar o Fórum do PREZEIS como uma nova forma de administrar os problemas sociais que envolvem uma metrópole.

2.1 – Conceito de Participação

A participação social na gestão das políticas públicas é um dos principais componentes na construção da democracia. No entanto, ela pode ser também um ponto crucial na análise de uma nova teoria democrática, principalmente nos países capitalistas.

É importante salientar que ao longo de vários séculos, a questão da participação direta de alguns “cidadãos”, nas questões das políticas públicas adotadas no país, serviu de cenário para as inúmeras discussões e debates, em torno de se alcançar os objetivos onde a participação popular era inicialmente um dos principais caminhos para a consolidação da democracia, e que isto só seria possível através dos diversos canais de gestão democrática em todos os setores e níveis das políticas públicas.

É importante dizer, que este não é um assunto novo, ou seja, as questões da participação popular remontam há séculos atrás, desde a participação na democracia grega passando pela “vontade geral” de Rousseau até os nossos dias.

No Brasil, um dos aspectos mais relevantes no processo de descentralização surgiu com a Constituição de 1988, incentivando à abertura de espaços que venham instigar a participação popular, embora se ressalte que nem sempre o viés da descentralização esteja vinculado à participação popular nas tomadas de decisões.

Desta forma, a categoria de participação popular que vislumbramos se constitui “como o conjunto de práticas sociais através das quais a sociedade civil,

por intermédio de suas organizações representativas (ou diretamente), coloca-se diante do poder instituído com vistas ao atendimento de suas demandas” (COELHO, 1999: 98), o que faz com que a participação popular assuma uma dimensão política.

Para BOBBIO (1999), existem pelo menos duas formas de participação política a se considerar: partindo da forma menos intensa – designada pelo termo de *presença*, que se caracteriza por comportamentos essencialmente passivos e uma forma chamada *ativada*, quando o indivíduo desenvolve de maneira organizada ou não uma atividade promovida por ele mesmo ou por outros, como campanhas eleitorais, manifestações de protesto, entre outros, ativada através da participação ativa no fórum.

Vale ressaltar que mesmo na forma da “presença” ou na “ativada”, a realidade concreta da participação política revela que a mesma está restrita “a um círculo bem limitado de pessoas” (op. cit.), a grande massa da população exerce sua participação política apenas no período das eleições e algumas vezes de forma manipulada.

Esta é uma das dificuldades do regime democrático no Brasil, garantir a participação popular nas decisões do poder governamental. Principalmente, em momentos em que a descrença em nossos partidos políticos nos tem afastado dos processos participativos.

Assim, alguns programas e políticas do governo exigem formal e legalmente a existência de conselhos para que possam funcionar, mas isso não implica necessariamente em uma participação ativa, pois, pode haver uma predominância de relações clientelistas, onde o interesse maior das pessoas que vão participar estar em obter algum favor e/ou benefício em troca do fato de estarem participando. Também podemos ter, um predomínio de relações maniqueístas, onde a

participação existe para somente legitimar as ações do governo. Encontramos ainda a participação imposta de cima para baixo dificultando o entendimento e o significado de importantes canais de participação.

De acordo com Pedro Demo: *“participação não é dádiva, e nem concessão, participação é conquista; não é ausência, eliminação ou superação do fenômeno do poder, mas outra forma de poder”* (1986: 20-21).

Com esta concepção, encontramos a forma de participação conquistada, fruto de luta do movimento popular, muitas vezes por causas concretas e imediatas, e que assumem um grande poder político de pressão, frente ao poder público. Temos como exemplo, vários conselhos de moradores, o espaço político do PREZEIS, o Orçamento Participativo, entre outros. Nesta forma de participação, a sociedade civil se organiza para veiculação e articulação dos seus próprios interesses, enfatizando o fortalecimento dos mecanismos de participação enquanto elementos canalizadores das reivindicações políticas e sociais de um modo geral e como mais um espaço para o exercício da participação popular.

O Fórum do PREZEIS, no decorrer dos anos tem apresentado avanços e retrocessos, concretizando efetivamente a participação popular, embora, podemos convir que não é ainda uma prática generalizada e permanente. Como toda ação social é dialética, apresenta altos e baixos.

Porém, vale ressaltar que a participação dos cidadãos na vida política esbarra em limites institucionais, então se deve buscar nos veículos de participação institucionalizados caminhos que ativem esta participação, vislumbrando a partir daí uma nova cultura, com maior autonomia dos atores sociais no exercício de sua *práxis*. Daí a importância de espaços participativos, institucionalizados, visto que estes, podem contribuir para se romper com a cultura antidemocrática, marcada por

decisões impostas de cima para baixo e configurar-se como um veículo de participação democrático.

Afora a institucionalização de novos canais participativos, é necessário que a sociedade civil tenha condições de discutir seus problemas e inclusive apontar possíveis soluções.

É importante, portanto, que esta sociedade se politize, que aprenda a reivindicar em todos os seus segmentos, que saia de sua apatia para uma atitude menos cética e mais construtiva, é preciso que a própria sociedade aprenda a articular alternativas e canais de participação junto aos poderes instituídos.

Nessa perspectiva, segundo GOHN (2001: 95): *“a participação para ser efetiva precisa ser qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto. É preciso dotá-las de informações e conhecimento sobre o funcionamento das estruturas estatais”*.

2.2 Formas de Participação

Classificamos quatro formas de participação: *Coexistir (Estar juntos); Colaborar; Co-gerir e Compartilhar*.

2.2.1 Coexistir. Estar Juntos

Quando se fala em participação popular, logo se pensa se em coexistir, ou seja, logo se pensa em “estar juntos”, ou pelo menos é o que se vislumbra das práticas sociais dentro de um contexto político democrático de atuação, através das quais a sociedade em todos os seus níveis estabelece um conjunto de forças de suas organizações mais representativas com o objetivo de se lançar frente ao poder instituído, para alcançar o atendimento das demandas existentes apresentadas pelos movimentos sociais organizados e que fazem parte da sociedade civil exercendo o seu pleno Estado Democrático de Direito.

Portanto, o coexistir permite intensificar as lutas dos movimentos sociais organizados e encontrar explicações e respostas, para o “estar juntos”, ou seja, os sujeitos sociais atuando em conjunto com o poder instituído em defesa dos direitos básicos e inerentes à vida de todo e qualquer indivíduo, estabelecido no art. 5º da Constituição Nacional. Qualquer violação aos princípios que rezam a nossa Carta Maior desperta a intensificação das lutas de classe.

2.2.2. Colaborar

A participação popular descortina o sentido de colaborar com as lutas de classes e os movimentos sociais, além disso, a autonomia dessas categorias se

encontra cada vez mais comprometidas com as atividades desenvolvidas por essas representações, de tal modo que o “colaborar” não apresenta restrições e nem limitações para atingir o ideal democrático.

Exemplificando podemos, citar o que acontece na COMUL, no PREZEIS, e outros, onde os representantes das comunidades tem determinadas responsabilidades e os representantes da prefeitura outras, de maneira que juntos estejam colaborando para o processo de viabilização e andamento do mecanismo institucionalizado de participação.

Entretanto, dois fatores interferem nessa relação. Um é de ordem política e o outro é de natureza econômica, que juntos se torna a face visível do poder centralizador e perverso para uma sociedade que sonha em ser mais democrática.

2.2.3 Co-gerir

Participação e co-gestão representam significativamente o entrelaçamento daquilo que se espera existir entre o povo e o poder dentro do contexto de um Estado democrático, ou seja, a concepção democrático-participativa de uma sociedade que vê seus direitos assegurados e constituídos através de ações complementares entre um e outro. Ou ainda, ações portadoras de dignidade e responsabilidade paritárias.

Num Estado democrático, imagina-se co-gerir as ações do poder constituído com a anuência de uma participação popular, constituído do seu mais alto grau de representatividade nas decisões políticas, econômicas e sociais. De maneira que o

Estado possa reconhecer no povo a sua capacidade de colaborar e co-existir destas decisões sempre nos moldes e limites instituídos pela legislação, sem nunca cercear ao povo, essa forma de co-gerir nas ações emanadas pelo poder instituído.

Para haver co-gestão, os sujeitos sociais representantes do segmento popular e os representantes do poder público atuam de forma que os interesses de ambos sejam efetivados, dividindo as tarefas, cumprindo os deveres e as responsabilidades assumidas. Co-gerir pode ser entendido como uma forma de gestão pública onde o Estado discute previamente com a sociedade organizada, com usuários dos sistemas de serviços, com as classes de trabalhadores e prestadores de serviços, compartilhando assim, responsabilidades entre gestor e a sociedade na construção de políticas públicas mais democráticas.

2.2.4 Compartilhar

Na participação popular, compartilhar tem o sentido de viabilizar as ações que visem o bem-estar social, ou seja, é o resultado de um processo que atende aos interesses de ambas as partes envolvidas. Compartilhar significa que todos tiram proveito da ação participativa.

De acordo com DEMO (1988:23): *“a organização dos movimentos sociais nas questões políticas é na verdade o primeiro canal de participação seja ao nível de aglutinação de interesses (grupos de interesse), seja ao nível da composição localizada (comunidades)”*.

Com isto se pode entender que a fonte de participação poderá ocorrer de diversas formas, e que ela passa a ter validade, a partir do momento que um grupo

de pessoas se organiza dentro ou fora do espaço econômico, se este grupo não se organiza politicamente, o discurso dos membros dessa organização não tem qualidade no seu discurso democrático. A seguir apresentar-se-á algumas características das diversas formas de fonte de participação.

2.3 Fontes de Participação

Classificamos cinco fontes de participação: *Espontânea; Imposta; Voluntária; Induzida e/ou Provocada; Conquistada.*

2.3.1 Espontânea

De acordo com BORDENAVE (1992: 27): “*participação espontânea é aquela que leva os homens a formarem grupos de vizinhos, de amigos, “panelinhas” e “gangs”.* (grifos do autor). Na maioria das vezes, esses grupos não se apresentam de forma organizada, ao contrário seus objetivos não são claros e tão pouco, definidos em suas propostas.

A realidade, é que eles representam tão somente o desejo de verem os seus interesses atendidos e não o da coletividade. Na verdade, esses grupos esperam apenas receber prestígio e reconhecimento. Ainda de acordo com o autor: “*eles*

satisfazem suas necessidades psicológicas de pertencer, expressar-se, receber e dar afeto” (BORDENAVE, 1992: 27).

2.3.2 Imposta

Na participação imposta, os indivíduos são obrigados a realizar no grupo a que pertencem, certas atividades que lhes são impostas como, por exemplo, o voto obrigatório no Brasil. Para BORDENAVE (cf. op. cit.) são muitos os grupos nos quais os indivíduos são obrigados a desenvolver atividades que são consideradas indispensáveis, e ele exemplifica da seguinte forma:

... As tribos indígenas obrigam os jovens, por exemplo, a se submeterem a cerimônias de iniciação e rituais de passagem, enquanto as nações modernas os forçam a se submeterem à disciplina escolar e a fazer parte do exército. A missa dominical dos católicos... (BORDENAVE, 1992: 28).

Quando ocorre a imposição, ela é aceita como forma de participação, nesse caso, tem-se o poder hábil, estratégico, capaz. De acordo com DEMO (1988:101): “a participação não pode ser dada, outorgada, imposta, e quando assim acontece, ela faz uso de um disfarce, assim sendo, a participação imposta não é merecedora do seu verdadeiro poder que chega ao seu destino sem uma base concreta, não existe qualidade no seu discurso e de modo geral, essa participação é um engodo e não possui legitimidade representativa”.

2.3.3 Voluntária

Para BORDENAVE (1992): *“o caso da participação voluntária, o grupo é criado pelos próprios participantes, definindo sua organização além deles próprios estabelecerem seus objetivos e métodos de trabalho. Fazem parte desse tipo de participação os: sindicatos livres, as associações profissionais, as cooperativas, os partidos políticos”*.

Está incluído nessa categoria, o participar de um negócio, como sócio capitalista ou gerente. Ele esclarece ainda que *“nem sempre a participação voluntária surge como iniciativa dos membros do grupo”*. Explica também que *“nem sempre a participação voluntária surge como iniciativa surge como iniciativa dos membros do grupo”*. (BORDENAVE, 1992: 28).

2.3.4 Induzida e/ou Provocada

Segundo BORDENAVE (1992: 28): *“a participação provocada pode ser processada através de uma participação por agentes externos, pode ser uma participação dirigida ou manipulada”*. Para o autor, nesse caso, ela é induzida, isto é, trata-se de uma participação provocada por agentes externos, que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou manipulada com a finalidade de atingir seus próprios objetivos. (BORDENAVE, 1992: 28).

A título de ilustração, apresenta os seguintes exemplos de participação provocada como, por exemplo, *a extensão rural, o serviço social, o desenvolvimento de comunidades, a educação em saúde, os trabalhos de pastoral, a agitação-propaganda*. (BORDENAVE, 1992: 29).

2.3.5 Conquistada

A participação conquistada é aquela na qual o indivíduo pertence a um determinado grupo que exerce suas ações e atividades através dos movimentos sociais, principalmente frente ao poder instituído. A participação conquistada assegura os direitos devidos aos cidadãos, segundo DEMO (1988:100): “*se os direitos não forem conquistados, não se realiza algo que é cerne da cidadania, a saber, a capacidade de construir com iniciativa própria seu espaço*”.

BORDENAVE (1992: 29), evidencia a participação conquistada da seguinte forma: *a participação nos lucros, outorgada por certas empresas a seus trabalhadores*.

Em outras palavras, a conquista dos direitos dos cidadãos se efetiva após um período de lutas de classe com o objetivo determinado, embora esse tipo de participação muitas possa vir a atender aos interesses de um determinado grupo frente a sua ideologia.

2.4 Graus de Participação

Em qualquer grupo ou organização, os graus de participação desempenham um papel fundamental, principalmente no que diz respeito ao grau de controle dos membros sobre as decisões que venham a ser tomada. Nesse aspecto, o grau de controle é tão importante quanto são as decisões de que se pode participar. Assim sendo é preciso compreender a qualidade do discurso como indicador das posturas e das atitudes dos interlocutores.

BORDENAVE (1992: 30) enfatiza que *“no caso do controle, evidentemente não é igual os membros participarem de atividades decididas pelo próprio grupo e participarem duma atividade controlada por outro ou outros. Numa associação de pais e mestres, por exemplo, os pais podem opinar e colaborar, mas via de regra o controle é mantido pela direção do colégio”*.

Os graus de participação dentro do contexto de uma organização qualquer, irá depender do menor ou maior acesso ao controle das decisões que são determinadas pelos membros, havendo, portanto, uma variação que deve ser levada em consideração em relação à postura que se é estabelecida pelo(s) membro(s) nos níveis de participação na organização e/ou grupo.

2.4.1 Omissão

A omissão pode ser entendida da seguinte forma: quando um membro de um grupo ou até mesmo de uma organização não esboça nenhum grau de participação sobre as decisões a serem tomadas pelos membros. A omissão pode ser vista como um descompromisso por parte de um ou mais membros de uma organização.

Na omissão, o menor grau de participação está relacionado à informação, levando-se em consideração o que diz Pedro Demo em seu livro pobreza política: *“a informação faz parte dos conteúdos mais legítimos da democracia, ela passa a se constituir numa forma de participação, a falta de informação resulta na omissão ‘de comunicação’, ‘de expressão’*. (DEMO, 1988: 30).

2.4.2 Presença Passiva

Na presença passiva verifica-se um grau de participação sem grande significância, evidentemente não é igual ao grau de participação anteriormente mencionado, mas se constitui em termos de qualidade do discurso como uma postura que está sujeita a críticas, principalmente nos momentos de decisões a serem tomados pelos membros da organização.

2.4.3 Presença Ativa Contestativa

Quando esse grau de participação acontece, observa-se claramente, a reação contestatória por parte dos membros, em relação às informações processadas e recebidas por ocasião de uma decisão tomada por eles no contexto de uma organização. Em alguns casos, os superiores são levados a reconsiderarem uma decisão inicial. Por outro lado, existem casos em que o direito de reação não é tolerado, seja de qual forma for que ele se processe, ou seja, recebido.

A participação ativa contestativa pode ser entendida ainda, como o processo de legitimidade da representação popular, ou seja, o processo participativo fundado em estado de direito, que regulamenta de modo democrático e comunitário as regras de jogo da vida em comum. (DEMO, 1988: 48).

2.4.4 Oferta ou Solicitação de Informações

Como já foi visto anteriormente, o menor grau de participação é o de informação, mas convém lembrar que tanto a sua oferta quanto a sua solicitação, poderá ser expressa por intermédio de uma consulta facultativa, ou seja, a administração pode, se quiser e quando quiser, consultar subordinados lhes permitindo fazer críticas, sugestões ou dados para resolver algum problema. (BORDENAVE, 1992: 31). Todavia, ela pode variar no seu grau de participação. Os

subordinados devem ser consultados em certas ocasiões, embora tenham a convicção que o poder de decisão final é dos membros diretores.

2.4.5 Expressão de Opiniões

Neste grau de participação, o(s) membro(s) podem expressar suas opiniões, assim eles estarão tendo um grau de participação em nível de presença até mesmo contestatória, esboçam uma reação em relação a uma tomada de decisão do(s) membro(s) de uma organização. Essa expressão de opinião pode não ser tolerada em função de uma decisão por parte de um membro da organização, da mesma forma que o subordinado expressa sua opinião, os superiores de grupo e/ou organização podem também reconsiderar uma decisão já tomada anteriormente.

2.4.6 Apresentação de Proposta

A qualidade do discurso se dá quando a postura e atitude dos interlocutores são feitas através da apresentação de proposta. Nesse caso, os membros participam num grau que lhes permite expressar uma opinião em relação a uma decisão tomada pelos membros de uma organização.

De acordo com BORDENAVE (1992: 32), a apresentação de proposta poderá ocorrer num grau mais avançado de participação, isto é, por meio de uma

elaboração em se recomendam medidas que os superiores aceitem ou rejeitem, embora sejam obrigados a justificar o seu posicionamento em relação a recomendação apresentada.

2.4.7 Encaminhamento de Exigências

Para BORDENAVE (1992: 32), o encaminhamento de exigências representa o grau de participação de um membro ou mais exercendo influência direta numa tomada de decisão. Esse encaminhamento é realizado por meio de comitês, conselhos ou outras formas colegiadas de gestão participativa e/ou co-participativa, cabendo a administração estabelecer limites dentro dos quais todos têm poder de decisão.

2.4.8 Decisão

A decisão é um posicionamento no qual a qualidade do discurso indica uma postura e atitude de autonomia da administração em certos campos ou jurisdições, cabendo apenas a essa administração estabelecer certos limites para executar uma tomada de decisão, o nível de decisão dependerá apenas do grau de importância ou não que essa decisão venha a apresentar.

Segundo BORDENAVE (1992: 33), as decisões podem ser organizadas em níveis, do mais alto ao mais baixo, dependendo dos níveis de participação, eles serão discutidos a seguir.

2.5 Níveis de Participação

Conforme já foi dito anteriormente, o nível de participação nas tomadas de decisões se processam em seis níveis, e se dividem em assuntos mais relevantes e em assuntos menos relevantes. De acordo com BORDENAVE (1992: 33), são seis os níveis de participação:

- Nível 1 – formulação da doutrina e da política da instituição;
- Nível 2 – determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias;
- Nível 3 – elaboração de planos, programas e projetos;
- Nível 4 – alocação de recursos e administração de operações;
- Nível 5 – execução das ações;
- Nível 6 – avaliação dos resultados.

2.6 Tipos de Participação

Ao se falar em tipos de participação, não se pode deixar de mencionar Rousseau, visto ter sido ele, o primeiro a defender a idéia da democracia direta, na

qual as decisões de governo seriam adotadas com base em conselhos populares, assembléias, referendos, plebiscitos e projetos de iniciativa popular. De acordo com Suely Morgado, considerava-se que essa proposta seria exequível em comunidades menores, mas alguns pensadores contemporâneos avaliam como absolutamente viável um sistema que mescle a democracia direta com a representativa.

Temos três tipos de participação: a *clientelista*, a *maniqueísta* e a *crítica*.

Na primeira, isto é, na participação *clientelista* se observa o grau de participação onde os jogos de interesses são sempre voltados na direção de uma classe dominante, visando assim, perpetuar os interesses dessa classe com a finalidade de não permitir a participação popular frente ao poder instituído e se constata na execução de ações voltadas para os objetivos e aos interesses da manutenção e dominação do poder. Conforme assim se posiciona Bordenave: “*nos níveis de formulação de política e de planejamento que se processa por meio de uma participação restrita apenas aos burocratas, tecnocratas ou lideranças*”. (BORDENAVE, 1992: 34).

A participação *maniqueísta* envolve situações em que os grupos e/ou organizações se deixam levar por influência de agentes externos, que podem induzir determinados membros a realizar ou manipular determinadas ações visando assim, a atingir objetivos previamente estabelecidos atendendo aos seus próprios interesses.

Para De la Mora (1998: 5), no tipo de participação *maniqueísta*, tanto os representantes do segmento popular quanto os dirigentes municipais, consideram os outros como oportunistas. Existe uma desconfiança e desprezo entre eles, a tal ponto que se desenvolve uma hostilidade permanente e universal, que De la Mora denomina de Articulação sem Crítica.

Na participação *crítica*, os representantes do poder público e do segmento popular, respeitam-se mutuamente. Reconhecem-se como diferentes, mas são capazes de discutir e deliberar, colaborar eficientemente, sem no entanto perder a autonomia dos movimentos nem a natureza da função pública. Esse tipo de participação tem um papel fundamental nas decisões emanadas pelo Estado, contribuindo para um verdadeiro Estado Democrático de Direito. Dentro desse contexto, a democracia participativa possibilita que a população alcance graus e níveis de participação popular cada vez mais elevados, permitindo a divisão de funções.

Neste tipo de participação popular, se fortalecem os conceitos de co-existir, colaborar, co-gerir, compartilhar. Algumas vezes essa participação poderá ser formulada por meio da participação espontânea, induzida e conquistada.

No entanto, não muito raro, esses objetivos são na maioria das vezes, são conseguidos através de grandes batalhas e árduas lutas contra o *establishment*, enfrentando os mais diversos grupos de pressão, exigindo dos seus interlocutores capacitação e experiência na forma de negociação e muito diálogo para alcançar as metas e os objetivos traçados nas suas propostas de co-gestão e participação popular.

A participação popular vem gradativamente apresentando mudanças nas suas formas de combater as formas clientelistas e maniqueístas, e construindo lentamente a participação *crítica*, que é aquela que permite ampliar e consolidar a democracia.

Nesta nossa pesquisa, onde trabalhamos a intensidade e a qualidade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS em gestões políticas distintas, consideramos a intensidade como expressão de

interesse, entusiasmo do participante na consolidação do processo; em relação à qualidade da participação, estamos considerando, como expressão da competência em trazer para discussão no Fórum temas pertinentes e relevantes para consolidação do espaço democrático do PREZEIS.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO II

Na segunda parte deste trabalho, mostramos que a participação se constitui de diversas formas dentro das políticas públicas, como também se compõem em vários tipos de participação.

Neste contexto, trabalhamos a intensidade e a qualidade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS em gestões públicas distintas.

Consideramos a intensidade como expressão de interesses, entusiasmo da participação na consolidação. Em relação à qualidade da participação, estamos considerando como expressão da competência em trazer para discussão no Fórum, temas pertinentes e relevantes para afirmação definitiva do espaço democrático do PREZEIS. É de grande importância que os representantes comunitários percebam onde e como estão inseridas as suas formas de participação no conjunto do PREZEIS a fim de aperfeiçoar, da melhor forma possível, as suas intervenções.

Diante do exposto, no próximo capítulo iremos dissecar os aspectos metodológicos, além de analisar a intensidade e a qualidade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS do Recife.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA E ANÁLISE DA INTENSIDADE E DA QUALIDADE DA PARTICIPAÇÃO

INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO III

Neste capítulo mencionaremos a metodologia que foi desenvolvida pelo professor e doutor Luís De la Mora com base no pensamento teórico de professor Juan Diaz Bordenave e que foi aplicada nesta dissertação. Analisaremos, também, a participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS em duas gestões político-administrativas distintas. Na primeira, do prefeito Roberto Magalhães, no segundo semestre de 2000 e na gestão do atual prefeito, João Paulo no primeiro semestre de 2001. A participação será avaliada através da análise da intensidade e da qualidade da participação dos representantes do segmento popular no ato de exercer suas atividades enquanto membros do Fórum.

A intensidade será aferida, a partir da frequência dos representantes do segmento popular, registrada no Livro de Presenças, como também, do número de

intervenções registradas na Livro de Atas das sessões secretariada por um funcionário da Empresa de Urbanização do Recife-URB.

A qualidade foi medida através dos indicadores do grau e nível da participação, considerando a relevância das intervenções, ou seja, a pertinência dos temas propostos para discussão, visando à consolidação dos objetivos do Fórum do PREZEIS.

3.1 Metodologia

Para avaliar a intensidade e a qualidade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS nos dois períodos analisados, utilizamos como indicadores da Intensidade: a assiduidade e a quantidade de intervenções registradas nos Livros de Presença e Atas. Essas mesmas intervenções, analisadas segundo os critérios de grau e de nível de participação aos quais seu teor se adequava, serviram para aferir a qualidade da participação.

Dada a natureza complexa da aferição da intensidade e qualidade da participação, a técnica utilizada foi a de análise da documentação oficial dos Livros de Presença e de Atas, pois esta técnica é mais objetiva e pertinente para o objeto da pesquisa.

Evitamos técnicas de indagação através de entrevistas ou questionários para não incorrerem no risco de obter respostas viciadas e distorcidas.

Acreditamos que os registros nas atas demonstram realidades dos fatos políticos de cada intervenção pronunciada de acordo com a pauta das reuniões que

representa a relevância e o significado da expressão verbalizada por cada representante do segmento popular.

Depois de realizadas as leituras das atas, formulamos os quadros: **Quadro 2000, Quadro 2001 e Quadro 2001.1** que contém o nome do representante que realizou a intervenção, a COMUL que a pessoa era membro, o conteúdo, o grau e nível da intervenção. Isto permitiu-nos sintetizar e sistematizar as intervenções de cada participante, indicando a COMUL que representava. Cada uma das intervenções foi classificada de acordo com os indicadores do grau e nível de participação do seu conteúdo.

Os graus e níveis de participação com suas respectivas graduações podem ser observados nos **Quadros 1 e 2**, dispostos abaixo. Estabelecemos pontuação para o grau numa escala de 0 a 7. Para o nível a escala vai de 0 a 5. Essa análise foi realizada levando em consideração a participação individual de todos os representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS que tiveram intervenções registradas em ata pelo secretário do Fórum.

Na **Tabela 1**, relativa à cada sessão do Fórum, podemos identificar o grau e o nível das intervenções dominantes em cada uma das sessões, a partir da qualidade das intervenções dos seus participantes. Podemos assim dizer que numa determinada sessão o grau 3 (informes) concentrou 40% das intervenções e que o grau 2 (reclamações e protestos), apenas 20%. O mesmo pode ser expresso para o nível, calculando a frequência das intervenções para cada nível. Para concluir: em determinada sessão o nível dominante foi o nível 1 (assuntos administrativos, meios), ao passo que a questão do Fundo Municipal do PREZEIS foi apenas tratada em apenas 2% das intervenções.

Depois de fazer análise por sessão, podemos agrupar as sessões do período Roberto Magalhães e comparar com as do período João Paulo e, em seguida, tirar as conclusões gerais.

Quadro 1

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO GRAU DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO FÓRUM DO PREZEIS

Ausente.	0
Está presente mais não fala nada importante que mereça ser registrado na ata.	1
Fala, mas sua fala é de crítica, briga, protesto, insulto, reclamação, inconformidade.	2
Fala para informar ou pedir informações.	3
Opina, sugere.	4
Propõe.	5
Exige.	6
Decide, sua proposta foi aceita.	7

Quadro 2

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO FÓRUM DO PREZEIS

Assuntos impertinentes.	0
Assuntos administrativos.	1
Articular as comunidades.	2
Aprovar a criação de novas ZEIS (em primeira instância).	3
Propor diretrizes de políticas.	4
Gerir o Fundo do PREZEIS.	5

Com grau e nível de participação individual definidos, passamos a analisar a frequência dos representantes do segmento popular às sessões do Fórum. A análise da frequência às sessões do Fórum mostrou que todos os representantes do segmento popular participaram de todas as sessões, mas apenas uma pequena parte assumiu uma participação ativa, emitindo mensagens que viessem a oferecer uma contribuição considerada importante para o desenrolar dos trabalhos do Fórum pelo secretário, responsável pela redação da ata.

Com o resultado do grau e nível da participação definido e a frequência aferida passamos a analisar a qualidade da participação.

A intensidade da participação medida através da frequência às sessões e do número de intervenções registradas em ata. A qualidade aferida através da análise do grau e nível dessas intervenções, permitiram-nos agrupar os representantes do segmento popular em quatro grupos, que apresentamos nas **tabelas G1, G2, G3, G4**.

A **tabela G1** apresenta o grupo 1 (G1), que congrega os representantes do segmento popular com intervenções altas nas duas gestões. A **tabela G2** apresenta o grupo 2 (G2), que congrega os representantes do segmento popular com intervenções altas na gestão Roberto Magalhães e baixas na gestão João Paulo. A **tabela G3** apresenta o grupo 3 (G3), que congrega os representantes do segmento popular com intervenções baixas na gestão Roberto Magalhães e altas na gestão João Paulo. A **tabela G4** apresenta o grupo 4 (G4), que congrega os representantes do segmento popular com intervenções baixas nas duas gestões.

As tabelas supracitadas foram elaboradas a partir da classificação das frequências, participação, grau e níveis atingidos pela intervenção realizada por cada representante do segmento popular.

Inicialmente, apresentamos algumas características de cada um dos grupos a fim que o leitor possa situar-se melhor na interpretação do resultado.

O G1 apresenta um número alto de intervenções nas duas gestões. Ademais é composto por antigos representantes do segmento popular, sendo que alguns deles também são membros da coordenação do Fórum do PREZEIS.

Por seu turno, o G2 e G3 têm uma característica de certa forma bem peculiar, alguns representantes comunitários tiveram um número alto de intervenções na gestão Roberto Magalhães e um baixo número de intervenções na gestão João Paulo e os outros tiveram um número alto de intervenções na gestão João Paulo e um número baixo de intervenções na gestão Roberto Magalhães.

Já o G4 demonstra uma uniformidade das intervenções realizadas pelos representantes do segmento popular, sendo que o número de intervenções foi baixo em ambas gestões.

Nos próximos itens deste capítulo, proceder-se-á o desenvolvimento da análise da intensidade e da qualidade da participação entre os representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS do Recife.

3.2 Análise da Intensidade da Participação

Para avaliarmos a intensidade da participação tomaremos como parâmetro o elevado grau de atividade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS, aferida a partir da sua assiduidade às sessões do Fórum e do número das suas intervenções registradas no Livro de Atas do Fórum, o que permitirá calcular a intensidade individual de cada liderança tanto na gestão Roberto Magalhães quanto na gestão João Paulo.

A partir da análise da **tabela 4**, percebemos grande diferença na intensidade, de uma gestão para outra, podemos citar como exemplo dois representantes de comunidades diferentes: Na gestão Roberto Magalhães, Heunar Santos (representante da comunidade Greve Geral), teve 06 intervenções registradas no Livro de Atas do Fórum que, multiplicado pelo peso 05, valor definido para todas as intervenções dos representantes do segmento popular e somado às 06 frequências do período, atinge 36 de intensidade de participação. Por sua vez, Bismark Saraiva (representante da comunidade de Beirinha) teve 07 registros no Livro de Atas do Fórum que, multiplicado pelo peso 05 e somado às 05 frequências na gestão Roberto Magalhães, alcança 40 de intensidade da participação. Na tabela a seguir, percebemos claramente a diferença entre as duas gestões.

TABELA 4
SEGMENTO POPULAR – Intensidade da Participação
2º Semestre.2000 e 1º Semestre.2001

NOME	INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO (RM)	INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO (JP)
Bismarck Saraiva	40	137
Heunar Santos	36	139
Clóvis (Dindão)	21	19
Noel Gomes	21	33
André Luiz	13	4
Penha Gouveia	13	19
Lucas Gazolo	10	5
Manoel Mendes (Neco)	10	10
Adenisio Pereira	9	16
Everaldo Nunes	9	7
Luila Bezerra	9	13
Rosalvo Lima	9	9
Degenildo Trajano	8	29
Elaine Farias	6	19
Severina Pereira (Biuzinha)	6	27
Araguacy Paula	5	8
Iranilda Conceição	5	13
Ivanildo Joaquim	5	9
Lindinalva Barros	3	9
Aldemar Freitas	0	16
Cláudio Aprígio (Cacau)	0	14
Fernando Lima	0	12
João José	0	14
TOTAL	238	581

AVALIAÇÃO: A INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO foi aproximadamente **2,5 vezes maior** no Período JP em relação ao Período RM.

TABELA INDIVIDUAL 18

SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual

HEUNAR SANTOS – COMUL Greve Geral / Coordenação do Fórum

2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	1
		8				8	1
7		7	1	7	1	7	
6		6	1	6	2	6	3
5	1	5	1	5	3	5	3
4	1	4		4	2	4	1
3	4	3		3	17	3	2
2		2	1	2	1	2	14
1		1	2	1		1	1
0		0		0		0	

Intensidade da Participação: RM 36 – JP 139

- Frequência às Reuniões: RM 6 (100%) – JP 9 (100%)
- Número de mensagens registradas em ata:

Durante a gestão Roberto Magalhães, HEUNAR SANTOS teve apenas 6 mensagens registradas, enquanto na gestão João Paulo, foram 26 mensagens.

TABELA INDIVIDUAL 28

SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual

BISMARCK SARAIVA – COMUL Beirinha / Coordenação do Fórum

2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8	1			8	6
7		7		7		7	1
6		6		6		6	8
5	1	5	4	5	6	5	3
4		4		4	3	4	2
3	6	3		3	15	3	
2		2		2	2	2	4
1		1	2	1		1	2
0		0		0		0	

Intensidade da Participação: RM 40 – JP 137

- **Frequência às Reuniões:** RM 5 (83%) – JP 7 (78%)
- **Número de mensagens registradas em ata:**

Durante a gestão Roberto Magalhães, BISMARCK SARAIVA teve 7 mensagens registradas, enquanto que durante a gestão João Paulo, foram 26 mensagens.

Em relação à gestão João Paulo, a representante da comunidade Greve Geral, Heunar Santos, participou de 09 sessões e teve 26 intervenções registradas, atingindo 139 de intensidade de participação. O representante da comunidade da

Beirinha, Bismark Saraiva, participou de 07 sessões e também teve 26 intervenções registradas, atingindo 137 de intensidade de participação.

Nos últimos seis meses da gestão Roberto Magalhães foram registradas em ata 37 intervenções pelo secretário do Fórum do PREZEIS, ao passo que nos primeiros seis meses da gestão João Paulo foram registradas 97 intervenções. Este resultado pode sugerir duas interpretações diferentes:

- 1) A quantidade de assuntos relevantes no final de uma gestão, quando não há mais projetos a serem formulados ou negociados é menor que uma gestão que se inicia;
- 2) A relação entre o Fórum do PREZEIS e a administração Roberto Magalhães atingiu altos graus de tensão, quase ruptura, criando fortes divergências, devido a administração não reconhecer esse espaço de participação social como instância de gestão da política de urbanização e regularização fundiária das ZEIS. Ao passo que as expectativas resultantes da vitória de um candidato historicamente identificado com os movimentos sociais e organizações populares, estimulou a criatividade e a confiança dos representantes do segmento popular de que suas proposições seriam acolhidas no plano de ação da Prefeitura e da URB-Recife em particular.

Em geral, a intensidade da participação pode ser considerada como tímida em ambas gestões. Utilizamos, como parâmetro de avaliação, o número de integrantes da representação comunitária nas reuniões do Fórum do PREZEIS do Recife que teve uma composição média de 68 líderes comunitários, conforme anexos. Todavia, somente um pequeno percentual de intervenções pode ser considerado como mensagens relevantes, pois existem intervenções registradas no

livro de Atas do Fórum cujo conteúdo apresenta assuntos impertinentes ao PREZEIS.

Ocorreram determinadas reuniões onde ficou constatada uma altíssima da intensidade de participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS do Recife, só que essas intervenções ficaram restritas a informações de assuntos irrelevantes ao Fórum. Esta forma de intensidade nos remete a dois tipos de grupos: ativo e passivo.

O Grupo dos Ativos são os representantes que tem uma taxa de frequência elevada e são propositivos. A intensidade da participação mostra-se elevada quando aferimos o valor da frequência adicionado ao das intervenções registradas na ata do Fórum do PREZEIS do Recife.

O Grupo dos Passivos são os representantes que tem um grau de frequência elevado, contudo não apresentam proposições. A intensidade da participação alcança um grau baixo, tendo em vista o número reduzido de intervenções registradas.

3.2.1 Análise da Assiduidade

Na gestão Roberto Magalhães houve um bom nível de assiduidade. Quatro representantes do segmento popular compareceram às 06 (seis) reuniões realizadas nesse período e quatro não compareceram a nenhuma reunião. A taxa de assiduidade atingiu 60%.

Na gestão João Paulo houve também um bom nível de assiduidade, porém com uma pequena elevação na taxa de assiduidade (66%) e sem frequência nula. Cinco representantes do segmento popular compareceram às 09 (nove) reuniões realizadas nesse período.

TABELA 5**SEGMENTO POPULAR – Frequência**

NOME	RM		JP	
	FREQ	%	FREQ	%
Adenisio Pereira	4	67%	6	67%
Aldemar Freitas	0	0%	1	11%
André Luiz	3	50%	4	44%
Araguacy Paula	5	83%	3	33%
Bismarck Saraiva	5	83%	7	78%
Cláudio Aprígio (Cacau)	0	0%	4	44%
Clóvis (Dindão)	6	100%	9	100%
Degenildo Trajano	3	50%	9	100%
Elaine Farias	6	100%	9	100%
Everaldo Nunes	4	67%	7	78%
Fernando Lima	0	0%	2	22%
Heunar Santos	6	100%	9	100%
Iranilda Conceição	5	83%	8	89%
Ivanildo Joaquim	5	83%	4	44%
João José	0	0%	4	44%
Lindinalva Barros	3	50%	4	44%
Lucas Gazolo	5	83%	5	56%
Luila Bezerra	4	67%	8	89%
Manoel Mendes (Neco)	5	83%	5	56%
Noel Gomes	6	100%	8	89%
Penha Gouveia	3	50%	4	44%
Rosalvo Lima	4	67%	9	100%
Severina Pereira (Biuzinha)	1	17%	7	78%
MÉDIA (em porcentagem)	60%		66%	

Comparativamente, durante a gestão Roberto Magalhães, foram registradas boas taxas de assiduidade, porém com índices de presença e participação menores que à gestão João Paulo. Podemos supor que um dos possíveis motivos seja o fato da primeira gestão se encontrar no último semestre do mandato enquanto que a segunda estava iniciando (1º semestre do quadriênio), trazendo consigo a perspectiva de um novo modelo de gestão participativa.

3.2.2 Análise da Quantidade de Intervenções Registradas em Atas

Na gestão Roberto Magalhães aconteceram 31 intervenções registradas com média de 1,3 por representante. Dez representantes do segmento popular não intervieram em nenhuma reunião. Os dois representantes com maior número de intervenções foram Bismark Saraiva (representante da comunidade de Beirinha) e Heunar Santos (representante da comunidade Greve Geral), com 07 (sete) e 06 (seis) intervenções, respectivamente.

Na gestão João Paulo aconteceram 89 intervenções registradas com média de 3,9 por representante. Quatro representantes do segmento popular não intervieram em nenhuma reunião. Os dois representantes com maior número de intervenções foram novamente Bismark Saraiva (representante da comunidade de Beirinha) e Heunar Santos (representante da comunidade Greve Geral), com 26 (vinte e seis) intervenções de cada.

TABELA 6**SEGMENTO POPULAR – Intervenções Registradas**

NOME	INTERVENÇÕES REGISTRADAS (RM)	INTERVENÇÕES REGISTRADAS (JP)
Adenisio Pereira	1	2
Aldemar Freitas	0	3
André Luiz	2	0
Araguacy Paula	0	1
Bismarck Saraiva	7	26
Cláudio Aprígio (Cacau)	0	2
Clóvis (Dindão)	3	2
Degenildo Trajano	1	4
Elaine Farias	0	2
Everaldo Nunes	1	0
Fernando Lima	0	2
Heunar Santos	6	26
Iranilda Conceição	0	1
Ivanildo Joaquim	0	1
João José	0	2
Lindinalva Barros	0	1
Lucas Gazolo	1	0
Luila Bezerra	1	1
Manoel Mendes (Neco)	1	1
Noel Gomes	3	5
Penha Gouveia	2	3
Rosalvo Lima	1	0
Severina Pereira (Biuzinha)	1	4
TOTAL	31	89
MÉDIA	1,3	3,9

Comparativamente, durante o período relativo à gestão Roberto Magalhães foi registrado um total de intervenções três vezes menor que durante o período analisado da gestão João Paulo. Bismarck Saraiva e Heunar Santos, coincidentemente, foram os dois representantes com maior quantidade nos dois

períodos. Tal situação pode ser explicada pelos dois comporem a coordenação do Fórum dos PREZEIS. Todavia, na gestão João Paulo eles praticamente quadruplicaram suas intervenções. Pode-se concluir que no segundo período a participação foi muito mais intensa que no primeiro.

3.3 Análise da Qualidade da Participação

Avaliamos a qualidade da participação nas duas gestões, através da aferição da moda e da mediana do grau e nível, fatores fundamentais para que se chegasse às conclusões em relação às intervenções dos representantes do segmento popular.

Definimos moda, como medida estatística de tendência central que indica qual a categoria que concentra o maior número de ocorrência de um determinado fato. E mediana, como medida de tendência central que nos permite identificar em qual categoria de uma distribuição de frequência se concentra a primeira metade dos casos.

Quadro 3

SEGMENTO POPULAR – Nível de Participação

2º Semestre.2000 e 1º Semestre.2001

Vontade Política

NÍVEL	CRITÉRIO DA PARTICIPAÇÃO
09	Representar os interesses do PREZEIS junto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano.
08	Promover a articulação com a sociedade civil e poderes públicos em defesa do PREZEIS, articular junto ao poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a solução das questões pertinentes às ZEIS.
07	Divulgar o PREZEIS.

Competência Técnica

06	Promover debates, encontros e seminários de cada citação sobre temas relacionados com o PREZEIS.
----	--

Recursos, Meios Legais

05	Acompanhar a tramitação de processos legislativos referentes às ZEIS e da legislação urbanística aplicável a estes; Solicitar ao Executivo Municipal a criação e extinção das COMULs, com base nos pareceres emitidos pelas Câmaras de Urbanização e Legalização.
----	--

Financeiros

04	Gerir o Fundo do PREZEIS nos termos da Lei Municipal nº 15.790/03; Acompanhar as negociações necessárias à viabilização de recursos para o Fundo do PREZEIS; Captar recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, definidos nos arts. 26 e 27 do Plano Diretor da Cidade do Recife-PDCR.
-----------	--

Administrativos

03	Acompanhar os processos administrativos que versem sobre a transformação de novas áreas em ZEIS; Emitir parecer da proposta de subclassificação das ZEIS e a revisão da mesma.
02	Temas administrativos, meios para o funcionamento do Fórum, etc. Acompanhar e fiscalizar o funcionamento das instâncias do PREZEIS.

Outros Temas

01	Temas políticos (com seu foco fora do rigoroso âmbito do PREZEIS).
00	Assuntos impertinentes.

Ao analisarmos a qualidade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS, conforme os índices apresentados acima, podemos identificar o seu nível da participação.

3.3.1 Resultados da Análise da Qualidade da Participação

De acordo com Pedro Demo “a qualidade de uma sociedade se retrata em seus canais de participação, no sentido das oportunidades e processo atuantes nela que levam ao fenômeno participativo autêntico” (1988-97).

Ao analisarmos a **tabela 1**, constatamos que o *grau de participação* dos representantes do segmento popular apresenta moda e mediana com a mesma taxa 3, em ambas gestões. Com relação ao *nível de participação*, na gestão Roberto Magalhães, a moda e a mediana atingiram taxas 5 e 4, respectivamente. Bem maiores que na gestão João Paulo, cuja moda e mediana alcançaram a taxa 2.

TABELA 1**SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Geral****2º Semestre.2000 e 1º Semestre.2001**

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	1
		8	2			8	8
7	1	7	3	7	1	7	2
6	3	6	4	6	6	6	13
5	4	5	8	5	16	5	15
4	3	4	2	4	11	4	5
3	20	3		3	51	3	4
2	3	2	5	2	11	2	31
1	1	1	7	1		1	13
0	2	0	6	0	1	0	5
TOTAL	37		37		97		97
MODA	3		5		3		2
MEDIANA	3		4		3		2

Na nossa pesquisa sistematizamos os dados sobre a qualidade da participação dos representantes do segmento popular no Fórum do PREZEIS em quatro grupos, denominando-os de **G1, G2, G3 e G4**.

O grupo **G1** é composto por 06 (seis) representantes do segmento popular do Fórum do PREZEIS. São as lideranças que tiveram alta intensidade de participação tanto na gestão Roberto Magalhães quanto na gestão João Paulo, que

atingiram este grupo como podemos verificar na tabela de agrupamento de participação.

Atingiram uma frequência de 80% (oitenta por cento) nas plenárias do Fórum do PREZEIS em ambos os períodos. Atribuímos alta participação neste grupo por diversos fatores, a saber:

- Os componentes trataram de questões de grande importância para o andamento do programa, denotando grande determinação política e competência técnica;
- Intervenções voltadas para questões do orçamento e gerenciamento do PREZEIS;
- Intervenções com ênfase na articulação da sociedade civil com o poder público.

Um fator preponderante é que os componentes deste grupo **G1** são aqueles que geralmente, representam o Fórum do PREZEIS em outras instâncias de participação, como: Conselho Estadual de Habitação, Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife, etc. denotando que os membros do Fórum reconhecem neles grande capacidade política e técnica capazes de promover negociações e articulações favoráveis aos interesses do conjunto dos representantes populares no Fórum.

Além disso, são representantes do segmento popular com muitos anos de militância no movimento popular e tem participado de numerosas palestras, debates e seminários sobre temas diversificados e de amplo interesse do Fórum. Com isso, elevam o grau das intervenções e, por conseguinte, a sua qualidade na participação.

TABELA G1

SEGMENTO POPULAR – Intensidade e Qualidade da Participação

2º Semestre.2000 – ALTA PARTICIPAÇÃO

1º Semestre.2001 – ALTA PARTICIPAÇÃO

NOME	ENTIDADE	Período RM	Período JP
Bismarck Saraiva	COMUL Beirinha	40	137
Heunar Santos	COMUL Greve Geral	36	139
Noel Gomes	COMUL Prado	21	33
Clóvis (Dindão)	COMUL Coelhos	21	19
Penha Gouveia	COMUL Jardim Uchoa	13	19
Manoel Mendes (Neco)	COMUL Sítio do Berardo	10	10

O grupo **G2** é composto por 02 (dois) representantes do segmento popular do Fórum do PREZEIS. Foi o grupo de alta participação na gestão Roberto Magalhães e baixa na gestão João Paulo.

Atribuímos alta participação destes representantes do Fórum na gestão Roberto Magalhães, o que acreditamos ser decorrente do fato de neste período estar sendo executadas obras na comunidade dos Coelhos, o que exigia constantes e pertinentes intervenções do seu representante; em relação a COMUL de Cabocó, seu representante fazia parte do Grupo de Trabalho sobre o meio ambiente e freqüentemente fazia intervenções relevantes. Na gestão João Paulo, justifica-se a baixa intensidade dos representantes do segmento popular, uma vez que eles não fizeram nenhuma intervenção nas reuniões que participaram.

TABELA G2

SEGMENTO POPULAR – Intensidade e Qualidade da Participação

2º Semestre.2000 – ALTA PARTICIPAÇÃO

1º Semestre.2001 – BAIXA PARTICIPAÇÃO

NOME	ENTIDADE	Período RM	Período JP
André Luiz	COMUL Vila Esperança/Cabocó	13	4
Lucas Gazolo	COMUL Coelhos	10	5

O grupo **G3** é composto por 10 (dez) representantes do Fórum do PREZEIS. São as lideranças comunitárias que tiveram baixa intensidade de participação na gestão Roberto Magalhães e alta na gestão João Paulo.

A qualidade da participação dos componentes do **G3** ficou comprometida pela ausência de intervenções por parte das lideranças na gestão Roberto Magalhães. Talvez por estar em final de mandato e sem nenhuma perspectiva de implementação de projetos definidos pelo PREZEIS em suas comunidades. A participação foi ínfima.

No sentido inverso, na gestão João Paulo (que representava uma mudança de governo e estava apenas começando) a expectativa de grande participação dos segmentos era enorme. Isso explica a propensão de intervir por parte dos representantes do segmento popular.

TABELA G3

SEGMENTO POPULAR – Intensidade e Qualidade da Participação

2º Semestre.2000 – BAIXA PARTICIPAÇÃO

1º Semestre.2001 – ALTA PARTICIPAÇÃO

NOME	ENTIDADE	Período RM	Período JP
Adenisio Pereira	COMUL Rosa Selvagem	9	16
Luila Bezerra	ZEIS Apipucos	9	13
Degenildo Trajano	COMUL Campo Grande	8	29
Severina Pereira (Biuzinha)	COMUL UR-5/Três Carneiros	6	27
Elaine Farias	ZEIS Tamarineira	6	19
Iranilda Conceição	COMUL Beirinha	5	13
Aldemar Freitas	COMUL UR-5/Três Carneiros	0	16
Cláudio Aprígio (Cacau)	COMUL Coque	0	14
João José	COMUL Campo do Vila	0	14
Fernando Lima	COMUL Torrões	0	12

O grupo **G4** é composto 05 (cinco) representantes do segmento popular. São as lideranças comunitárias que tiveram baixa intensidade de participação tanto na gestão Roberto Magalhães quanto na gestão João Paulo. Vale salientar que nenhum representante da COMUL que participou da coordenação do Fórum do PREZEIS foi incluído neste G4.

A qualidade da participação desse **G4** pode ser considerada como irrelevante. Quer pelo baixo nível de qualidade das intervenções (quase todas desfocadas da esfera do PREZEIS), quer pela pouquíssima quantidade de intervenções.

TABELA G4

SEGMENTO POPULAR – Intensidade e Qualidade da Participação

2º Semestre.2000 – BAIXA PARTICIPAÇÃO

1º Semestre.2001 – BAIXA PARTICIPAÇÃO

NOME	ENTIDADE	Período RM	Período JP
Rosalvo Lima	COMUL Afogados	9	9
Everaldo Nunes	COMUL Sítio do Cardoso	9	7
Ivanildo Joaquim	COMUL Vila Felicidade	5	9
Araguacy Paula	COMUL Alto da Jaqueira	5	8
Lindinalva Barros	COMUL Ibura/Jordão	3	9

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO III

A pesquisa revelou que a gestão participativa no Fórum do PREZEIS, encontra-se em um crescente processo, com oscilações quanto à qualidade das intervenções.

Interpretamos que alguns representantes do segmento popular, destacam-se mais que os outros, devido à sua intensidade e qualidade das suas intervenções. Isso pode ser considerado normal em alguns espaços de participação social. Contudo no Fórum do PREZEIS, que dentre os seus objetivos busca equacionar o valor orçado para cada COMUL e implementar os planos urbanísticos e de legalização da posse da terra, pode ocorrer que algumas dessas COMULs venham a ser beneficiadas em detrimento das demais.

Em relação à participação do segmento popular no Fórum do PREZEIS, em ambas gestões analisadas, percebemos que na gestão Roberto Magalhães a qualidade das intervenções atingiu taxas mais elevadas que na gestão João Paulo. Quanto à intensidade, a gestão João Paulo alcançou maiores taxas que na gestão Roberto Magalhães. Acreditamos que um dos motivos para qualidade das intervenções, ter sido mais elevada na gestão Roberto Magalhães, foi a composição do segmento popular do Fórum, que, sendo oposição a esta gestão, preocupavam-se mais em tratar os temas relevantes, de forma mais detalhada, mais bem fundamentados, com a perspectiva de garantir o atendimento às suas reivindicações.

Já no período da gestão de João Paulo, houve uma maior preocupação em estar presente nas sessões do Fórum, porém uma diminuição na qualidade das intervenções, levando-nos a acreditar que talvez por ser início de uma gestão, comprometida com os anseios populares, alguns representantes do segmento popular tenham tratado os temas relevantes de uma forma menos contundente, menos crítica.

O Fórum do PREZEIS, com sua composição hegemônica de representantes do segmento popular, é um espaço privilegiado de embates ideológicos e políticos decorrentes das diversas correntes político-partidárias existentes entre os próprios representantes do segmento popular.

Dentro dessa situação, a qualidade da participação poderia facilitar um crescimento, na medida em que os representantes do segmento popular aprendem a manejar conflitos, clarificar sentimentos e comportamentos, tolerar divergências, respeitar opiniões e posições.

Espera-se que a qualidade eleve-se em grau e nível de participação. Principalmente, para aqueles que têm frequência e assiduidade nas plenárias do Fórum. É de fundamental importância o papel da coordenação do Fórum, no sentido de incentivar e estimular a participação de todos os representantes do segmento popular, atentando-se para as dificuldades individuais e coletivas que possam estar travando o processo de participação política no Fórum.

Percebemos o Fórum, como espaço político privilegiado para elevar a qualidade da participação, pois as intervenções realizadas por cada um dos representantes do segmento popular se constituem em uma comunicação verbal espontânea. Talvez seja um grande trunfo do próprio Fórum do PREZEIS.

Almejamos a uma participação com intervenção de qualidade, o que facilitará ganhos políticos para a comunidade representada.

A co-gestão, para sua efetivação, exige a qualificação política dos interlocutores, para habilitá-los a criar e manter situações de negociação, visando à consolidação da gestão democrática nas nossas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação popular institucionalizada através do Fórum do PREZEIS é concretizada diretamente por representantes do segmento popular do Recife de forma diferenciada segundo seu próprio perfil e o momento político. Entendendo esta concretização pela frequência e intervenções às sessões do Fórum, onde se debatem assuntos pertinentes aos projetos de urbanização e legalização e se tomam importantes decisões. Essa participação tem um fundamento político de sustentação pela base e outro, técnico, de apoio estratégico oferecido pelos técnicos das ONGs.

Na gestão de Roberto Magalhães, caracterizada por enfrentamentos constantes entre os representantes da Prefeitura e as lideranças do movimento popular, decorrentes da resistência dessa administração à aceitar a existência e atuação de mecanismos de gestão democrática das políticas municipais. Na gestão de João Paulo, formalmente comprometido com os movimentos populares, o confronto se materializou em consequência da política de ampliação da gestão democrática, que defendendo a unidade do orçamento municipal e a consequente extinção dos fundos setoriais, que, segundo eles, precisava ser elaborado e gerido de forma global, sem “privilégios” setoriais ou territoriais.

Sabemos que a cidade formal e informal demandam a implementação de ações do poder público, e que é a concepção política da gestão que definirá as áreas prioritárias para investimento. Participar de uma gestão política que não prioriza a luta dos movimentos sociais organizados exige um grande esforço político e uma habilidade técnica nesta convivência, que pode afastar vários representantes do segmento popular do Fórum, ou inibir a sua participação. Acreditamos ser este um dos motivos da baixa participação dos representantes do segmento popular na gestão Roberto Magalhães. Temos ainda que considerar, o período da pesquisa, que foi nos últimos 06 meses da gestão, onde os representantes do segmento popular, que durante toda gestão tiveram vários embates políticos, já apresentassem sinais de cansaço, baixa expectativa.

No período da gestão João Paulo, esse embate ideológico continua, porém a concepção política modificou-se. Cada grupo defende suas idéias, seus projetos, porém nessa concepção política de gestão, faz-se mister o investimento e o estímulo à participação dos representantes do segmento popular, que, sentem-se valorizados nas suas reivindicações, sendo provavelmente, um dos fortes motivos que justifica a grande quantidade de intervenções e participação no Fórum neste período. Ainda devemos considerar que diferentemente do período da gestão de Roberto Magalhães, a gestão João Paulo estava iniciando, e o novo, geralmente é acompanhado de expectativas positivas.

A qualidade da participação em geral pode ser considerada tímida em ambas gestões. Considerando o número de integrantes representantes de comunidades que participam do Fórum, que é uma média de 68, a participação daqueles representantes do segmento popular com alta intensidade e qualidade de

participação em ambos períodos ficou restrita à apenas 06 representantes. É um fato preocupante para o processo de garantias de universalização da participação.

É importante investir em cursos de capacitação para as lideranças comunitárias visando a qualificá-las para uma participação mais ativa nos espaços institucionais. É preciso utilizar os diversos meios de comunicação, discussão e debates para facilitar uma participação mais ativa por parte dos representantes do segmento popular, ao ponto de interferir nas relações de poder que se estabelecem nos espaços institucionais, como, Fóruns, Conferências, Conselhos Municipais, e outros. Não esquecendo a importância de articulação política na sua base comunitária.

Existe uma postura bastante sólida, firme e um discurso aprimorado dos dirigentes do aparelho do Estado que confere grande valorização para um espaço participativo como é o Fórum do PREZEIS. Com o objetivo de pressionar os dirigentes municipais no sentido de abrir, ampliar e consolidar espaços democráticos de gestão das políticas públicas, em sintonia com os princípios e mecanismos definidos na legislação nomeadamente a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade e a Lei Orgânica Municipal. A ação política necessária para exercer esta pressão exige a aproximação dos movimentos sociais com os partidos políticos. Entretanto essa aproximação não deve resultar no atrelamento dos movimentos pelos partidos.

Considerando que a participação democrática, direta e ativa, consiste numa tarefa coletiva onde deve ser mais eficiente a distribuição de funções e a coordenação com esforços que se coadunam com a demanda na organização em torno dos debates, palestras e sessões para conseguir seu objetivo maior. É preciso que a sociedade civil organizada participe ativamente para continuar intervindo em nível institucional no aparelho do Estado.

Quanto maior a participação da sociedade civil, mais qualidade e diversidade de opiniões e propostas serão incorporadas ao Fórum do PREZEIS. Assim, tem-se um gradativo aperfeiçoamento do desenvolvimento sustentável na vida das cidades.

ANEXO 1 - Quadros

Quadro 1

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO GRAU DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO FÓRUM DO PREZEIS

Ausente.	0
Está presente mais não fala nada importante que mereça ser registrado na ata.	1
Fala, mas sua fala é de crítica, briga, protesto, insulto, reclamação, inconformidade.	2
Fala para informar ou pedir informações.	3
Opina, sugere.	4
Propõe.	5
Exige.	6
Decide, sua proposta foi aceita.	7

Quadro 2

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DO NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO FÓRUM DO PREZEIS

Assuntos impertinentes.	0
Assuntos administrativos.	1
Articular as comunidades.	2
Aprovar a criação de novas ZEIS (em primeira instância).	3
Propor diretrizes de políticas.	4
Gerir o Fundo do PREZEIS.	5

Quadro 3

SEGMENTO POPULAR – Nível de Participação

2º Semestre.2000 e 1º Semestre.2001

Vontade Política

NÍVEL	CRITÉRIO DA PARTICIPAÇÃO
09	Representar os interesses do PREZEIS junto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano.
08	Promover a articulação com a sociedade civil e poderes públicos em defesa do PREZEIS, articular junto ao poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a solução das questões pertinentes às ZEIS.
07	Divulgar o PREZEIS.

Competência Técnica

06	Promover debates, encontros e seminários de cada citação sobre temas relacionados com o PREZEIS.
----	--

Recursos, Meios Legais

05	Acompanhar a tramitação de processos legislativos referentes às ZEIS e da legislação urbanística aplicável a estes; Solicitar ao Executivo Municipal a criação e extinção das COMULs, com base nos pareceres emitidos pelas Câmaras de Urbanização e Legalização.
----	--

Financeiros

04	Gerir o Fundo do PREZEIS nos termos da Lei Municipal nº 15.790/03; Acompanhar as negociações necessárias à viabilização de recursos para o Fundo do PREZEIS; Captar recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano, definidos nos arts. 26 e 27 do Plano Diretor da Cidade do Recife-PDCR.
-----------	--

Administrativos

03	Acompanhar os processos administrativos que versem sobre a transformação de novas áreas em ZEIS; Emitir parecer da proposta de subclassificação das ZEIS e a revisão da mesma.
02	Temas administrativos, meios para o funcionamento do Fórum, etc. Acompanhar e fiscalizar o funcionamento das instâncias do PREZEIS.

Outros Temas

01	Temas políticos (com seu foco fora do rigoroso âmbito do PREZEIS).
00	Assuntos impertinentes.

Quadro 2000 (Gestão RM)

NOME	ENTIDADE	CONTEÚDO	GRAU	NÍVEL
ATA DA REUNIÃO 07 JUL 2000				
DEGENILDO TRAJANO	COMUL-Campo Grande	Questiona os critérios de seleção para o Fundo Comunitário.	5	5
ADELMO BARROS	FASE (ong)	Informa sobre a Passeata da PAZ.	3	0
LUILA BEZERRA	ZEIS-Apipucos	Contesta a não-inclusão de sua área no Fundo Comunitário.	6	5
LUCAS GAZOLO	COMUL-Coelhos	Solicita assinar a Ata de Presença após o horário regulamentar.	1	0
CLÓVIS (DINDÃO)	COMUL-Coelhos	Informa que haverá um lanche em comemoração a eleição do Fórum PREZEIS.	0	0
ATA DA REUNIÃO 08 JUL 2000				
DEMÓSTENES	FASE (ong)	Realiza uma explanação a respeito do Plano Operacional de 2000.	4	4
ANDRÉ LUIZ	COMUL-Vila Esperança/Cabocó	Informa da Canoata do Rio Capibaribe.	3	0
EVERALDO NUNES	COMUL/Sítio do Cardoso	Solicita um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Sr. Etelvino.	0	0
ITANACIR	ETAPAS (ong)	Realiza uma explanação do GT Emprego e Renda.	4	4
RONALDO SANTANA	COMUL-Novo Prado	Informa sobre o Plano Operacional de GT Emprego e Renda.	3	4
MARTHA PORDEUS	FASE (ong)	Informa da reunião do segmento popular. Informa sobre o processo de urbanização para as áreas ZEIS.	3 5	2 4
VERÔNICA FREIRE	URB	Propõe que a reformulação dos decretos do Fórum PREZEIS seja discutida na COMUL.	6	4
MARISOL	CJC (ong)	Informa sobre o curso de capacitação.	3	1
MANOEL MENDES (NECO PAGODINHO)	COMUL-Sítio do Berardo	Informa que cada COMUL reveja representatividade no Fórum PREZEIS.	3	2
ATA DA REUNIÃO 05 AGO 2000				
ADELMO BARROS	FASE (ong)	Informa que está marcada a reunião com os candidatos a Prefeito do Recife	3	7
ROSALVO LIMA (ZAU)	COMUL/Afogados	Fala que não teve divulgação das obras do PREZEIS para chamar a atenção dos moradores.	2	7
NOEL GOMES	COMUL-Prado	Fala que a pesquisa da ETAPAS (ong) mostra onde se deve atuar.	3	2
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Parabeniza o trabalho da ETAPAS e que deve ser mostrado na mídia.	4	7
SEVERINA PEREIRA	COMUL-UR-5/Três	Fala que a pesquisa realizada pela ETAPAS foi fiel à realidade e que tem	4	6

(BIUZINHA)	Carneiros	que haver um debate.		
ROBERTO	COMUL/Pina	Reclama da falta de divulgação e que fica difícil trabalhar tendo a Prefeitura como parceira.	2	7
ROSA	COMUL-Imbiribeira	Fala que em sua área não teve nenhuma obra do PREZEIS e, com isso, fica difícil de convocar as pessoas a participar.	2	5
NEIDE	ETAPAS (ong)	Explica a metodologia e os resultados da pesquisa que devem ser vistos como instrumento para auxiliar na adoção de políticas públicas, visando à melhoria de vida nas áreas ZEIS pesquisadas.	5	6
PENHA GOUVEIA	COMUL-Jardim Uchoa	Expõe que o resultado vai melhorar o desempenho, sendo importante para as obras da comunidade.	4	6
		Enfoca a maior participação da mulher e propõe que as ONGs pensem nas estratégias de ação.	5	6
NEIDE	ETAPAS (ong)	Expõe que pensar em estratégias é fundamental e democratizar as informações também.	4	6
		Fala que, a respeito da intervenção de Heunar Santos, é difícil mostrar todas as informações de cada área específica.	4	2
VERÔNICA FREIRE	URB	Informa sobre a eleição da Vila Esperança/Cabocó e apresenta a Ata da Eleição contendo denúncias sobre votantes que não moram na área e votantes menores de idade.	2	2
ADELMO BARROS	FASE (ong)	Coloca em votação a lisura da eleição da Vila Esperança/Cabocó e foi aprovada, por unanimidade, o processo eleitoral.	7	2
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Divulga que nessa semana foi realizada uma reunião com o presidente da URB-Recife sobre os prazos das obras e foi escolhido um grupo de trabalho para acompanhar e avaliar as ações.	3	5
		Informa a reunião com o diretor da URB-DIUR e da Câmara de Legalização sobre o levantamento topográfico para definir as áreas de utilidade pública.	3	5
		Fala que na reunião com o presidente da URB-Recife foi discutida também a idéia de potencializar e esclarecer o papel da URB.	3	5
		Informa que terão uma audiência com o prefeito em exercício, Raul Henry.	3	5
PEDRO MONTENEGRO	Diretor da URB-DIUR	Informa que o presidente da URB-Recife terá uma reunião semanalmente com os diretores da empresa para sistematizar as pendências de cada área.	3	5
MARTHA PORDEUS	URB	Fala da pesquisa da FADE-UFPE e a importância dos dados desta para as áreas ZEIS.	4	6
SOCORRO	URB	Fala que a maior pendência é a falta de áreas vazias para construção de casas.	4	6
		Foi marcada visita e reunião com os proprietários de áreas vazias em torno das ZEIS para viabilizar a aquisição desses terrenos.	4	8
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação	Propõe reunião com o diretor da URB-DIUR para discutir as pendências das áreas.	5	5

	do Fórum			
ISABELA	ETAPAS (ong)	Propõe votação para que a reunião ocorra na terça-feira, dia 29.08.2000, sendo a proposta aprovada pela plenária do Fórum PREZEIS.	7	2
NOEL GOMES	COMUL-Prado	Propõe que essa reunião com o diretor da URB-DIUR seja um Fórum Extraordinário e Deliberativo, sendo acatada a proposição pela plenária do Fórum PREZEIS.	7	2
ANA	CENDHEC (ong)	Informa o resultado favorável de uma causa em favor de um morador da Comunidade Entra-Apulso.	3	2
ANDRÉ LUIZ	COMUL-Vila Esperança/Cabocó	Informa que a canoata do Rio Capibaribe será no dia 03.09.2000	3	0
CLÓVIS (DINDÃO)	COMUL-Coelhos	Informa que serão distribuídos cestas básicas e colchões para os desabrigados das chuvas.	3	0
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa as áreas contempladas com o Projeto da GTZ.	3	6
ATA DA REUNIÃO 29 NOV 2000				
ADELMO BARROS	FASE (ong)	Faz uma contextualização dos principais fatos desde a criação das vinte e sete ZEIS, em 1983, até os dias atuais. Expõe as prioridades do PREZEIS para o prefeito eleito João Paulo: • Ampliar os recursos do Fundo Municipal do PREZEIS; • Garantir a execução orçamentária; • Reestruturar administrativamente a URB-Recife; • Criar o Banco de Terras; • Promover a revisão da Lei do PREZEIS; • Promover a articulação com o Poder Legislativo; • Concluir as obras pendentes de 1999 e 2000.	3 5 5 5 5 5 5	7 4 4 2 2 5 8 5
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Agradece a presença do prefeito eleito João Paulo.	3	1
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Coloca a questão política e a importância em assumir compromissos e entrega documento ao prefeito eleito João Paulo.	5	8
JOÃO PAULO	Prefeito eleito do Recife (ainda não-empossado)	Enfatiza a gestão democrática. Fala que está espantado com a gestão RM em não repassar os recursos do Fundo do PREZEIS. Explica que é inadmissível a gestão RM, não executar a dotação orçamentária destinada ao Fundo do PREZEIS.	4 4 4	2 4 4
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Agradece mais uma vez e convida o prefeito eleito para a Festa do PREZEIS.	3	1
MARTHA PORDEUS	URB	Informa sobre a reunião do Meio-Ambiente com as seguintes áreas: • Coque;	3	2

		• Coelhos; • Caranguejo/Tabaiares.		
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa do Fórum Ordinário para avaliação do ano 2000.	3	2
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Informa que estão abertas as inscrições para o curso profissionalizante. Informa também sobre o estudo de Mary Alves a respeito da participação da mulher no PREZEIS.	3 3	1 1
CLÓVIS (DINDÃO)	COMUL-Coelhos	Informa que alguns vereadores pretendem reduzir o Fundo Municipal do PREZEIS para R\$ 150 mil.	3	4
NOEL GOMES	COMUL-Prado	Informa sobre a 4ª Conferência Mundial de Saúde.	3	1
ADENISIO PEREIRA	COMUL-Rosa Selvagem	Pede esclarecimentos sobre o Imposto Tapa-buracos.	6	2
ELNICE	COMUL-	Informa que haverá encontro dos prefeitos dos municípios atingidos pelas chuvas. Cobra a instalação do Conselho Estadual de Habitação.	3 6	8 1
CLÓVIS (DINDÃO)	COMUL-Coelhos	Informa que haverá reunião com o Secretário do Orçamento Participativo, Sr. João Costa.	3	1

Quadro 2001.1 (Gestão JP)

NOME	ENTIDADE	CONTEÚDO	GRAU	NÍVEL
HEUNAR SANTOS	COMUL- Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que a COMUL será desativada.	3	2
		Reclama que o pessoal não comparece as sessões.	2	2
		Propõe a realização de um seminário.	5	6
		Exige o repasse do 1,2% dos recursos do orçamento para o Fundo.	6	4
BISMARCK SARAIVA	COMUL- Beirinha, Coordenação do Fórum	Chama a atenção para o fato que os membros das COMULS não levam a sério seu papel.	2	2
JOSENILDO SINÉSIO	Vereador do Recife	Informa que agora as farmácias vão ficar abertas 24 horas.	3	0
SEVERINA PEREIRA (BIUZINHA)	COMUL-UR- 5/Três Carneiros	Propõe a organização de um seminário.	5	6

Quadro 2001.2 (Gestão JP)

NOME	ENTIDADE	CONTEÚDO	GRAU	NÍVEL
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que recebeu ofício do Serviço de Justiça e Paz, indicando Assessoria para ZEIS-Mangueira da Torre e, após visitas das Câmaras de Urbanização e Legalização (COMULs), fará encaminhamento à plenária.	3	2
BELA	FASE (ong)	Informa que saiu a lista dos aprovados para o concurso de Informática e Cidadania.	3	0
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Solicita audiência com o Prefeito para tratar de assuntos referentes a várias Secretarias.	5	8
		Informa sobre o planejamento das instâncias do PREZEIS, 01.02.01, no Marolinda Hotel com os representantes das Câmaras de Urbanização, Legalização, Orçamento, GT Emprego e Renda.	2	6
		Pode levar os participantes ao Hotel.	4	8
DEMÓSTENES	Diretor da URB-DIUR	Fala das preocupações em atuar mais na melhoria de vida das ZEIS.	3	5
DANIEL ROCHA	Diretor da URB-DPU	Informa que o canal de comunicação encontra-se aberto para as instâncias do PREZEIS.	3	7
ISABELA	ETAPAS (ong)	Lembra do compromisso acertado que haverá sempre um representante da DO e da DPU (diretorias da URB) no Fórum do PREZEIS.	3	5
DANIELA	URB	Endossa que haverá sempre a presença de técnicos da URB.	3	5
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Pede que seja indicado um técnico específico para acompanhar o Fórum do PREZEIS.	5	5
		Informa sobre a reunião com o diretor da DIUR-Assessoria da Presidência, onde foi informada a existência de R\$ 900 mil para o 1º trimestre.	3	4
		Fala da necessidade do seminário de Orçamento Participativo com a presença de várias cidades na troca de experiência e pede apoio da plenária.	4	6
		Lembra a participação da GTZ no apoio técnico em relação ao planejamento de ações do PREZEIS, capacitação, seminário nos dias 12 e 13.02.01.	3	6
MATHEUS	GTZ	Fala da participação da GTZ em planejamento de grupo, capacitação, gerenciamento e monitoramento das atividades do PREZEIS e que tem reunião agendada para 08.02.01 com a Presidência da URB.	3	6
FERNANDO DUBEUX	Presidente da URB	Pede a plenária compreensão e que esperem até iniciar as ações para se pronunciarem.	5	8

DEMÓSTENES	Diretor da URB-DIUR	Apresenta quadro das pendências do PREZEIS: plano urbanístico, drenagem, esgotamento sanitário.	3	5
ANTONIO MIRANDA	Secretário de Habitação e Saneamento	Apresenta as propostas da Secretaria para as ZEIS.	3	8
FERNANDO DUBEUX	Presidente da URB	Autoriza a DIUR contratar quantos arquitetos forem necessários para a elaboração dos projetos que envolvem as ZEIS.	7	8
CLAITON	Secretaria de Saneamento	Endossa tudo que foi apresentado e se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos.	3	6
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Solicita agendamento com a COMUL para reunião sobre problemas de saneamento em Brasília Teimosa-Pina, dia 06.02.01.	5	5
SILVIO	COMUL-Prado	Lembra que em algumas áreas já existem sistemas de esgoto e que os mesmos sejam utilizados.	5	5
LUILA BEZERRA	ZEIS-Apipucos	Fala que foi implantado sistema de esgoto e não foi concluído; que a bomba e toda a área estão abandonadas.	2	2
DEGENILDO TRAJANO	COMUL-Campo Grande	Fala que a estação e alguns canais não estão funcionando na Campina do Barreto, que existe 60% do sistema ligado e não funciona.	2	2
RONALDO SANTANA	COMUL-Novo Prado	Fala de ruas pavimentadas, sem drenagem e nem esgotamento, obras sem acompanhamento técnico por parte do Poder Público, em sua área.	2	2
JORGE	COMUL-Coelhos	Fala de problemas de esgoto no Projeto Promorar.	2	2
IVANILDO JOAQUIM	COMUL-Vila Felicidade	Fala de problemas de saneamento e solicita visita da Secretaria na sua área.	2	2
NOEL GOMES	COMUL-Prado	Pede entendimento sobre a responsabilidade da Prefeitura do Recife sobre as obras de Saneamento construídas pelo Governo do Estado.	5	1
FERNANDO LIMA	COMUL-Torrões	Reclama da ação da Compesa para não fazer manutenção no sistema de esgoto.	2	1
HEUNAR SANTOS	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Propõe que todas as pendências sejam encaminhadas à COMUL para serem encaminhadas à Secretaria de Saneamento.	5	2
ANTONIO MIRANDA	Secretário de Habitação e Saneamento	Apresenta seus assessores.	3	2
HEUNAR SANTOS LINDA NOÊMIA CLAITON	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum – URB – Secretaria de Saneamento	Confirmam presença na Assembléia, dia 30.01.01, às 19h, em Campo Grande; e no dia 06.02.01, às 19h, no Pina.	3	3
CLAITON	Secretaria de Saneamento	Busca parcerias com o Governo do Estado para saneamento de algumas ZEIS.	5	8
DEMÓSTENES	Diretor da URB-DIUR	Continua o quadro de pendências.	3	2
		Compromete-se a dar prioridades a essas ações no 1º trimestre.	5	5
		Lembra do compromisso com o PREZEIS e sugere que as obras e ações não sejam deliberadas pelo Fórum PREZEIS.	4	5

JORGETE	URB-CIC	Fala da importância do preenchimento das fichas distribuídas com as lideranças a fim de negociar com os órgãos competentes as ações para cada área.	4	2
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Propõe a devolução das fichas até o dia 10.02.01 para no dia 23.02.01 apresentar alguma proposta concreta.	5	2
		Avisa do seminário nos dias 12 e 13.02.01 e informa que as fichas de inscrição contemplarão a demanda, sendo encontradas na gerência do PREZEIS.	3	2
		Informa a aprovação da liberação de recursos para a realização do Seminário do Segmento Popular.	3	6
NOEL GOMES	COMUL-Prado	Pede apoio do Fórum e da Coordenação em relação à confecção do espaço do Projeto Médico da Família.	5	1
		Informa sobre a Assembléia do Orçamento Participativo, dia 04.02.01.	3	1
PAULO ANDRÉ	CMP	Fala que os moradores da Ocupação Imperial estão ameaçados de despejo e agradece o apoio da Coordenação.	3	1
MARISOL	CJC (ong)	Convida as mulheres para o Ato Político no dia 15.02.01.	3	0
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Informa que haverá uma exposição em Afogados, no Colégio da Vila São Miguel, sobre o PREZEIS.	3	7
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que haverá no dia 23.02.01, Fórum de Normatização e no dia 02.03.01, Fórum com Grupo de Trabalho, às 9h.	3	5
		Informa sobre o Conselho Estadual de Habitação que se reunirá no dia 14.02.01; o governo disse que esse Conselho é consultivo e não deliberativo; foi escolhida para representar o PREZEIS no referido Conselho.	3	9
		Propõe que o seminário seja adiado para o mês de março e que no dia 23.02.01 entregará folder com dia, local e ficha de inscrição do seminário.	5	6
		Fala para os representantes participarem dos vários segmentos do PREZEIS, pois os critérios serão por participação baseada nesse ano.	3	2
ELAINE FARIAS	COMUL-Tamarineira	Pede para ser tratada como prioridade as áreas que estejam em processo de regularização.	5	5
IRACILDA SOCORRO	URB-DIUR FASE (ong)	Apresentam quadro de obras e ações para o ano 2001: • Obras a serem licitadas imediatamente; • Pendências em relação a estudos, planos e projetos; • Obras/Ações com pendências.	3	5
LINDINALVA BARROS	COMUL-Ibura/Jordão	Lembra que as pendências de sua área são as ruas Sátiro Dias, Avelino Chaves e a complementação da rua Cassiano Leite.	3	2
ADENISIO PEREIRA	COMUL-Rosa	Fala que para ser utilizada como Rua de Lazer, a rua José Antonio da Costa Filho		

	Selvagem	precisa da construção de outra rua e caso haja desabamento vai responsabilizar a URB-DO e a Coordenação.	6	5
ARAGUACY PAULA	COMUL-Alto da Jaqueira	Pergunta qual a previsão para o início das obras em sua área.	3	2
DEGENILDO TRAJANO	COMUL-Campo Grande	Fala que o saneamento da Comunidade Aderbal Jurema só tem 50% das ligações, estão rachadas e nem aparece como pendências; obras iniciadas em 10.11.97.	6	5
MANOEL MENDES (NECO PAGODINHO)	COMUL-Sítio do Berardo	Pergunta sobre o porcentual usado pelo critério de participação.	3	4
PENHA GOUVEIA	COMUL-Jardim Uchoa	Fala que o Canal das Laranjeiras dependia de questões políticas da outra gestão; parte do Canal está fora da ZEIS e depende de recursos da URB, sendo uma parte do Fundo do PREZEIS.	4	4
ELIJAH	SJP (ong)	Fala que encaminhou documento ao Ministério Público contra o presidente anterior da URB referente ao mau uso dos recursos públicos, improbidade administrativa e abuso de poder. Pede uma cópia do quadro para agilizar denúncia.	6 3	8 8
CLÁUDIO APRÍGIO (CACAU)	COMUL-Coque	Pergunta qual a possibilidade de obter o Plano Urbanístico a fim de discutir na COMUL.	4	5
IRACILDA	URB-DIUR	Informa a Lindinalva Barros que as pendências de sua área constarão do próximo quadro. Informa que na Comunidade Rosa Selvagem que por motivo de avaliação técnica, o engenheiro deveriam ser feitas as duas ruas, porém só uma poderia ser feita com recursos do Fundo.	3 3	2 4
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Lembra que não atendeu Iracilda para visitar a COMUL-Rosa Selvagem porque a Coordenação estava com a agenda lotada.	3	2
ANA CLÁUDIA	URB-DO	Fala que as obras licitadas e distratadas sem iniciar têm que entrar novamente em processo de licitação e o novo prazo para o início de algumas obras são de mais ou menos vinte dias. Lembra que na Comunidade Aderbal Jurema, a 1ª etapa foi executada com recursos do Fundo; agora seriam recursos próprios da URB, não aparecendo, por esse motivo, no quadro.	3 3	2 4
ELIJAH	SJP (ong)	Fala que o documento apresentado ao Ministério Público foi com casos ocorridos nos anos 96/97 e que a Lei de Responsabilidade Fiscal vige desde MAR 2000.	3	8
SEVERINA PEREIRA (BIUZINHA)	COMUL-UR-5/Três Carneiros	Pede que seja criado critério de participação e permanência no Fórum para evitar esvaziamento. Pergunta qual a técnica da URB-DGZ que acompanha sua área e pede que não seja estagiária nem contratada e sim funcionária da URB.	4 6	2 5

LÚCIA	COMUL-UR-5/Três Carneiros	Solicita à Coordenação visita à Rua Aliança pois a mesma não tem escoamento de água e vai ficar pior no inverno.	4	2
IRACILDA	URB-DIUR	Esclarece a Severina Pereira (Biuzinha) as dificuldades em que se encontra o quadro técnico da DGZ (URB), pois existe técnico com responsabilidade em cinco áreas.	3	2
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Encarrega-se de agendar visita da coordenação à rua Curuçá.	3	2
IRANILDA CONCEIÇÃO	COMUL-Beirinha	Convida a plenária para o encerramento do Festival Ambiental de Beirinha no dia 10.02.01, às 15h.	3	1
NOEL GOMES	COMUL-Prado	Informa que no dia 07.02.01, às 19h, haverá reunião para discutir Orçamento Participativo na Escola Municipal da Iputinga.	3	1
LUBÂNIA	URB-DGZ	Distribui fichas com a plenária para sortear nas suas respectivas áreas a fim de escolherem qual o melhor curso já aplicado e contribuir no replanejamento dos mesmos, devendo ser devolvidas até o dia 18.02.01.	3	1
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Solicita que os representantes que participam das Câmaras encaminhem suas sugestões do GT PREZEIS, a fim de aperfeiçoar o PREZEIS.	4	6
ANTONIO MIRANDA	Secretário de Habitação e Saneamento	Informa que está tramitando no Congresso Nacional, a retirada do saneamento do poder da Prefeitura. Apresenta proposta de moção para que os parlamentares reservem 180 dias para estudo do projeto de privatização do saneamento público.	3 5	2 2
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que está nas mãos material para abaixo-assinado para ser encaminhado contra o projeto de lei que privatiza o saneamento público.	3	2
CLÓVIS (DINDÃO)	COMUL-Coelhos, Coordenação do Fórum	Informa que em visita as áreas Mangueira da Torre e Brasilit, o parecer técnico das Câmaras de Urbanização e Fiscalização é favorável à instalação das respectivas COMULs.	3	5
ISABELA	ETAPAS (ong)	Apresenta Flávia Regina (ETAPAS), Luiza (FASE) e Alexandre (FASE) como estagiários dessas ONGs.	3	1
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que foram aprovadas nove áreas no Fórum e que junto com Luís De La Mora encaminhou projeto para melhoria habitacional perante a CEF e Prefeitura do Recife.	3	5
LUÍS DE LA MORA	MDU/UFPE	Informa que está em andamento três projetos de melhoria habitacional com a participação de 50 estudantes do 3º período do MDU nas áreas ZEIS.	3	5
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Fala que o projeto de construção de habitações populares atinge 169 casas.	3	5
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Fala da oficina de capacitação para os novos eleitos das COMULs a ser realizada em breve.	3	6

IRACILDA	URB-DIUR	Informa a realização da capacitação/oficina com novos eleitos no dia 17.04.01. Informa que no próximo semestre capacitação com todos os representantes das COMULs e que será preparada em conjunto pela URB, ETAPAS, FASE, CENDHEC, SJP e CJC.	3 3	6 6
DEMÓSTENES	Diretor da URB-DIUR	Informa sobre os projetos em execução pela nova gestão nas áreas de baixa renda. Informa das negociações com as Construtoras para não se fazer novas licitações.	3 3	5 8
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que as informações técnicas pedidas por Adenisio Pereira (COMUL-Rosa Selvagem) e Cristina Marinho (COMUL-Ibura/Jordão) serão dadas na Câmara de Urbanização.	3	2
ADENISIO PEREIRA	COMUL-Rosa Selvagem	Fala que a Coordenação do Fórum não está fazendo nada.	2	1
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Coloca para a plenária se abriria espaço para debate, no que foi vetado, três votos para SIM e trinta votos para NÃO abrir espaço.	7	2
DEMÓSTENES	Diretor da URB-DIUR	Informa que a Comunidade Rosa Selvagem é uma das áreas que teve maior atenção na URB, pois já houve visitas à área e já está negociando com a Construtora a retomada dos serviços de pavimentação das ruas.	3	8
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Pede respeito aos companheiros Adenisio Pereira (COMUL-Rosa Selvagem) e Cristina Marinho (COMUL-Ibura/Jordão).	6	2
ISABELA	ETAPAS (ong)	Fala que os critérios apresentados pelo Projeto Habitar são critérios adotados pelo Banco Mundial (BID).	3	5
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Convida os vereadores eleitos Isaltino Nascimento e Josenildo Sinésio para participarem do Fórum PREZEIS.	5	2
RONALDO SANTANA	COMUL-Novo Prado	Informa que a CJC (ong) está inscrevendo para mesa CNN, será distribuído edital ao final do Fórum PREZEIS.	3	1
ISALTINO NASCIMENTO	Vereador do Recife	Fala sobre a concessão da CTU na troca dos ônibus elétricos por diesel. Fala da quebra do que foi acordado no contrato e em relação à privatização do saneamento público, será realizado abaixo-assinado contra a venda da COMPESA. Lembra do compromisso de estar sempre presente dando apoio ao PREZEIS e a gestão atual.	3 4 4	1 1 8
JOSENILDO SINÉSIO	Vereador do Recife	Informa que no próximo Fórum PREZEIS estará sendo definido o representante da Câmara no Fórum PREZEIS. Informa que trará no próximo Fórum valores relacionados à coleta do lixo. Solicita o apoio de todos contra a privatização da COMPESA e se coloca à disposição do PREZEIS.	3 3 4	8 1 1

		Informa que está se articulando com as torcidas organizadas dos três principais clubes a fim de conter a escalada de violência nos estádios de futebol. Informa, ainda, que está tramitando na Câmara Municipal projeto para que as farmácias fiquem abertas 24h por dia.	3 3	0 0
FERNANDO LIMA	COMUL-Torrões	Pede que os médicos das unidades municipais prescrevam remédios do LAFEPE que são mais baratos.	5	0
CLÁUDIO APRÍGIO (CACAU)	COMUL-Coque	Informa que está acontecendo pressão por parte da CELPE em sua comunidade e tem que haver uma maneira de informar a população.	4	1
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Fala que, a partir de maio, a Coordenação do Fórum encaminhará discussão relacionada à adequação da ajuda de custo.	3	1
JOÃO JOSÉ	COMUL-Campo do Vila	Lembra a Neide sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).	3	8
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Fala que vai tentar marcar com o Procurador-Geral do Estado uma explanação sobre a LRF especificamente em relação do Fundo do PREZEIS.	3	8
CRISTINA	CJP (ong)	Pede informações sobre o índice de reajuste da ajuda de custo.	3	1
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Informa que o índice de reajuste é com a Prefeitura e que a negociação seja em maio, pois haverá aumento do salário-mínimo e não se sabe o impacto que causará na folha salarial do município. Informa que existe um decreto que impede a compra ou aluguel de um veículo, mas a Lei do Fundo Municipal do PREZEIS assegura autonomia do Fundo do PREZEIS na definição e aprovação do seu plano de trabalho.	3 3	1 4
PENHA GOUVEIA	COMUL-Jardim Uchoa	Fez denúncias relacionadas à construção irregular de um muro próximo ao rio e mangues em Jardim Uchoa. Solicita ofício ao departamento competente para averiguação.	2 5	5 5
RENATA	CENDHEC (ong)	Informa que o CENDHEC, ETAPAS, ECOS, FASE enviaram ao Ministério Público, ação civil pública pedindo respeito e embargo da(s) obra(s) às margens dos rios, sendo dada liminar pelo Juiz embargando a obra. Informa que enviou ofício à Coordenação do Fórum pedindo apoio para a ação civil pública supra.	3 3	8 5
NOEL GOMES	COMUL-Prado	Informa que haverá seminário da RPA-4, às 19h, no dia 02.04.01, para aprontar licitação.	3	6
RENATA	CENDHEC (ong)	Informa que na oficina do dia 10.03.01, o Departamento de Desapropriação não compareceu e que os critérios não ficaram prontos para apresentar nesse Fórum. Propõe uma nova oficina para avaliar e trazer para o Fórum e que as COMULs enviem suas propostas que serão discutidas.	3 5	6 6

ADELMO BARROS	FASE (ong)	Propõe seminário deliberativo do Fórum PREZEIS a partir do mês de maio.	5	6
RENATA	CENDHEC (ong)	Pede que as COMULs que não enviaram suas propostas agilizem a entrega das mesmas, será avaliada data no mês de julho para Fórum extra.	4	6
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que não será discutido o Projeto Habitar-BID, porque não foi concluído e parte dos representantes do segmento popular está no seminário.	3	2
		Informa que o documento do Projeto será discutido na Câmara de Urbanização, no dia 08.05.01, e apresentado no Fórum.	3	2
SOCORRO	FASE (ong)	Informa que a EMLURB está solicitando indicação dos espaços vazios nas ZEIS para construção de equipamentos comunitários de lazer.	3	2
IRACILDA	URB-DIUR	Informa que será enviada à Secretaria de Saneamento relação das áreas com problemas de esgotamento sanitário, que os recursos viriam do PREZEIS, no que irá responder ao Secretário que o Fundo do PREZEIS não tem condições de arcar com esses recursos.	3	4
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Solicita a devolução do abaixo-assinado que deverá ser entregue na gerência do PREZEIS, dia 15.05.01, na Ação Católica Operária (ACO), no horário das 9 às 18h, Encontro do Segmento Popular para tratar da mudança na Lei do PREZEIS.	4	5
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Informa que em reunião com o Secretário de Planejamento foram discutidos três pontos de pauta: • Aprovação da Carta-Consulta do Prometrópole;	3	8
DORA	URB-DPE	Apresenta Programa Habitar-BID, informando sobre o cadastramento das favelas do Recife, plano de trabalho ...	3	6
SOCORRO	FASE (ong)	Informa que o Termo de Referência, Sub-Classificação tem fins de normatização das ZEIS.	3	3
DORA	URB-DPE	Informa que a decisão de se cobrar impostos nessas áreas que receberão intervenções é de responsabilidade da Prefeitura do Recife.	3	1
JOÃO JOSÉ	COMUL-Campo do Vila	Pergunta como se dará o tópico Geração de Emprego e Renda dentro do projeto habitacional.	3	3
DORA	URB-DPE	Responde que o Projeto tem que ser encaminhado, visando a Geração de Emprego e Renda com definições de espaço para tal.	3	3
		Informa que em relação à moradia, a política habitacional é de responsabilidade do município.	3	3
		Informa que o programa visa atender sem nenhuma estrutura a política habitacional e a opção de inseri-la na malha urbana legalizada e urbanizada está no seu Plano Operacional.	3	3
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que precisa de aprovação do Fórum PREZEIS para encaminhar à Secretaria de Planejamento, que encaminhará ao BID (SEDV) a fim de		

		que o programa seja implantado. Informa que serão apresentados por Socorro os seguintes critérios para a escolha das ZEIS: • Áreas que estão eliminadas automaticamente.	3 3	8 3
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Propõe a plenária que apresente outros critérios a serem estabelecidos para o programa Habitar Brasil BID. Informa que foram aprovadas as áreas incluídas no Programa Habitar-BID, por unanimidade, pelo Fórum PREZEIS.	5 3	8 8
CLÓVIS (DINDÃO)	COMUL-Coelhos, Coordenação do Fórum	Informa que no dia 15.05.01, haverá reunião do segmento popular na ACO (MTC), durante todo o dia, para tratar das mudanças da Lei do PREZEIS e com relação ao 1º Encontro Metropolitano do Meio-Ambiente.	3	2
ELAINE FARIAS	COMUL-Tamarineira	Solicita que a plenária escolha outro representante para a Câmara de Legalização, pois ela está se desligando.	4	2
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Pede que os representantes encaminhem a gerência do PREZEIS seus endereços e telefones atuais.	4	2
SEVERINA PEREIRA (BIUZINHA)	COMUL-UR-5/Três Carneiros	Informa que nas terras penhoradas em Três Carneiros foi feito levantamento topográfico e o mesmo desapareceu.	3	3
EDILENE	URB-DPU	Informa que o levantamento topográfico de Três Carneiros não se encontra no departamento.	3	3
CHICO NUNES	COMUL-Brasilit	Informa sobre a suspensão do processo eleitoral e espera o resultado desse informe na área.	3	2
CHICO NUNES	COMUL-Brasilit	Convida a Coordenação do Fórum para comemorar o Dia das Mães no dia 13.05.01	3	0
ALDEMAR FREITAS	COMUL-UR-5/Três Carneiros	Informa que no Cartório Geral de Imóveis, a área não pertence ao Recife. Informa que na condição de suplente e com o Sr. Dias enfermo, ele assume a titularidade, se comprometendo a participar de todas as instâncias do PREZEIS. Informa que o Sr. Dias está hospitalizado e o Livro de Atas da COMUL foi levado para o mesmo assinar. Informa que não houve a reunião marcada na UR-12 e o Sr. Dias assinou a Ata que tem um carro para levar o Livro de Atas ou buscar o Sr. Dias para assinar.	3 3 3	2 0 0
HEUNAR SANTOS	COMUL-Greve Geral, Coordenação do Fórum	Informa que existe na Lei do PREZEIS, que na ausência do titular ou impedimento, o suplente assume automaticamente e que denúncias só serão aprovadas se for por escrito.	3	1
DEGENILDO TRAJANO	COMUL-Campo Grande	Fala que a informação da Coordenação do Fórum para Aldemar Freitas (COMUL-UR-5/Três Carneiros) e Cristina Marinho (COMUL-Ibura/Jordão) para trazer as denúncias por escrito. Informa que no dia 10.05.01, às 10h, na Sala de Treinamento, haverá reunião da COMUL com exposição do	6	1

		Prometrópolis.	3	7
CRISTINA MARINHO	(COMUL-Ibura/Jordão)	Contesta porque não recebeu os ingressos para o Circo.	0	0
BISMARCK SARAIVA	COMUL-Beirinha, Coordenação do Fórum	Informa sobre a viagem a Brasília para participar do Seminário sobre Água e Esgoto.	3	6
		Informa que haverá reunião da Coordenação do Fórum no dia 06.06.01.	3	2
		Informa que concluirá a relação do pessoal que fará parte do Seminário do INSS.	3	6

ANEXO 2 - Tabelas

TABELA INDIVIDUAL 01
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
SEVERINA PEREIRA (BIUZINHA) – COMUL UR-5/Três Carneiros
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6	1	6	1	6	1
5		5		5	1	5	1
4	1	4		4	1	4	
3		3		3	1	3	1
2		2		2		2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE SEVERINA PEREIRA (BIUZINHA)

Intensidade da Participação: RM 6 – JP 27

- **Frequência às Reuniões: RM 1 (17%) – JP 7 (78%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**

Durante a gestão Roberto Magalhães, SEVERINA PEREIRA (BIUZINHA) teve apenas 1 mensagem registrada. Na gestão João Paulo teve 4 mensagens.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
Durante a gestão Roberto Magalhães atinge grau 4 por opinar sobre a pesquisa da ETAPAS corresponder à realidade. Na gestão João Paulo alcança altos graus de participação situados entre 3 e 6.
- **Nível de Participação:**
Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 6 por propor debate sobre a pesquisa da ETAPAS. Na gestão João Paulo também alcança 4 diferentes níveis. Dois são médios (5 e 6). Dois são baixos (2 e 3).

Conclusão

Essa liderança atuou de forma mais ativa durante gestão João Paulo. Agiu com muita intensidade, atuando de forma propositiva e fiscalizadora.

TABELA INDIVIDUAL 02
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
SILVIO – COMUL Prado
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5	1	5	1
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2		2		2	
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE SILVIO

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 5

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 SILVIO teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 O grau foi 5 pois abordou o tema relativo à existência dos sistemas de esgotamento sanitário.
- **Nível de Participação:**
 Atingiu nível 5 por propor a utilização dos sistemas supra.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma tímida. Trata-se de uma antiga liderança comunitária (20 anos de atuação na organização do movimento popular) e amplo conhecimento do funcionamento das instâncias do PREZEIS. Surpreende a ausência de participação no 2º semestre de 2000.

Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 03
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ROSALVO LIMA (ZAU) – COMUL Afogados
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7	1	7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2	1	2		2		2	
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE ROSALVO LIMA (ZAU)

Intensidade da Participação: RM 9 – JP 9

- **Frequência às Reuniões:** RM 4 (67%) – JP 9 (100%)
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 ROSALVO LIMA (ZAU) teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão Roberto Magalhães.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 O grau foi 2 pois sua intervenção foi crítica pela não-divulgação das obras do Fórum PREZEIS.
- **Nível de Participação:**
 Atingiu nível 7 (alto) por tratar da divulgação do PREZEIS para a sociedade.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão Roberto Magalhães, de forma tímida.

TABELA INDIVIDUAL 04
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ROSA – COMUL Imbiribeira
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5	1	5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2	1	2		2		2	
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE ROSA

Intensidade da Participação: RM 5 – JP 0

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 ROSA teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão Roberto Magalhães.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 O grau foi 2 pois sua intervenção foi crítica pela inexistência de obras em sua área.
- **Nível de Participação:**
 Atingiu nível 5 pela proposta de convocar a comunidade a participar do Fórum PREZEIS.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão Roberto Magalhães, de forma tímida. Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 05
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
RONALDO SANTANA – COMUL Novo Prado
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4	1	4		4	
3	1	3		3	1	3	
2		2		2	1	2	1
1		1		1		1	1
0		0		0		0	

ANÁLISE DE RONALDO SANTANA

Intensidade da Participação: RM 5 – JP 10

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, RONALDO SANTANA teve apenas 1 mensagem registrada. Na gestão João Paulo teve 2 mensagens registradas.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 A moda em ambos os períodos foi o grau 3. Sua intervenção é fundamentalmente informativa.
- **Nível de Participação:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 4 abordando o GT Emprego e Renda. Na gestão João Paulo alcança níveis mais baixos com participação informativa ou crítica.

Conclusão

Essa liderança atuou de forma tímida durante os dois períodos. Porém na gestão João Paulo participou em dobro.
 Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 06
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ROBERTO – COMUL Pina
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7	1	7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2	1	2		2		2	
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE ROBERTO

Intensidade da Participação: RM 5 – JP 0

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 ROBERTO teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão Roberto Magalhães.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 O grau foi 2 pois sua intervenção foi crítica pela não-divulgação das obras do Fórum PREZEIS. Declara ser difícil trabalhar em parceria com a Prefeitura do Recife.
- **Nível de Participação:**
 Atingiu nível 7 (alto) por tratar da divulgação do PREZEIS para a sociedade.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão Roberto Magalhães, de forma tímida. Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 07
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
PENHA GOUVEIA – COMUL Jardim Uchoa
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6	2	6		6	
5	1	5		5	1	5	2
4	1	4		4	1	4	1
3		3		3		3	
2		2		2	1	2	
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE PENHA GOUVEIA

Intensidade da Participação: RM 13 – JP 19

- **Frequência às Reuniões: RM 3 (50%) – JP 4 (44%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**

Durante a gestão Roberto Magalhães, PENHA GOUVEIA teve 2 mensagens registradas. Na gestão João Paulo teve 3 mensagens.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
As modas em ambos os períodos foram os graus 4 e 5. Suas intervenções foram basicamente sugestivas e propositivas.
- **Nível de Participação:**
Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 6 pela proposição de uma maior participação da mulher e pela divulgação das políticas públicas adotadas. Na gestão João Paulo alcança níveis mais baixos por requerer acompanhamento das obras com denúncias de irregularidades e aplicação dos recursos do Fundo PREZEIS.

Conclusão

Essa liderança atuou de forma ativa durante os dois períodos. Na gestão Roberto Magalhães teve atuação mais propositiva. Na gestão João Paulo agiu pela fiscalização e acompanhamento de obras e verbas.

TABELA INDIVIDUAL 08
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
NOEL GOMES – COMUL Prado
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7	1	7		7		7	
6		6		6		6	1
5		5		5	2	5	
4		4		4		4	
3	2	3		3	3	3	
2		2	2	2		2	
1		1	1	1		1	4
0		0		0		0	

ANÁLISE DE NOEL GOMES

Intensidade da Participação: RM 21 – JP 33

- **Frequência às Reuniões: RM 6 (100%) – JP 8 (89%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, NOEL GOMES teve 3 mensagens registradas. Na gestão João Paulo teve 5 mensagens.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 A moda em ambos os períodos foi o grau 3. Sua intervenção é fundamentalmente informativa.
- **Nível de Participação:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 2 pela abordagem de temas administrativos. Na gestão João Paulo alcança nível 1 (mais baixo) por informações focadas fora do âmbito do Fórum do PREZEIS, embora uma intervenção tenha alcançado o nível 6 por promover a articulação da sociedade com o poder público.

Conclusão

Essa liderança atuou de forma ativa durante os dois períodos. Na gestão Roberto Magalhães teve atuação mais propositiva e uma no grau 7 (máximo) por defender os interesses do PREZEIS junto aos órgãos urbanísticos. Na gestão João Paulo agiu com muita intensidade, atuando de forma propositiva e fiscalizadora.

TABELA INDIVIDUAL 09
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
MANOEL MENDES (NECO PAGODINHO) – COMUL Sítio do Berardo
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	1
3	1	3		3	1	3	
2		2	1	2		2	
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE MANOEL MENDES (NECO PAGODINHO)

Intensidade da Participação: RM 10 – JP 10

- **Frequência às Reuniões: RM 5 (83%) – JP 5 (56%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, MANOEL MENDES (NECO PAGODINHO) teve apenas 1 mensagem registrada. Na gestão João Paulo teve também 1 mensagem.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 A moda em ambos os períodos foi o grau 3. Sua intervenção é fundamentalmente informativa.
- **Nível de Participação:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 2 abordando o funcionamento do Fórum PREZEIS. Na gestão João Paulo alcança nível 4 (mais elevado) indagando sobre o percentual de cada COMUL no Fundo PREZEIS pelo critério de participação.

Conclusão

Essa liderança atuou de forma tímida durante os dois períodos.

TABELA INDIVIDUAL 10
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
LUILA BEZERRA – ZEIS Apipucos
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6	1	6		6		6	
5		5	1	5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2		2	1	2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE LUILA BEZERRA

Intensidade da Participação: RM 9 – JP 13

- **Frequência às Reuniões: RM 4 (67%) – JP 8 (89%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, LUILA BEZERRA teve apenas 1 mensagem registrada.
 Na gestão João Paulo teve também 1 mensagem.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge grau 6 por exigir a inclusão de sua área no Fundo Comunitário. Na gestão João Paulo alcança grau 2 pois sua intervenção é crítica.
- **Nível de Participação:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 5 abordando o funcionamento do Fundo PREZEIS. Na gestão João Paulo alcança nível 2 (baixo) reclamando da não-conclusão do sistema de esgoto, completamente abandonado.

Conclusão

Essa liderança atuou de forma tímida durante os dois períodos.

TABELA INDIVIDUAL 11
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
LÚCIA – COMUL UR-5/Três Carneiros
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4	1	4	
3		3		3		3	
2		2		2		2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE LÚCIA

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 5

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
LÚCIA teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
O grau foi 4 pois solicitou visita de inspeção em uma rua sem escoamento d'água.
- **Nível de Participação:**
Atingiu nível 2 por tratar de tema administrativo (visita de inspeção).

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma tímida.
 Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 12
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
LUCAS GAZOLO – COMUL Coelhos
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2		2		2	
1	1	1		1		1	
0		0	1	0		0	

ANÁLISE DE LUCAS GAZOLO

Intensidade da Participação: RM 10 – JP 5

- **Frequência às Reuniões: RM 5 (83%) – JP 5 (56%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**

LUCAS GAZOLO teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão Roberto Magalhães.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**

O grau foi 1 pois apenas solicitou assinar a ata de presença.

- **Nível de Participação:**

Atingiu nível 1 por tratar de tema totalmente descontextualizado com as questões do Fórum do PREZEIS.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão Roberto Magalhães, de forma bastante tímida.

TABELA INDIVIDUAL 13
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
LINDINALVA BARROS – COMUL Ibura/Jordão
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3	1	3	
2		2		2		2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE LINDINALVA BARROS

Intensidade da Participação: RM 3 – JP 9

- **Frequência às Reuniões:** RM 3 (50%) – JP 4 (44%)
- **Número de mensagens registradas em ata:**
LINDINALVA BARROS teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
O grau foi 3 pois lembrou as pendências de sua área.
- **Nível de Participação:**
Atingiu nível 2 por tema administrativo (pendências).

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma tímida.

TABELA INDIVIDUAL 14
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
JORGE – COMUL Coelhos
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2		2	1	2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE JORGE

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 5

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 JORGE teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 O grau foi 2 pois lembrou dos problemas de esgoto do Projeto Promorar.
- **Nível de Participação:**
 Atingiu nível 2 por focar problemas de esgoto.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma tímida.
 Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 15
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
JOÃO JOSÉ – COMUL Campo do Vila
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	1
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3	2	3	1
2		2		2		2	
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE JOÃO JOSÉ

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 14

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 4 (44%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
JOÃO JOSÉ teve 2 mensagens registradas durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
Em ambas intervenções o grau foi 3 pois interveio para pedir informação ou informar.
- **Nível de Participação:**
Atingiu nível 3 numa intervenção por pedir informação sobre geração de Emprego e Renda no conjunto habitacional e noutra lembrou a LRF, articulando soluções para as ZEIS dentro do ordenamento legal.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma razoável.

TABELA INDIVIDUAL 16
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
IVANILDO JOAQUIM – COMUL Vila Felicidade
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2		2	1	2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE IVANILDO JOAQUIM

Intensidade da Participação: RM 5 – JP 9

- **Frequência às Reuniões: RM 5 (83%) – JP 4 (44%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 IVANILDO JOAQUIM teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 O grau foi 2 pois sua intervenção aborda problemas de saneamento.
- **Nível de Participação:**
 Atingiu nível 2 por solicitar visita da Secretaria à sua área para acompanhar o sistema de saneamento.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma tímida.

TABELA INDIVIDUAL 17
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
IRANILDA CONCEIÇÃO – COMUL Beirinha
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3	1	3	
2		2		2		2	
1		1		1		1	1
0		0		0		0	

ANÁLISE DE IRANILDA CONCEIÇÃO

Intensidade da Participação: RM 5 – JP 13

- **Frequência às Reuniões:** RM 5 (83%) – JP 8 (89%)
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 IRANILDA CONCEIÇÃO teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 O grau foi 3 pois sua intervenção é informativa.
- **Nível de Participação:**
 Atingiu nível 1 por convidar para o encerramento dum Festival em sua comunidade, desfocado das questões pertinentes do Fórum do PREZEIS.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma bastante tímida.

TABELA INDIVIDUAL 18
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
HEUNAR SANTOS – COMUL Greve Geral / Coordenação do Fórum
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	1
		8				8	1
7		7	1	7	1	7	
6		6	1	6	2	6	3
5	1	5	1	5	3	5	3
4	1	4		4	2	4	1
3	4	3		3	17	3	2
2		2	1	2	1	2	14
1		1	2	1		1	1
0		0		0		0	

ANÁLISE DE HEUNAR SANTOS

Intensidade da Participação: RM 36 – JP 139

- **Frequência às Reuniões: RM 6 (100%) – JP 9 (100%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**

Durante a gestão Roberto Magalhães, HEUNAR SANTOS teve apenas 6 mensagens registradas, enquanto que durante a gestão João Paulo, foram 26 mensagens.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**

A moda em ambos os períodos foi o grau 3. Sua intervenção é fundamentalmente informativa, sendo que na gestão João Paulo atinge graus mais altos. Uma decisão de colocar em votação a abertura de espaço para debate sobre a atuação da Coordenação do Fórum foi amplamente favorável (30 votos a 3 pela rejeição) e duas exigências. Durante a gestão Roberto Magalhães apenas atingiu o grau propositivo numa única oportunidade registrada.

- **Nível de Participação:**

Durante a gestão João Paulo atinge níveis mais altos de participação (9 e 8) por ser escolhida como representante do PREZEIS no Conselho Estadual de Habitação e por articular a aprovação pelo Fórum do Programa de Emprego e Renda visando seu encaminhamento à Secretaria de Planejamento, mas a moda fica situada no nível 2 por focar temas administrativos, fundamentalmente agendando visitas ou justificando não-visitas da Coordenação às ZEIS.

Conclusão

Essa liderança agiu de forma muito mais ativa durante a gestão João Paulo. Participou com alto grau de discussões, muito diversificadas e importantes.

TABELA INDIVIDUAL 19
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
FERNANDO LIMA – COMUL Torrões
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5	1	5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2		2	1	2	
1		1		1		1	1
0		0		0		0	1

ANÁLISE DE FERNANDO LIMA

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 12

- **Frequência às Reuniões:** RM 0 (0%) – JP 2 (22%)
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 FERNANDO LIMA teve 2 mensagens registradas durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 Numa intervenção sua fala é crítica (não-manutenção da rede de esgotos pela COMPESA).
 Noutra sua intervenção é propositiva (médicos municipais prescreverem remédios do LAFEPE pelo menor custo).
- **Nível de Participação:**
 Atingiu níveis muito baixos (1 e 0) por abordar temas desconectados da órbita do PREZEIS e impertinentes.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma bastante tímida.

TABELA INDIVIDUAL 20
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
EVERALDO NUNES – COMUL Sítio do Cardoso
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2		2		2	
1		1		1		1	
0	1	0	1	0		0	

ANÁLISE DE EVERALDO NUNES

Intensidade da Participação: RM 9 – JP 7

- **Frequência às Reuniões:** RM 4 (67%) – JP 7 (78%)
- **Número de mensagens registradas em ata:**
EVERALDO NUNES teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão Roberto Magalhães.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
O grau foi 0 (mais baixo) pois sua intervenção é para solicitar homenagem póstuma (1 minuto de silêncio).
- **Nível de Participação:**
Atingiu nível 0 (mais baixo) por enfocar tema impertinente e desproposita.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão Roberto Magalhães, de forma sofrível.

TABELA INDIVIDUAL 21
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ELNICE – COMUL
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8	1			8	
7		7		7		7	
6	1	6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3	1	3		3		3	
2		2		2		2	
1		1	1	1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE ELNICE

Intensidade da Participação: RM 10 – JP 0

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
ELNICE teve 2 mensagens registradas durante a gestão Roberto Magalhães.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
Numa sua intervenção é informativa (cita Encontro dos Prefeitos das cidades flageladas pelas chuvas). Grau 3. Noutra intervenção sua fala é exigente (cobra instalação do Conselho Estadual de Habitação). Grau 6.
- **Nível de Participação:**
Atinge níveis díspares. Nível 8 (muito alto) pela articulação com o poder público municipal. Nível 1 (muito baixo) por fazer exigência dentro da esfera estadual de poder.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão Roberto Magalhães, de forma razoável. Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 22
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ELAINE FARIAS – ZEIS Tamarineira
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5	1	5	1
4		4		4	1	4	
3		3		3		3	
2		2		2		2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE ELAINE FARIAS

Intensidade da Participação: RM 6 – JP 19

- **Frequência às Reuniões: RM 6 (100%) – JP 9 (100%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 ELAINE FARIAS teve 2 mensagens registradas durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 Numa sua intervenção é propositiva (propõe priorizar as áreas em processo de regularização). Grau 5. Noutra intervenção sua intervenção é informativo-sugestiva (pede desligamento da Câmara de Legalização e sugere nova eleição). Grau 4.
- **Nível de Participação:**
 Atinge nível 5 por procurar agilizar a legalização das ZEIS. Noutra ocasião alcança nível 2 por abordar o funcionamento do Fórum do PREZEIS.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma razoável.

TABELA INDIVIDUAL 23
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
DEGENILDO TRAJANO – COMUL Campo Grande
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	1
6		6		6	2	6	
5	1	5	1	5		5	1
4		4		4		4	
3		3		3	1	3	
2		2		2	1	2	1
1		1		1		1	1
0		0		0		0	

ANÁLISE DE DEGENILDO TRAJANO

Intensidade da Participação: RM 8 – JP 29

- **Frequência às Reuniões: RM 3 (50%) – JP 9 (100%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, DEGENILDO TRAJANO teve apenas 1 mensagem registrada. Na gestão João Paulo teve 4 mensagens.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães atinge grau 5 por questionar critérios de seleção para Fundo Comunitário. Na gestão João Paulo alcança grau 6 (mais elevado) em duas oportunidades por exigências de apresentação de denúncias por escrito e atualização das obras pendentes. Apresenta duas intervenções com graus mais baixos, marcadas por caráter informativo e crítico, respectivamente.
- **Nível de Participação:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 5 por cobrar meios legais (documentos) para tramitar processos de denúncia. Na gestão João Paulo alcança nível 7 (mais elevado) por divulgar o Prometrópole. Noutra situação alcança nível 5 por acompanhar o quadro de pendências. Apresenta também 2 níveis mais baixos (2 e 1).

Conclusão

Essa liderança atuou de forma mais ativa durante gestão João Paulo. Agiu com muita intensidade, atuando de forma propositiva e fiscalizadora.

TABELA INDIVIDUAL 24
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
CRISTINA MARINHO – COMUL Ibura/Jordão
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2		2		2	
1		1		1		1	
0		0		0	1	0	1

ANÁLISE DE CRISTINA MARINHO

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 5

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
CRISTINA MARINHO teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
O grau foi 0 (mais baixo) pois sua intervenção é para reclamar o não-recebimento de ingressos para um Circo.
- **Nível de Participação:**
Atingiu nível 0 (mais baixo) por focar tema impertinente e desproposital.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma sofrível.
Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 25
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
CLÓVIS (DINDÃO) – COMUL Coelhos / Coordenação do Fórum (Gestão JP)
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	1
4		4	1	4		4	
3	3	3		3	2	3	
2		2		2		2	1
1		1	1	1		1	
0	1	0	2	0		0	

ANÁLISE DE CLÓVIS (DINDÃO)

Intensidade da Participação: RM 21 – JP 19

- **Frequência às Reuniões: RM 6 (100%) – JP 9 (100%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, CLÓVIS (DINDÃO) teve 4 mensagens registradas. Na gestão João Paulo teve 2 mensagens.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 A moda em ambos os períodos foi o grau 3. Sua intervenção é fundamentalmente informativa.
- **Nível de Participação:**
 Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 4 numa ocasião por informar a pretensão de um grupo de vereadores em reduzir o Fundo PREZEIS para R\$ 150 mil e mais três intervenções com níveis baixos (1 e 0). Na gestão João Paulo alcança nível 5 (mais elevado) por mencionar parecer técnico positivo à instalação das COMUL's Mangueira da Torre e Brasilit. Tem mais uma intervenção com nível 2.

Conclusão

Essa liderança atuou de forma mais ativa durante a gestão Roberto Magalhães. Teve participação dobrada comparando com a gestão João Paulo.

TABELA INDIVIDUAL 26
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
CHICO NUNES – COMUL Brasília
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3	2	3	
2		2		2		2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	1

ANÁLISE DE CHICO NUNES

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 10

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 0 (0%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
 CHICO NUNES teve 2 mensagens registradas durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
 Suas duas intervenções atingiram o mesmo grau 3. Foram fundamentalmente informativa.
- **Nível de Participação:**
 Atinge nível 2 por focar a suspensão do processo eleitoral. Noutra ocasião alcança nível 0 por abordar tema desfocado do âmbito do PREZEIS.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma tímida. Não há registro na Ata de Frequência pois o Regimento Interno do Fórum do PREZEIS só permite a aposição da assinatura até o horário determinado (9h30).

TABELA INDIVIDUAL 27
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
CLÁUDIO APRÍGIO (CACAU) – COMUL Coque
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	1
4		4		4	2	4	
3		3		3		3	
2		2		2		2	
1		1		1		1	1
0		0		0		0	

ANÁLISE DE CLÁUDIO APRÍGIO (CACAU)

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 14

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 4 (44%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
CLÁUDIO APRÍGIO (CACAU) teve 2 mensagens registradas durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
Suas duas intervenções atingiram o mesmo grau 4 por discutir Plano Urbanístico e sugerir pressão contra a CELPE.
- **Nível de Participação:**
Atinge nível 5 pela predisposição em debater o Plano Urbanístico para o Recife. Noutra oportunidade alcança nível 1 por questionar atuação duma empresa estadual.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma razoável.

TABELA INDIVIDUAL 28
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
BISMARCK SARAIVA – COMUL Beirinha / Coordenação do Fórum
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8	1			8	6
7		7		7		7	1
6		6		6		6	8
5	1	5	4	5	6	5	3
4		4		4	3	4	2
3	6	3		3	15	3	
2		2		2	2	2	4
1		1	2	1		1	2
0		0		0		0	

ANÁLISE DE BISMARCK SARAIVA

Intensidade da Participação: RM 40 – JP 137

- **Frequência às Reuniões: RM 5 (83%) – JP 7 (78%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**

Durante a gestão Roberto Magalhães, BISMARCK SARAIVA teve 7 mensagens registradas, enquanto que durante a gestão João Paulo, foram 26 mensagens.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**

A moda em ambos os períodos foi o grau 3. Sua intervenção é fundamentalmente informativa, sendo que na gestão João Paulo concentra bastante nos graus 3 (15 intervenções) e 5 (6 intervenções). Durante a gestão Roberto Magalhães apenas atingiu o grau propositivo numa única oportunidade registrada.

- **Nível de Participação:**

Durante a gestão Roberto Magalhães atinge nível 8 numa única oportunidade. Apresenta 7 intervenções 3 níveis mais abaixo. Aparece com 2 intervenções mais 3 níveis abaixo do anterior. Na gestão João Paulo alcança níveis mais significativos. O nível 8 em 6 ocasiões. O nível 7 em 1 situação. O nível 6 em 8 oportunidades. Apresenta ainda 5 níveis médio (5 e 4) e 6 níveis baixo (2 e 1).

Conclusão

Essa liderança agiu de forma muito mais ativa durante a gestão João Paulo. Participou com maior ênfase nas discussões, sugestões e proposições.

TABELA INDIVIDUAL 29
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ARAGUACY PAULA – COMUL Alto da Jaqueira
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3	1	3	
2		2		2		2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	

ANÁLISE DE ARAGUACY PAULA

Intensidade da Participação: RM 5 – JP 8

- **Frequência às Reuniões:** RM 5 (83%) – JP 3 (33%)
- **Número de mensagens registradas em ata:**
ARAGUACY PAULA teve apenas 1 mensagem registrada durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
O grau foi 3 pois sua intervenção pede previsão sobre início das obras do PREZEIS.
- **Nível de Participação:**
Atingiu nível 2 por abordar cronograma de obras.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma bastante tímida.

TABELA INDIVIDUAL 30
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ANDRÉ LUIZ – COMUL Vila Esperança/Cabocó
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3	2	3		3		3	
2		2		2		2	
1		1		1		1	
0		0	2	0		0	

ANÁLISE DE ANDRÉ LUIZ

Intensidade da Participação: RM 13 – JP 4

- **Frequência às Reuniões:** RM 3 (50%) – JP 4 (44%)
- **Número de mensagens registradas em ata:**
ANDRÉ LUIZ teve 2 mensagens registradas durante a gestão Roberto Magalhães.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
Em ambas intervenções o grau foi 3 pois sua intervenção foi para informar sobre a Canoata do Rio Capibaribe.
- **Nível de Participação:**
Atingiu nível 0 por tratar de assunto desfocado do âmbito do Fórum do PREZEIS.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão Roberto Magalhães, de forma bastante tímida.

TABELA INDIVIDUAL 31
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ALDEMAR FREITAS – COMUL UR-5/Três Carneiros
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6		6		6		6	
5		5		5		5	
4		4		4		4	
3		3		3	3	3	
2		2		2		2	1
1		1		1		1	
0		0		0		0	2

ANÁLISE DE ALDEMAR FREITAS

Intensidade da Participação: RM 0 – JP 16

- **Frequência às Reuniões: RM 0 (0%) – JP 1 (11%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**
ALDEMAR FREITAS teve 3 mensagens registradas durante a gestão João Paulo.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**
Suas três intervenções atingiram o mesmo grau 3. Sua intervenção é fundamentalmente informativa.
- **Nível de Participação:**
Atinge nível 2 por informar que assume a titularidade do Fórum do PREZEIS em virtude da enfermidade do Sr. Dias e se compromete a comparecer a todas as reuniões do mesmo. Alcança também nível 0 (mais baixo) em duas ocasiões por abordar tópicos alheios ao âmbito do PREZEIS.

Conclusão

Essa liderança atuou apenas durante a gestão João Paulo, de forma tímida.

TABELA INDIVIDUAL 32
SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Individual
ADENISIO PEREIRA – COMUL Rosa Selvagem
2º Semestre.2000 – 1º Semestre.2001

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	
		8				8	
7		7		7		7	
6	1	6		6	1	6	
5		5		5		5	1
4		4		4		4	
3		3		3		3	
2		2	1	2	1	2	
1		1		1		1	1
0		0		0		0	

ANÁLISE DE ADENISIO PEREIRA

Intensidade da Participação: RM 9 – JP 16

- **Frequência às Reuniões: RM 4 (67%) – JP 6 (67%)**
- **Número de mensagens registradas em ata:**

Durante a gestão Roberto Magalhães, ADENISIO PEREIRA teve apenas 1 mensagem registrada. Na gestão João Paulo teve 2 mensagens.

Qualidade da Participação

- **Grau de Participação:**

A moda em ambos os períodos foi o grau 6. Durante a gestão Roberto Magalhães pede esclarecimentos sobre o Imposto Tapa-Buracos. Na gestão João Paulo menciona que para implantar o Projeto Rua de Lazer na comunidade precisa construir outra rua e ameaça responsabilizar a URB-Recife e a Coordenação do PREZEIS por qualquer desabamento que venha a ocorrer.

- **Nível de Participação:**

Durante a gestão Roberto Magalhães, atinge nível 2 por tratar de tema administrativo. Na gestão João Paulo alcança nível 5 numa ocasião. Noutra alcança nível 1 por tecer comentário impertinente.

Conclusão

Essa liderança atuou de forma razoável durante os dois períodos. Teve atuação dobrada na gestão João Paulo. Mesmo assim, manteve um padrão semelhante durante as duas administrações.

TABELA 1**SEGMENTO POPULAR – Grau e Nível de Participação Geral****2º Semestre.2000 e 1º Semestre.2001**

Gestão Roberto Magalhães				Gestão João Paulo			
GRAU		NÍVEL		GRAU		NÍVEL	
	Número		Número		Número		Número
		9				9	1
		8	2			8	8
7	1	7	3	7	1	7	2
6	3	6	4	6	6	6	13
5	4	5	8	5	16	5	15
4	3	4	2	4	11	4	5
3	20	3		3	51	3	4
2	3	2	5	2	11	2	31
1	1	1	7	1		1	13
0	2	0	6	0	1	0	5
TOTAL	37		37		97		97
MODA	3		5		3		2
MEDIANA	3		4		3		2

TABELA 2
SEGMENTO POPULAR – Atividade: Número de Intervenções Registradas
2º Semestre.2000 (Gestão RM)

NOME	FREQÜÊNCIA	INTERVENÇÕES REGISTRADAS			INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO
	Valor	Número	Peso	Valor	
Clóvis (Dindão)	6	3	5	15	21
Elaine Farias	6	0	5	0	6
Heunar Santos	6	6	5	30	36
Noel Gomes	6	3	5	15	21
Araguacy Paula	5	0	5	0	5
Bismarck Saraiva	5	7	5	35	40
Iranilda Conceição	5	0	5	0	5
Ivanildo Joaquim	5	0	5	0	5
Lucas Gazolo	5	1	5	5	10
Manoel Mendes (Neco)	5	1	5	5	10
Adenisio Pereira	4	1	5	5	9
Everaldo Nunes	4	1	5	5	9
Luila Bezerra	4	1	5	5	9
Rosalvo Lima	4	1	5	5	9
André Luiz	3	2	5	10	13
Degenildo Trajano	3	1	5	5	8
Lindinalva Barros	3	0	5	0	3
Penha Gouveia	3	2	5	10	13
Severina Pereira (Biuzinha)	1	1	5	5	6
Aldemar Freitas	0	0	5	0	0
Cláudio Aprígio (Cacau)	0	0	5	0	0
Fernando Lima	0	0	5	0	0
João José	0	0	5	0	0

TABELA 2.1
SEGMENTO POPULAR – Intensidade da Participação
2º Semestre.2000 (Gestão RM)

NOME	INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO
Bismarck Saraiva	40
Heunar Santos	36
Clóvis (Dindão)	21
Noel Gomes	21
André Luiz	13
Penha Gouveia	13
Lucas Gazolo	10
Manoel Mendes (Neco)	10
Adenisio Pereira	9
Everaldo Nunes	9
Luila Bezerra	9
Rosalvo Lima	9
Degenildo Trajano	8
Elaine Farias	6
Severina Pereira (Biuzinha)	6
Araguacy Paula	5
Iranilda Conceição	5
Ivanildo Joaquim	5
Lindinalva Barros	3
Aldemar Freitas	0
Cláudio Aprígio (Cacau)	0
Fernando Lima	0
João José	0

TABELA 3
SEGMENTO POPULAR – Atividade: Número de Intervenções Registradas
1º Semestre.2001 (Gestão JP)

NOME	FREQÜÊNCIA	INTERVENÇÕES REGISTRADAS			INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO
	Valor	Número	Peso	Valor	
Clóvis (Dindão)	9	2	5	10	19
Degenildo Trajano	9	4	5	20	29
Elaine Farias	9	2	5	10	19
Heunar Santos	9	26	5	130	139
Rosalvo Lima	9	0	5	0	9
Iranilda Conceição	8	1	5	5	13
Luila Bezerra	8	1	5	5	13
Noel Gomes	8	5	5	25	33
Bismarck Saraiva	7	26	5	130	137
Everaldo Nunes	7	0	5	0	7
Severina Pereira (Biuzinha)	7	4	5	20	27
Adenisio Pereira	6	2	5	10	16
Lucas Gazolo	5	0	5	0	5
Manoel Mendes (Neco)	5	1	5	5	10
André Luiz	4	0	5	0	4
Cláudio Aprígio (Cacau)	4	2	5	10	14
Ivanildo Joaquim	4	1	5	5	9
João José	4	2	5	10	14
Lindinalva Barros	4	1	5	5	9
Penha Gouveia	4	3	5	15	19
Araguacy Paula	3	1	5	5	8
Fernando Lima	2	2	5	10	12
Aldemar Freitas	1	3	5	15	16

TABELA 3.1
SEGMENTO POPULAR – Intensidade da Participação
1º Semestre.2001 (Gestão JP)

NOME	INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO
Heunar Santos	139
Bismarck Saraiva	137
Noel Gomes	33
Degenildo Trajano	29
Severina Pereira (Biuzinha)	27
Clóvis (Dindão)	19
Elaine Farias	19
Penha Gouveia	19
Adenisio Pereira	16
Aldemar Freitas	16
Cláudio Aprígio (Cacau)	14
João José	14
Iranilda Conceição	13
Luila Bezerra	13
Fernando Lima	12
Manoel Mendes (Neco)	10
Ivanildo Joaquim	9
Lindinalva Barros	9
Rosalvo Lima	9
Araguacy Paula	8
Everaldo Nunes	7
Lucas Gazolo	5
André Luiz	4

TABELA 4
SEGMENTO POPULAR – Intensidade da Participação
2º Semestre.2000 e 1º Semestre.2001

NOME	INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO (RM)	INTENSIDADE DA PARTICIPAÇÃO (JP)
Bismarck Saraiva	40	137
Heunar Santos	36	139
Clóvis (Dindão)	21	19
Noel Gomes	21	33
André Luiz	13	4
Penha Gouveia	13	19
Lucas Gazolo	10	5
Manoel Mendes (Neco)	10	10
Adenisio Pereira	9	16
Everaldo Nunes	9	7
Luila Bezerra	9	13
Rosalvo Lima	9	9
Degenildo Trajano	8	29
Elaine Farias	6	19
Severina Pereira (Biuzinha)	6	27
Araguacy Paula	5	8
Iranilda Conceição	5	13
Ivanildo Joaquim	5	9
Lindinalva Barros	3	9
Aldemar Freitas	0	16
Cláudio Aprígio (Cacau)	0	14
Fernando Lima	0	12
João José	0	14
TOTAL	238	581

TABELA 5**SEGMENTO POPULAR – Frequência**

NOME	RM		JP	
	FREQ	%	FREQ	%
Adenisio Pereira	4	67%	6	67%
Aldemar Freitas	0	0%	1	11%
André Luiz	3	50%	4	44%
Araguacy Paula	5	83%	3	33%
Bismarck Saraiva	5	83%	7	78%
Cláudio Aprigio (Cacau)	0	0%	4	44%
Clóvis (Dindão)	6	100%	9	100%
Degenildo Trajano	3	50%	9	100%
Elaine Farias	6	100%	9	100%
Everaldo Nunes	4	67%	7	78%
Fernando Lima	0	0%	2	22%
Heunar Santos	6	100%	9	100%
Iranilda Conceição	5	83%	8	89%
Ivanildo Joaquim	5	83%	4	44%
João José	0	0%	4	44%
Lindinalva Barros	3	50%	4	44%
Lucas Gazolo	5	83%	5	56%
Luila Bezerra	4	67%	8	89%
Manoel Mendes (Neco)	5	83%	5	56%
Noel Gomes	6	100%	8	89%
Penha Gouveia	3	50%	4	44%
Rosalvo Lima	4	67%	9	100%
Severina Pereira (Biuzinha)	1	17%	7	78%
MÉDIA (em porcentagem)	60%		66%	

TABELA 6**SEGMENTO POPULAR – Intervenções Registradas**

NOME	INTERVENÇÕES REGISTRADAS (RM)	INTERVENÇÕES REGISTRADAS (JP)
Adenisio Pereira	1	2
Aldemar Freitas	0	3
André Luiz	2	0
Araguacy Paula	0	1
Bismarck Saraiva	7	26
Cláudio Aprígio (Cacau)	0	2
Clóvis (Dindão)	3	2
Degenildo Trajano	1	4
Elaine Farias	0	2
Everaldo Nunes	1	0
Fernando Lima	0	2
Heunar Santos	6	26
Iranilda Conceição	0	1
Ivanildo Joaquim	0	1
João José	0	2
Lindinalva Barros	0	1
Lucas Gazolo	1	0
Luila Bezerra	1	1
Manoel Mendes (Neco)	1	1
Noel Gomes	3	5
Penha Gouveia	2	3
Rosalvo Lima	1	0
Severina Pereira (Biuzinha)	1	4
TOTAL	31	89
MÉDIA	1,3	3,9

TABELA G1

SEGMENTO POPULAR – Intensidade e Qualidade da Participação

2º Semestre.2000 – ALTA PARTICIPAÇÃO

1º Semestre.2001 – ALTA PARTICIPAÇÃO

NOME	ENTIDADE	Período RM	Período JP
Bismarck Saraiva	COMUL Beirinha	40	137
Heunar Santos	COMUL Greve Geral	36	139
Noel Gomes	COMUL Prado	21	33
Clóvis (Dindão)	COMUL Coelho	21	19
Penha Gouveia	COMUL Jardim Uchoa	13	19
Manoel Mendes (Neco)	COMUL Sítio do Berardo	10	10

TABELA G2

SEGMENTO POPULAR – Intensidade e Qualidade da Participação

2º Semestre.2000 – ALTA PARTICIPAÇÃO

1º Semestre.2001 – BAIXA PARTICIPAÇÃO

NOME	ENTIDADE	Período RM	Período JP
André Luiz	COMUL Vila Esperança/Cabocó	13	4
Lucas Gazolo	COMUL Coelho	10	5

TABELA G3

SEGMENTO POPULAR – Intensidade e Qualidade da Participação

2º Semestre.2000 – BAIXA PARTICIPAÇÃO

1º Semestre.2001 – ALTA PARTICIPAÇÃO

NOME	ENTIDADE	Período RM	Período JP
Adenisio Pereira	COMUL Rosa Selvagem	9	16
Luila Bezerra	ZEIS Apipucos	9	13
Degenildo Trajano	COMUL Campo Grande	8	29
Severina Pereira (Biuzinha)	COMUL UR-5/Três Carneiros	6	27
Elaine Farias	ZEIS Tamarineira	6	19
Iranilda Conceição	COMUL Beirinha	5	13
Aldemar Freitas	COMUL UR-5/Três Carneiros	0	16
Cláudio Aprígio (Cacau)	COMUL Coque	0	14
João José	COMUL Campo do Vila	0	14
Fernando Lima	COMUL Torrões	0	12

TABELA G4

SEGMENTO POPULAR – Intensidade e Qualidade da Participação

2º Semestre.2000 – BAIXA PARTICIPAÇÃO

1º Semestre.2001 – BAIXA PARTICIPAÇÃO

NOME	ENTIDADE	Período RM	Período JP
Rosalvo Lima	COMUL Afogados	9	9
Everaldo Nunes	COMUL Sítio do Cardoso	9	7
Ivanildo Joaquim	COMUL Vila Felicidade	5	9
Araguacy Paula	COMUL Alto da Jaqueira	5	8
Lindinalva Barros	COMUL Ibura/Jordão	3	9

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Constituições do Brasil

Volume 1 – 1824; Volume 2 – 1891; Volume 3 – 1934; Volume 4 – 1937; Volume 5 – 1946; Volume 6 – 1967.

(edição em convênio com a Fundação Projeto Rondon)

Coordenação: Walter Costa Porto.

Constituição da República Federativa do Brasil 1988, Editora Tecnoprint S/A: 1988.

Lei Orgânica do Município do Recife – Promulgada em 04 de abril de 1990.

Fontes Secundárias

ARAÚJO, Tânia Bacelar. “Descentralização das políticas públicas no Brasil: um destaque para a descentralização das políticas de apoio à reforma agrária” *in* SOUZA & MOUTINHO (org). Os desafios das políticas públicas diante da crescente importância do poder local, Recife: Sapiento, 2000.

ABREU, Marina Maciel. “A relação entre o Estado e a sociedade civil – a questão dos conselhos de direitos e a participação do Serviço Social” *in* Serviço Social & Movimento Social. Vol. 01, nº 1, São Luís: EDUFIMA, 1999.

BAVA, Silvio Caccia, “Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social?”. Revista da Fundação SEADE, Vol. 10, nº 5: jun-set/1996.

BATISTONI, M & PARDINI, M. “Movimentos Sociais Urbanos e Serviço Social”. São Paulo, Cortez: 1985.

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. “Alagados, mocambos e mocambeiros”. Recife, Imprensa Universitária; Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais: 1965.

BOBBIO, Noberto et al. “Dicionário de Política”. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 12ª ed., 1999.

_____. “A teoria das formas de governo”. Brasília. UNB. 1976.

_____. “O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo”. São Paulo: Paz e Terra: 1986.

BORDENAVE, Juan Diaz. “O que é participação?”. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense: Coleção Primeiros Passos: 1992.

BRANDÃO, Zaia (org.). “A crise dos paradigmas e a educação”. São Paulo: Cortez: Coleção Questões de Nossa Época: 1994

BRANT CALDEIRA, V. “São Paulo: Trabalhar e Viver” São Paulo, Cortez: 1989.

BURSZTYN, Marcel. “O poder dos donos – planejamento e clientelismo no nordeste” 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

CHÂTELETE, François, et al. “História das idéias políticas”; Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

COELHO, Aíla Barros de Souza Ramos. “Política de proteção à infância e adolescência e descentralização” in Revista de Serviço Social e Sociedade nº 60, São Paulo: Cortez, 1999.

CORAL, Marines. “Os fundamentos teóricos da democracia no debate do Serviço Social”. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Recife: CCSA /UFPE, 2001.

CORIAT, Benjamin. “A evolução dos Robôs. O impacto sócio-econômico da automação”. São Paulo. Buscando: 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. “Notas sobre cidadania e modernidade” in Revista Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria social – Vol. 01, nº 1, 1997.

_____. “Democracia e Socialismo: Questões de princípio & contexto brasileiro” (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.51) São Paulo:Cortez : Autores Associados, 1992.

_____. “Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios”. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMO, Pedro. “Participação é conquista”. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

_____. “Pobreza Política”. São Paulo: Cortez: Autores Associados: Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. 1998.

DURIGUETO, Maria Lúcia. “A teoria dos movimentos sociais em debate” in Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora/Faculdade de Serviço Social, Vol.01, nº 1, jan/jun. 2001/ Juiz de Fora: ed. UFJF, 2001.

ENTERRIA, Eduardo Garcia de & FERNANDEZ, Tomás-Ramon. “Curso de Direito Administrativo”. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 1991.

ETAPAS. “Miséria Urbana” Recife, 1991.

FISCHER, Tânia (org). “Poder local, governo local e cidadania”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

FOUCAULT, Michel. “A Ordem do Discurso”. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola: 2000.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior, et al. “Gestão local no nordeste do Brasil: A busca de novos paradigmas” in Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: ABRASCO/CONSEMS, 1996.

GOHN, Maria da Glória. “Conselhos gestores e participação sócio-política”. Coleção Questões da Nossa Época, nº 84, São Paulo: Cortez: 2001.

GOMES, Ana Lúcia. “Os conselhos de políticas e de direitos” in Capacitações, Módulo 4. Brasília, CEAD, 1999.

HADDAD, Paulo R, “A experiência brasileira de planejamento regional e suas Expectativas” in A política regional na era da globalização, Revista DEBATES nº 12, KONRAD – ADENAUER – STITTUNG/ IPEA. 1996.

HIST, Paul. "A democracia representativa e seus limites". Tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.

IAMAMOTO, Marilda. "Relações Sócias e Serviço Social no Brasil" 7ª ed, São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, Octavio. "Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970)", Coleção Retratos do Brasil , Volume 3, 3ª ed. Rio de Janeiro : Civilização brasileira, 1979.

JACOBI, Pedro. "Descentralização e Participação : alcances e limites da inovação do Município de São Paulo" In Revista de Serviço Social e Sociedade, n^o 41, São Paulo: Cortez, 1993.

JACOBI, Pedro. "Movimentos sociais e políticas públicas" São Paulo: Cortez, 1989.

JAGUARIBE, Hélio et al. "Brasil: Sociedade Democrática" Rio de Janeiro, José Olympio, 1985, p.102.

JOVCHELOVITCH, Marlova. "Municipalização e saúde: Possibilidades e limites" Porto Alegre, Editora da Universidade, 1993.

_____. "O processo de descentralização e municipalização no Brasil" in Revista de Serviço Social e Sociedade, n^o 56, São Paulo: Cortez. 1998.

KAPLAN, E. Ann. "O mal-estar no pós-modernismo". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores: 1993.

KINZO, Maria D'Alva Gil. "Representação política e sistema eleitoral no Brasil". São Paulo: Símbolo, 1998.

LAURELL, Ana Cristina. "Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo". São Paulo: Cortez: 1995.

LAVAREDA, Antonio. "Representação, legitimidade e crise política" Recife: Universitária, 1985.

LEAL, Victor Nunes. "Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil", São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEFFORT, Claude. "Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade". Tradução Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. "A Invenção Democrática: os limites do totalitarismo". São Paulo: Brasiliense: 1987.

LESBAUPIN, Ivo. (org). "O Desmonte da Nação – Balanço do governo FHC". Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LUCAS, Randolph. "Democracia e participação". Brasília, Editora UnB, 1985.

MARINHO, Geraldo (org.). “Uma política inovadora no Recife – 10 anos de PREZEIS”. Recife. Centro Josué de Castro/ETAPAS/FASE.

MAINWARING, Scott P. “Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil”. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MENDES, Eugênio Vilaça (org). “A descentralização do sistema de serviços de Saúde no Brasil: novos rumos e um outro olhar sobre o nível local” in A organização de saúde no nível local, São Paulo : HUCITEC, 1998.

MILL, John Stuart. “Considerações sobre o governo representativo” Brasília: UNB, 1980.

MIRANDA, Edson, “Chapéu de palha: O segundo governo Arraes”. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1991.

MORA, Luís De la. “O PREZEIS como instrumento de conquista da cidadania”. Mestrado em Desenvolvimento Urbano. UFPE. Recife: 1993.

_____. “Participação Popular e Conquista da Cidadania” (Tese de Dourado). Mestrado em Desenvolvimento Urbano. UFPE. Recife: 1992.

_____. “Fórum do PREZEIS – Avaliação do conteúdo das sessões em fase de implementação”. Mestrado em Desenvolvimento Urbano. UFPE. Recife: 1989.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. “Direito de participação política: legislativa, administrativa, judicial: fundamentos e técnicas constitucionais de legitimidade”. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

MOURA, Alexandrina Sobreira (org.). “O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática”. São Paulo. Vértice/Massangana (Fundação Joaquim Nabuco). 1989.

RAICHELIS, Raquel. “Esfera pública e conselhos de assistência social: Caminhos da construção democrática”. São Paulo: Cortez, 1998.

ROSSI, Adeloir. “Democratas Eleitores e o Sono do Leviatã”. Curitiba: HD Livros: 1995.

ROUANET, Sérgio Paulo. “Razões do neo-iluminismo” *in* CASTORIADIS, Cornelius. “A criação histórica”.

_____. “O Homem e o Discurso: A Arqueologia de Michel Foucault”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1971.

SADER, Emir & GENTILE, Pablo. “Pós-Neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático”. São Paulo: Paz e Terra: 1996.

SALES, Ivandro da Costa. "Educação Popular: uma perspectiva, um modo de atuar (alimentando um debate)" Olinda-PE, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. "Redes de Movimentos Sociais" 2ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. "Bases do autoritarismo brasileiro". Brasília, Editora da UnB, 1982.

SILVA, Neide et al. "Movimento de bairro: Repetição / Inovação" Etapas, Recife, 1989.

SOLER LOSTÃO, Salvador. "O PREZEIS: Um processo de participação popular na formação da cidade" (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Urbano. UFPE. Recife: 1991.

SOUZA, Édina Meireles de. "Poder local: requalificação do processo democrático" *in* Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora/ Faculdade de Serviço Social, VOL. 01, nº 1, jan/jun. 2001/ Juiz de Fora : ed. UFJF, 2001.

STEIN, Rosa Helena. "A descentralização como instrumento de ação política e suas controvérsias (revisão teórico-conceitual)" *in* Revista de Serviço Social e Sociedade, nº 54, São Paulo: Cortez, 1997.

TATAGIBA, Luciana. “Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil” *in* DAGNINO, Evelina (org). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOURAINÉ, Alain. “O que é a democracia?” Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis-RJ: Vozes: 1996.

VIEIRA, Liszt. “Cidadania e controle social” *in* PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill (org). O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999.

VILAÇA, Marcus Vinícius & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. “Coronel, Coronéis”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ UNB, 1978.

WARREN, Scherer Ilse. “Rede de Movimentos Sociais”. São Paulo: Editora Loyola: 1996.

WEFFORT, Francisco. “A República que não deu certo” *in* Folha de São Paulo: Folhetim República. 100 anos. São Paulo: 31.12.1989.

_____. “Qual Democracia?”. São Paulo: Cia. Das Letras: 1992.

